

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Maria Lucia de Paiva Jacobini

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NAS REVISTAS CARTA CAPITAL E VEJA**
Uma análise de conteúdo das revistas Veja e Carta Capital

Mestrado em Comunicação e Semiótica

São Paulo, 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Maria Lucia de Paiva Jacobini

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NAS REVISTAS CARTA CAPITAL E VEJA**

Uma análise de conteúdo das revistas Carta Capital e Veja

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Comunicação e Semiótica,
sob a orientação do Prof. Doutor Amálio Pinheiro

São Paulo, 2009

Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

À minha avó (*in memoriam*) e à Bebel.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq e à CAPES pelo apoio financeiro para pesquisa de Mestrado.

À minha família, pelo apoio e interesse. Ao meu pai, Otavio, por tanto incentivo e muitas consultorias e à minha mãe, Leticia, por me ouvir sempre e me aconselhar tão bem.

Ao meu orientador, Amalio, pela ajuda e por me ajudar a ver novos pensamentos mestiços.

Ao tio Paulo, por toda a revisão e pelo interesse no tema que ele tanto gosta: a Veja.

Ao Gu, por mudar a minha vida.

À minha avó, por mesmo sem saber, ter me ajudado a começar.

Aos amigos, de ontem e de hoje, de longe e de perto.

À Bebel, Paulinha, Inezinha, Thomas e Lucasje, que nos últimos meses me distraíram com tanto esconde-esconde.

RESUMO

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NAS REVISTAS CARTA CAPITAL E VEJA

Uma análise de conteúdo das Revistas Veja e Carta Capital

Maria Lucia de Paiva Jacobini

Este trabalho faz uma análise da construção da memória do desenvolvimento socioeconômico realizada pelas revistas Carta Capital e Veja. A partir de uma discussão sobre a crise do paradigma da ciência moderna e do entendimento da América Latina como possível alternativa, o objetivo é discutir se os conteúdos veiculados pelas revistas fazem sentido de acordo com a ideia de desenvolvimento socioeconômico e com as especificidades do contexto brasileiro; e a partir disso, questionar a abordagem de temas relacionados ao desenvolvimento baseado nos paradigmas da modernidade ocidental característicos de países desenvolvidos, voltados para o consumo, crescimento econômico e modernização industrial e tecnológica. Para tanto, é utilizado o conceito de desenvolvimento socioeconômico, na perspectiva de Celso Furtado, para dar fundamento ao aspecto econômico da realidade brasileira tratado pela pesquisa, além de teóricos como Boaventura Sousa Santos, Martín-Barbero e Edgard Morin, que pensam a relação entre comunicação e cultura na América Latina e a concepção de mestiçagem como alternativa à uniformidade exportada pelos países desenvolvidos. A semiótica da cultura e o pensamento de Iuri Lotman sobre a formação da memória contribuem para o entendimento da composição da notícia e sua relação com o contexto no qual está inserida. Através dessa base teórica, as duas revistas são analisadas pelo período de dois anos, entre 1996 e 1998, com foco no processo de construção da memória nacional sobre o tema do desenvolvimento socioeconômico. A necessidade de uma reflexão sobre a construção dessa memória é significativa para a compreensão e crítica da realidade brasileira, e esse é um passo na busca do desenvolvimento socioeconômico nacional, independentemente de padrões importados e mais condizentes com a conjuntura interna e suas especificidades próprias, não abordadas por certas concepções exógenas difundidas pela Revista Veja, em contraposição à postura crítica da Carta Capital.

Palavras-chave: Memória; Comunicação; Desenvolvimento socioeconômico; Veja; Carta Capital.

ABSTRACT

THE CONSTRUCTION OF THE MEMORY ABOUT SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT IN CARTA CAPITAL AND VEJA MAGAZINES

A content analysis of Veja and Carta Capital magazines

Maria Lucia de Paiva Jacobini

This paper intends to analyze how the memory about socioeconomic development is formed by Carta Capital and Veja magazines. From a explanation on the crisis of the modern science paradigm and the understanding of Latin America as a possible alternative, the objective is to discuss whether the content presented by each magazine is connected to the idea of socioeconomic development and the peculiarities of the Brazilian context and, from this, question the approach of themes specially related to already developed countries, such as consumption, economic growth and industrial modernization and technology. In order to achieve such objective and deepen the economical aspect, it is used the concept of socioeconomics as understood by Celso Furtado, accompanied by authors such as Boaventura Sousa Santos, Martín-Barbero and Edgard Morin that think about the relationship between communication and culture in Latin America and the conception of “*miscegenation*” as an alternative to the uniformity exported by developed countries. Culture Semiotics and the ideas of Iuri Lotman about how memory is formed and how it helps to understand the composition of news and its relation to the context in which it is inserted. Through this theoretical basis, both magazines are analyzed in a two-year period, between 1996 and 1998, focusing on the construction of national memory about socioeconomic development. The need to reflect about the construction of memory is important in order to understand and criticize Brazilian reality and is a step in the quest for national socioeconomic development, independent of important standards and more consistent with the internal situation and its specific features, not covered by certain exogenous ideas that are disseminated by Veja, in contrast to the critical postures of Carta Capital.

Keywords: Memory; Communication; Socioeconomics Development; Veja, Carta Capital

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO 1. AMÉRICA LATINA: PARADIGMAS EM CRISE	Erro! Indicador não definido.
1. PARADIGMAS EM CRISE	Erro! Indicador não definido.
2. COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA	Erro! Indicador não definido.
2.1. Modernismo sem Modernização na América Latina	Erro! Indicador não definido.
2.2. Especificidades da comunicação na América Latina	Erro! Indicador não definido.
2.3. Sobre a Memória	Erro! Indicador não definido.
3. UMA PROPOSTA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO – A TEORIA DE CELSO FURTADO	Erro! Indicador não definido.
3.1. O que é Desenvolvimento socioeconômico	Erro! Indicador não definido.
3.2. Características do subdesenvolvimento brasileiro	Erro! Indicador não definido.
3.3. O pensamento sobre Comunicação e Desenvolvimento na América Latina	Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO 2. ANÁLISE DE CONTEÚDO: VEJA E CARTA CAPITAL	Erro! Indicador não definido.
1. Crise paradigmática	Erro! Indicador não definido.
2. O crescimento econômico e a possibilidade de modernização e progresso	Erro! Indicador não definido.
3. A globalização inevitável ou questionável?	Erro! Indicador não definido.
4. Exaltação do Estrangeiro	Erro! Indicador não definido.
5. O Consumo e a Tecnologia	Erro! Indicador não definido.
6. Sobre o desenvolvimento socioeconômico	Erro! Indicador não definido.
CONSIDERAÇÕES FINAIS	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

Em meus trabalhos de conclusão de curso, elaborados para a graduação em Economia e para a graduação em Jornalismo, abordei a linguagem do jornalismo econômico e as transformações de sentido do termo *mercado* feitas em seus textos. Meu interesse na pós-graduação volta-se novamente para um assunto proveniente da economia: o desenvolvimento socioeconômico. Contudo, direciono agora o foco para a construção da sua memória em duas revistas nacionais de grande alcance.

Com esta pesquisa, a partir da visão de comunicação como campo interdisciplinar, pretendo, sob a ótica do jornalismo, da economia e da semiótica, analisar e comparar como o desenvolvimento socioeconômico é abordado nos discursos das revistas Carta Capital e Veja. Assim, este estudo identifica-se com uma reflexão sobre a comunicação como produção de sentido que cria uma “realidade da mensagem jornalística”. Ao me referir à comunicação levo em conta o pensamento de Medina (1998), para quem a comunicação é “um campo de produção simbólica e não um campo neutro objetivo em que se retratam acontecimentos reais e concretos” (1998, p. 28).

A análise da estrutura dos textos jornalísticos, interpretados como parte da memória nacional, fez com que as dimensões metodológicas e teóricas das ciências humanas fossem percorridas e seus paradigmas questionados, transpondo conceitos da análise de conteúdo para o processo de composição do texto jornalístico sobre a economia e a construção do desenvolvimento socioeconômico nacional. Busco, assim, vincular o estudo teórico à análise prática das matérias das revistas Carta Capital e Veja.

Para tanto, foi planejada uma análise de conteúdo sobre a construção da memória textual realizada pelas duas revistas na abordagem de assuntos relacionados com o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. É importante destacar que não se trata de um trabalho com elementos formais do conteúdo dos artigos, o que não caberia nessa pesquisa, especificamente.

Assim, com base em diferentes referenciais teóricos sobre memória, paradigmas da modernidade ocidental, formação histórica da comunicação na América Latina e da economia brasileira, como um mosaico formado pela relação com outras culturas e economias, e o processo

de modernização do Brasil dentro do contexto da América Latina, busquei questionar as abordagens sobre desenvolvimento socioeconômico aplicadas no país no período de 1996 a 1998.

Tal período de análise foi escolhido por ser um momento de tranquilidade política e ausência de fatos permanentes nas reportagens. Buscou-se, deste modo, uma abrangência de temas e assuntos mais ampla, capaz de englobar diversos aspectos do desenvolvimento socioeconômico.

Considero o texto jornalístico um material elaborado através de discursos intencionados que se utiliza, muitas vezes, de operações linguísticas para alcançar seu objetivo de difusão de uma concepção de desenvolvimento externa e conservadora, condizente com os padrões hegemônicos de estímulo ao consumo tecnológico.

A partir dessa premissa, minha motivação para a pesquisa foi o interesse pelo estudo da cultura e da comunicação de massa no Brasil, como caminho para uma tentativa de compreensão do processo de desenvolvimento socioeconômico e modernização. Como expõe Lopes (2005), a comunicação deve ser investigada dentro dos contextos socioeconômicos, políticos e culturais, contribuindo-se assim para uma compreensão da questão do nacional e para a criação de ideias internas como alternativa à importação de certas manifestações de cultura estrangeira.

A importância do objeto da pesquisa tem a ver, principalmente, com a necessidade do aprofundamento da concepção da mídia sobre formação nacional e da visão dos meios de comunicação sobre os mecanismos e as características do desenvolvimento socioeconômico. Ou seja, considerando o objetivo social maior, que é o da busca do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, considero como de fundamental importância conhecer qual é a imagem que se faz dele em dois veículos de grande público, com propostas e características diferentes, como é o caso das revistas Carta Capital e Veja.

Considerarei igualmente importante avançar tanto sobre a relação entre comunicação e desenvolvimento, quanto sobre o papel dos meios de comunicação e o seu real efeito no processo de desenvolvimento nacional. Com isso, o objetivo é superar a compreensão simplificadora do processo de comunicação como mecanismo de, conforme descreve Schramm (1976), mudança no padrão social e econômico e consequente modernização da sociedade.

Desta forma, a pesquisa teve como objetivo principal analisar os textos e comparar a abordagem sobre desenvolvimento socioeconômico entre duas revistas, com ideais e históricos diferentes, e tentar observar se alguma delas estaria mais próxima das necessidades da sociedade

brasileira. Para tanto, escolhi como referencial teórico (ressalte-se que não como proposta única a ser seguida), as ideias de pensadores como Martín-Barbero, Boaventura Sousa Santos, Edgar Morin e, em termos do conceito de desenvolvimento socioeconômico, as do economista Celso Furtado, uma alternativa aos paradigmas econômicos.

Pretendi fazer uma análise da postura da revista *Veja*, significativo exemplo de meio de comunicação de amplo alcance, e sua capacidade de construir uma imagem do desenvolvimento socioeconômico. Mais especificamente, tive a intenção de fazer uma crítica de como ela se baseia em critérios de países desenvolvidos e seus padrões de sociedade, incentivando a modernização tecnológica sem acumulação interna e, principalmente, partindo da suposição de que desenvolvimento é crescimento econômico, sem levar em conta as peculiaridades histórico-sociais do país. Em seguida, contrastar esse perfil com o da revista *Carta Capital* e algumas de suas tentativas de formar um jornalismo crítico, capaz de questionar os padrões culturais exógenos.

Desta forma, tentei esboçar um pensamento crítico sobre como as classes detentoras tanto do poder político quanto do poder midiático participam do processo de composição da memória nacional, atuando assim na manutenção do seu próprio status social e dos seus próprios interesses para a nação. Isso significou analisar a transmissão de códigos de valores, inovações, divulgação da cultura, não necessariamente nacionais.

Finalmente, com este estudo tive a intenção de avaliar se são divulgados conteúdos sobre as conexões feitas com o contexto brasileiro e suas tradições multi-civilizatórias que permitem a sua constante atualização, cruzamento de códigos e pluralidade. E, desta forma, entender o perfil das revistas nos seus interesses pela construção de uma memória do desenvolvimento socioeconômico, adaptada (ou não) à mestiçagem da cultura brasileira.

A situação do Brasil em sua especificidade de país “periférico” demanda uma ampliação do debate sobre como os meios de comunicação podem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico nacional. Desta forma, a discussão sobre veiculação de matérias nas revistas *Carta Capital* e *Veja* sobre o tema do desenvolvimento é fundamental para ajudar a entender onde o país está e aonde quer chegar.

A importância da pesquisa sobre a construção da memória do desenvolvimento nacional está voltada, principalmente, para um detalhamento da imagem que os meios de comunicação fazem dos mecanismos e características do desenvolvimento socioeconômico.

A percepção de como foram gerados e reproduzidos os sentidos de desenvolvimento é de grande importância para a compreensão de quão (in)adequados são os padrões adotados e até que ponto temos uma concepção própria de desenvolvimento interno em contraste com a importação de conceitos e metodologias externos.

A dissertação está dividida em dois capítulos. O primeiro, teórico, discute a crise do paradigma da ciência moderna e sugere a América Latina como alternativa, conforme proposto por Boaventura Sousa Santos e Edgar Morin, dentre outros. A comunicação no continente é observada a partir das especificidades de sua formação e a América Latina é entendida então como um cruzamento de culturas heterogêneas, cujo resultado é um processo contínuo de mestiçagem e redução de padrões de uniformização, de acordo com as teorias de Jesús Martín-Barbero, Amálio Pinheiro e Nestor García Canclini. Em seguida, são discutidos os mecanismos de formação da memória segundo Iuri Lotman e é apresentada uma proposta alternativa de desenvolvimento socioeconômico, a teoria de Celso Furtado.

O segundo capítulo refere-se à análise de conteúdo do material selecionado, comparando as revistas Carta Capital e Veja sobre o tema do desenvolvimento socioeconômico sob o prisma das questões teóricas tratadas no primeiro capítulo. Temáticas como desenvolvimento socioeconômico, crescimento econômico/modernização/progresso, teorias/paradigmas, tecnologia e consumo, globalização e exaltação do estrangeiro serviram de fundamento para observação de como cada revista compõe a memória da sociedade sobre o tema.

Completo a dissertação com minhas considerações finais sobre o significado dessa pesquisa no contexto atual, de crise econômica mundial, que parece demonstrar claramente a ausência de uma perspectiva capaz de dar conta das complexidades de cada sociedade.

CAPÍTULO 1. AMÉRICA LATINA: PARADIGMAS EM CRISE

1. PARADIGMAS EM CRISE

A ciência moderna vem entrando em crise. É essa a base, por exemplo, do pensamento de Santos para explicar o que considera como momento de transição entre o paradigma da ciência moderna e um novo emergente: “Estamos, pois, numa fase de transição paradigmática que, como qualquer outra, é caracterizada pela reconceitualização da ciência que existe em função de uma outra ciência cujo perfil apenas se vislumbra” (1989, p. 148).

Segundo o autor, a crise do paradigma da ciência não é mais superável por uma simples reforma nas suas estruturas, justamente por considerá-la irreversível dada sua exaustão. Pela sua forma de entender, a crise pela qual passamos se classifica como “crise de degenerescência”, caracterizada por atravessar todas as disciplinas de forma profunda, questionando a inteligibilidade, os instrumentos metodológicos e conceituais do paradigma (SANTOS, 1989).

Qual então a alternativa a que leva a transição paradigmática? É a que chama de ciência pós-moderna (1989, 2001, 2006). Tal designação, no entanto, é ainda considerada frágil, por definir o novo paradigma a partir de uma sequência temporal, como consequência do curso da ciência moderna, além de reunir correntes pós-modernas diferentes sob uma mesma designação, principalmente aquelas que o autor classifica como pós-modernismo celebratório.

A partir da percepção de que as promessas da modernidade não foram cumpridas e se tornaram problemas para os quais parece não haver solução, o momento de transição torna-se ainda mais complexo, pela existência de dificuldades modernas para os quais não foram estabelecidas soluções modernas. Estabelece-se, então, a crise. E a pretendida transição precisa justamente contribuir para a construção de futuros alternativos, capazes de serem tão amplos quanto o construído pelo paradigma da ciência moderna (SANTOS, 2001).

No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que podemos apenas especular sobre esse novo paradigma, não sendo possível nem mesmo estabelecer em quais regiões de domínio do paradigma vigente a turbulência tem mais repercussão (2001). Mas, inevitavelmente, ele deve surgir, dado que o regime atual de racionalidade mostra-se “cada vez mais violento e imprevisível, aumentando desse modo a vulnerabilidade das regiões, das nações e dos grupos sociais subordinados e oprimidos” (SANTOS, 2006, p. 192).

Para o pensador, a construção social da identidade e da transformação da sociedade moderna ocidental é baseada no que ele chama de “equação entre raízes e opções”. De uma forma geral, as raízes seriam o pensamento do que é permanente, único, orientações de grande escala, enquanto as opções poderiam ser definidas como tudo o que é variável, efêmero e de pequena escala (SANTOS, 2006).

A partir dessa dessa visão, Santos (2006) enxerga o momento de transição como um processo de desestabilização na equação entre raízes e opções. Dentre as formas de desestabilização se encontra a vulnerabilidade do sistema devido a uma confusão entre as escalas dos fenômenos e dos sujeitos, além de uma explosão e conseqüente trivialização de raízes e opções. No caso, a pretensa globalização, articulada com a sociedade de consumo e de informação, tem originado uma multiplicidade de opções, acompanhada por um crescimento de localismos e territorializações de identidades como forma de multiplicação de raízes.

Desta forma, mostra-se fundamental pensar o paradigma da modernidade ocidental e sua crise a partir da equação entre raízes e opções. O período de transição fica percebido como

um período em que colapsam os dualismos subjacentes à equação, tanto o dualismo das escalas (grande/pequena) como o dualismo dos tempos (tempo de raízes/tempo de opções). O colapso destes dualismos abre caminho a novas servidões e compulsões que, por força do hiato de codificação dele resultantes, podem facilmente disfarçar-se de novas auroras de liberdade (SANTOS, 2006, p. 68).

Assim, como entende Santos (2006), a transição paradigmática da ciência moderna para a ciência pós-moderna compreende um conhecimento pós-dualista, de superação das dicotomias que dominavam a ciência moderna clássica. As novas ciências passam a ser anti-reducionistas, de tempos não lineares, marcadas por descontinuidades, desordem e instabilidade. Porém, para tanto, é preciso fazer a crítica ao modelo de racionalidade ocidental dominante, para que suas alternativas não tendam a reproduzir os mesmos padrões.

A posição crítica é condizente com a de Laplantine e Nouss, para quem o pensamento dominante ainda hoje é o da separação, numa organização binária e repartição dualista das pessoas e gêneros. Explica: “Cette pensée trouve l’une de ses expressions dans la constitution de formes pures distribuées autour des deux pôles du savoir rationnel et de la fiction artistique qui ne doivent pas se fréquenter et encore moins se mélanger” (1997, p. 72-73).

Para entender a transição da ciência moderna para a pós-moderna, é preciso pensar primeiro no que significa o paradigma da modernidade, para depois entender quais as razões que

levaram à sua exaustão. Sua crítica pode ser explicada explicitada com base na constatação de que este é

um paradigma que supõe uma única forma de conhecimento científico, cuja validade reside na objetividade de que decorre a separação entre teoria e prática, entre ciência e ética; um paradigma que tende a reduzir o universo dos observáveis ao universo dos quantificáveis e o rigor do conhecimento ao matemático do conhecimento... um paradigma que se orienta pelos princípios da racionalidade formal ou instrumental, irresponsabilizando-se da eventual irracionalidade substantiva ou final das orientações ou das aplicações técnicas do conhecimento que produz; finalmente, um paradigma que produz um discurso que se pretende rigoroso, antiliterário, sem imagens nem metáforas, analogias ou outras figuras da retórica, mas que, com isso, corre o risco de se tornar, mesmo quando falha na pretensão, um discurso desencantado, triste e sem imaginação, incomensurável com os discursos normais que circulam na sociedade (SANTOS, 1989, p. 34-35).

O período de estabilização da ciência moderna é delimitado entre os séculos XVI e XIX, época de consolidação da sociedade industrial e desenvolvimento da ciência e da técnica. Segundo Santos (1989), já nesse período a reflexão epistemológica foi arrogante e imperialista, marcada por um distanciamento e estranheza de seu discurso científico em relação a discursos como o do senso comum, religioso e estético, entre outros. A consequência desse processo foi uma crescente especialização, fazendo com que o cidadão comum e até o próprio cientista não conseguissem compreender tudo o que se passava.

Logo no seu início, quando a ciência moderna buscou investigar as causas da certeza e da objetividade do conhecimento científico, suas pesquisas levaram à justificativa do privilégio teórico e social desta forma de reflexão. A partir do século XIX a ciência moderna passou a ter total hegemonia no pensamento ocidental, sendo reconhecida pelas virtualidades instrumentais da sua racionalidade e pelo desenvolvimento tecnológico que tornou possível (SANTOS, 1989).

De tal modo, a ciência moderna foi concebida num certo ocidente como uma nova forma de conhecimento, uma ruptura em relação ao passado e forma drástica de avanço científico. Segundo Santos, o debate moderno se distinguiu dos anteriores pela sua capacidade de inserção no mundo de forma muito mais eficaz do que qualquer outro conhecimento anterior ou contemporâneo. No entanto, o autor critica a ciência moderna pelo fato de que “para maximizar sua capacidade de transformar o mundo, pretendeu-se imune às transformações do mundo” (2006, p. 138).

Fato que fica evidente ao se refletir sobre as características da racionalidade moderna, dentre as quais o autor destaca o perfeccionismo intelectual, a moral rigorosa e humanamente

impiedosa e, principalmente, uma racionalidade atraente para quem buscava a hierarquia e a estabilidade de regras universais. Tais características permitem-nos entender por que grupos voltados para as vantagens econômicas encontravam (e encontram) na ciência moderna e em seu corolário técnico o respaldo teórico para convalidar suas práticas, assumindo o sucesso segundo a ideologia dos vencedores: o tempo representa a repetição do seu domínio e o futuro é o progresso (SANTOS, 2006).

Ao pensar sobre o tema da complexidade do pensamento no mundo contemporâneo, Morin (1995) contribui para a compreensão do paradigma da ciência moderna. O autor parte da ideia de que as sociedades só existem e as culturas só se formam, se conservam e se transmitem através das interações feitas entre os indivíduos e a própria sociedade. Segundo ele, a cultura e a sociedade estão em uma relação geradora mútua, pela qual há um processo de abertura e fechamento para as potencialidades do conhecimento.

Em outras palavras, cada sociedade pode se abrir e se atualizar para fornecer aos seus indivíduos o saber acumulado, ou se fechar com normas, regras, proibições e etnocentrismo. Há então uma relação de formação do conhecimento, pela sociedade, via cultura. E para Morin, “conhecimento é poder, e dá poder” (1995, p. 30). Desta forma, agem sobre o nascimento do conhecimento as inúmeras forças das determinações sociais, políticas, culturais e históricas.

Alguns desses tipos de determinações aprisionam o conhecimento num multideterminismo de normas, imperativos e bloqueios, atuando pelo que o autor chama de *imprinting* cultural (1995). O *imprinting* cultural caracteriza o que seria o fechamento da cultura e do conhecimento, marcado pela normalização, com uma matriz que estrutura o conformismo. Nessas condições, as diferentes visões são desconsideradas e eliminadas das expressões da sociedade.

A normalização previne contra o desvio, diz, o que, de um lado, é importante e válido, e de outro, é perverso e inadmissível. São os processos culturais de reprodução que perpetuam os modos de conhecimento e verdades estabelecidas. É um ciclo, pois a cultura produz os modos de conhecimento, e este reproduz a cultura que o produziu (MORIN, 1995).

A forma de conhecimento da modernidade ocidental passou a estabelecer normalizações, matrizes de pensamento que perpetuaram seus modos de saber com verdades estabelecidas. Pode-se então dizer que a modernidade ocidental produziu o conhecimento da ciência moderna, que, por sua vez, foi a forma que possibilitou a continuidade dessa cultura.

É possível fazer então um paralelo entre as normalizações e o que Santos (2006) entende como processo de canonização. Trata-se de uma forma de intensificação das referências, com ou sem ligações com o passado ou o futuro, de forma a reproduzir uma determinada forma de cultura. No caso, a moderna ocidental.

A partir da apresentação das características da ciência moderna, pode-se então avançar para os motivos que levaram à sua crise de paradigma. Para Santos (2001), uma das fraquezas da teoria moderna foi a de não ter reconhecido que a razão que faz a crítica não pode ser a mesma que pensa, que constrói e legitima aquilo que é criticável.

Com isso, foram as contradições internas do projeto do paradigma da modernidade que contribuíram para sua desestabilização. De um lado, suas propostas abrem para a inovação social e cultural, mas, de outro, sua complexidade impede que suas promessas sejam cumpridas. O que, para o pensador, fica claro de início pela ousadia da proposta, que já contém em si o fracasso de propostas não cumpridas (SANTOS, 2001).

Tanto os excessos de promessas quanto os déficits de cumprimentos eram previstos, mas entendidos como desvios, ou problemas solucionáveis através do uso mais intensivo de recursos materiais e institucionais da modernidade. De acordo com Santos (2001), a gestão passou a ser cada vez mais baseada no uso da ciência e da técnica, que com seus critérios de eficiência e eficácia se tornou hegemônica e passou a ser considerada como solução para a maioria dos problemas.

Contudo, a promessa de domínio da natureza em benefício da humanidade e de paz perpétua, de uma sociedade mais justa através da ciência foi acompanhada por uma excessiva cientificização, caracterizando o que Santos (2001; 2006) chama de ênfase no conhecimento-regulação, em detrimento do conhecimento-emancipação.

Partindo de tal ideia, o autor define os dois pilares do paradigma sociocultural da modernidade ocidental: o da Regulação Social, dividido nos princípios de Estado, mercado e comunidade, e da Emancipação Social, processo histórico de racionalização da vida social, das instituições políticas e cultura. Destes dois pilares derivam-se duas formas de conhecimento, o conhecimento-regulação e o conhecimento-emancipação (SANTOS, 2006).

Para Santos (2006), a lógica do desenvolvimento da modernidade ocidental e do capitalismo levou à total supremacia do conhecimento-regulação, que caracteriza uma trajetória de conhecimento entre ignorância (o caos) e saber (a ordem), em contraposição à trajetória

emancipatória do conhecimento entre colonialismo (ignorância) e solidariedade (saber), recodificado em termos do conhecimento-regulação. Assim, a forma de ignorância da Emancipação, o colonialismo, foi recodificada como forma de saber na Regulação. É o colonialismo como ordem, como processo que serve de base para a consolidação epistemológica da ciência moderna.

Isso leva a outro motivo da crise do paradigma da ciência moderna: sua homogeneidade no mundo e privilégio das sociedades ocidentais. Daí que, por exemplo, para Bachelard, a filosofia do espírito científico não pode ser homogênea, até porque nem todos os conceitos estão no mesmo estágio e, com isso, não se pode pretender dar uma resposta de conjunto. Ou, como diz, “nada pode legitimar um racionalismo absoluto, invariável, definitivo” (1978, p. 25).

O comentário conclusivo de Santos (2001) sobre a crise da ciência moderna é o de que suas causas estão exatamente em suas pretensões epistemológicas. Explica-se pelo fato de ser um modelo totalitário que nega outras formas de conhecimento, e, principalmente, separa-se dos saberes locais, desconsiderando seus modos de racionalidade.

Sua proposta é então de estudar as alternativas à globalização neoliberal e o capitalismo global a partir de uma nova perspectiva: a de baixo, a contra-hegemônica. O autor ainda considera o conhecimento científico forma significativa de conhecimento, e de inquestionável importância para a vida em sociedade, mas ressalta que estamos no momento de contestar as formas de conhecimento que fornecem privilégios a quem as detém (SANTOS, 2001).

Para o pensador (2001), há uma grande dificuldade em se produzir uma teoria crítica, cuja função deve ser exatamente de alcançar alternativas ao que está dado, partindo do princípio de que é possível superá-lo, pois o que está dado não é a única possibilidade de existência. Portanto, a questão passa a ser: qual a forma alternativa ao paradigma da ciência moderna?

A concepção teórica da modernidade estabelece a sociedade como uma totalidade, e por isso sempre apresenta propostas universais. Contudo, a percepção da sociedade como uma totalidade é uma construção social como qualquer outra, assegurada por procedimentos estruturados para produzir e garantir um princípio único de transformação social (SANTOS, 2001).

Ou seja, não há um princípio único de transformação social. Ao contrário, há um futuro possível dentre vários outros alternativos e, se são muitas as formas de dominação, são também muitas as resistências, que não podem ser reunidas sob uma grande teoria comum. O autor

destaca a necessidade de reconhecimento da diversidade epistemológica, que sugere diversidade cultural e múltiplas maneiras de se perceber o mundo, e não mais a tendência à unanimidade e ao universalismo (2001, 2006). Como ele explica:

Assumir a diversidade epistemológica do mundo implica renunciar a uma epistemologia geral. Ou seja, não há apenas conhecimentos muito diversos no mundo sobre a matéria, a vida e a sociedade; há também muitas e muito diversas concepções sobre o que conta como conhecimento e os critérios de sua validade (SANTOS, 2006, p. 144).

Os sistemas de saberes plurais, considerados alternativos à ciência moderna, tornam visíveis campos de saber que haviam sido neutralizados ou ocultados, abrindo caminho principalmente para modos de conhecimento de áreas mais periféricas e marginalizadas do sistema mundial. Há então uma nova luta de reinvenção da cultura que vai além da homogeneização da globalização hegemônica (SANTOS, 2006).

A passagem da ciência moderna para a pós-moderna tem que começar, para Santos (2001) por uma crítica específica ao conhecimento. Para tanto propõe uma nova forma, construída a partir das tradições marginalizadas, representadas pelo conhecimento-emancipação. É a partir dele que o autor evoca a necessidade de um “pensamento alternativo de alternativas”.

Ao fazer uma espécie de especulação sobre o paradigma emergente, Santos sugere que seja uma espécie de “paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente” (2001, p. 74). Por essa definição, seu objetivo é dizer que a revolução científica de hoje deve ser diferente da que aconteceu no século XVI e que deu início ao paradigma da ciência moderna. Precisa ser não só científica, mas também social, aberta, incompleta e sempre inacabada e em turbulência.

Morin (1995), por sua vez, critica a cultura científica por ser cada vez mais voltada para um conhecimento quantitativo e manipulador. Seu conhecimento não consegue mais pensar sobre si mesmo, é inconsciente justamente por sua característica de ênfase em dicotomias: o sujeito não pode mais ser separado do objeto de seu exame, e o saber precisa ser objeto do próprio saber.

Segundo Santos (2001), essa separação, juntamente com outras dualidades, é uma das características mais marcantes da epistemologia da ciência moderna, garantindo a separação absoluta entre as condições do conhecimento e seus objetos. Mas que, hoje, conforme destacado por Morin, já se sabe, é uma separação marcada por contradições que clamam pela necessidade de um conhecimento plenamente consciente de todas as suas condições. Para tanto, o autor português mais uma vez ressalta a importância do conhecimento-emancipação como forma de conhecimento compreensivo e íntimo.

A forma de pós-modernismo capaz de realizar o auto-conhecimento é chamada por Santos (2006) de pós-modernismo de oposição, em contraste ao pós-modernismo celebratório. Ambas as formas se assemelham em suas críticas ao universalismo, às grandes narrativas sobre a linearidade da história e às totalidades hierárquicas, buscando características como pluralidade, margens e heterogeneidades.

No entanto, embora possuam algumas semelhanças, para o autor português elas não bastam para eliminar o eurocentrismo ou o etnocentrismo ocidental desta concepção celebratória, e acabam por ocultar as desigualdades na relação entre norte e sul e misturar a crítica ao universalismo ocidental com a reivindicação da singularidade do ocidente (2006).

A resposta estaria mesmo no pós-modernismo de oposição, forma de superação da modernidade ocidental a partir das margens e das periferias, na constante busca por elementos suprimidos e que foram menos colonizados pelos cânones hegemônicos (SANTOS, 2006). São elementos que sempre estiveram presentes e que são utilizados em constantes processos de montagem com as imposições do colonialismo.

Isso acontece porque sempre existe dúvida, subversão, contestações e brechas nas normalizações. São, segundo Morin (1995), as condições que mobilizam e liberam o conhecimento, permitem a autonomia e a evolução do pensamento. Como condição para diminuir a canonização e o *imprinting* cognitivo, é necessário haver uma dialógica cultural, com pluralidade e diversidade de pontos de vista, com trocas de informações e opiniões para enfraquecer os dogmatismos e intolerâncias. Justamente o que Santos procura nas culturas marginalizadas é causado, de acordo com Morin, pela efervescência cultural, num contexto de alta complexidade que desenvolve a autonomia do espírito e a possibilidade de desvios.

Nessas culturas, a efervescência se identifica com os códigos barrocos, formações que funcionam através da intensificação e da mestiçagem, pela qual, como descreve Santos (2006), as referências se misturam ou interpenetram-se a tal ponto que as emergentes têm uma nova herança mista. Para o autor, a ideia de mestiçagem (que ele classifica como barroco do tipo de sobre-exposição, em contraposição ao de sub-exposição que caracteriza a canonização) tem potencial emancipatório, pois suas raízes e opções se proliferam de forma caótica, gerando criatividade, autonomia e auto-reflexividade.

Seguindo esse raciocínio de ênfase nas margens, a maneira epistemológica de superação da totalidade e recuperação das culturas excluídas, proposta por Santos (2006), se dá através da

sociologia das ausências. Para o autor, tudo o que não existe, ou de existência não perceptível socialmente é resultado de um processo social, e o que, no caso, foi suprimido pela globalização hegemônica foram as aspirações e articulações emancipatórias.

O autor também propõe como procedimento da globalização contra-hegemônica a teoria de tradução, pela qual só há reconhecimento quando se deixa de ser particular ou local, com a criação de uma inteligibilidade mútua. É interessante notar que mesmo a globalização que tomamos como geral é um caso específico de um localismo bem sucedido e tornado hegemônico pelos vencedores (SANTOS, 2006).

Finalmente, na busca por alternativas epistemológicas à ciência moderna, destaca-se a elaborada por Bachelard (1978) através da “Filosofia do Não”. Segundo sua teoria, não deveria haver apenas uma negação, ou uma contradição sem provas, e sim uma reorganização do saber de forma mais ampla em busca de um pluralismo racional para romper com o sistema de razão absoluta e invariável.

Segundo o autor, devem-se aproveitar as possibilidades do pensar e, a partir delas, procurar outras variedades dos pensamentos, principalmente porque “a teoria tradicional de uma razão absoluta e imutável é apenas uma filosofia. E uma filosofia caduca” (BACHELARD, 1978, p. 87).

Santos (1989) avalia a proposta de Bachelard como ainda em busca de um conhecimento científico, racional e válido, contra o senso comum. Ou seja, como parte da perspectiva da ciência moderna. O que caracteriza o rompimento da “filosofia do não” seria o primeiro movimento da proposta de Dupla Ruptura Epistemológica, o qual consistiria na distinção entre ciência moderna e o senso comum, que fazem parte da mesma cultura em extinção (SANTOS, 2001).

Mas, segundo Santos, não faz sentido criar um conhecimento novo e autônomo para confrontar o senso comum se não transformar o próprio senso comum, e depois transformar-se nele. É preciso então romper com a ruptura epistemológica, para com isso transformar tanto o senso comum quanto a ciência. “A dupla ruptura epistemológica tem por objeto criar uma forma de conhecimento, ou melhor, uma configuração de conhecimento que, sendo prática, não deixe de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída” (1989, p. 42-43).

Quando Santos (2006) sugere como solução para a crise paradigmática o aprender com as formas marginalizadas pelas dominantes da modernidade através da Sociologia das Ausências, sua ideia é de aproveitar as experiências das vítimas, dos grupos sociais que sofreram com a

exclusividade epistemológica e com a redução das possibilidades emancipatórias às tornadas possíveis apenas pelo capitalismo. E a conclusão que chega vai mais longe: deve-se aprender com o Sul.

O Sul surge então como metáfora do que a modernidade ocidental fez de si mesma e descreve os sofrimentos dos que passaram pela violência do colonialismo, entendido até então como missão civilizadora, contra o caos.

É uma forma de inclusão do que não é ocidental, também para ajudar a compreender qual é, como base para a emergência da globalização contra-hegemônica, a alternativa construída pelo Sul.

Assim, só se aprende com o Sul na medida em que se concebe este como resistência à dominação do Norte e se busca nele o que não foi totalmente desfigurado ou destruído por essa dominação. Por outras palavras, só se aprende com o Sul na medida em que se contribui para a sua eliminação enquanto produto do império (SANTOS, 2006, p. 33).

A América Latina mostra-se então com todas essas características, dado que, depois de ter tido suas manifestações culturais e formas de pensamento mestiças excluídas pelos cânones ocidentais, apresenta-se como alternativa epistemológica ao paradigma em crise.

Retomando Morin (1995), sua discussão contribui para a observação da realidade latino-americana como lugar de efervescência, em contraste aos paradigmas impostos por sociedades alheias que inibem suas formas inéditas de pensamento. A divergência da normalização e de suas regras de conduta impostas e aplicadas pelos países da modernidade ocidental surge como alternativa condizente com a realidade específica e única do continente.

Deste modo, a alternativa do Sul, que Santos (2006) chama de Nuestra América, em referência à obra de José Martí¹, é marcada pelo fenômeno da mestiçagem, capaz de favorecer a criação de um conhecimento que não seja importado e sim adequado à sua realidade. A complexidade de suas raízes possibilita a infinita incorporação de conhecimentos e práticas, o que colabora para a criação de uma perspectiva latino-americana, internacionalista e consciente de seu caráter aberto e inacabado.

Laplantine e Nouss (1997) veem na mestiçagem justamente a confrontação, o diálogo que escapa de toda estabilidade e não chega jamais ao seu fim. Ela cria contradições que levam a um estado em que nada é absoluto, numa posição semelhante à de Santos, entendendo o conceito

¹ MARTÍ, José. **Obras Completas**. La Habana: Editorial Nacional de Cuba, 1963

como uma mediação entre intermediários, sendo que não provém de uma fonte ou de uma matriz, rompendo com conceitos de simples, separado, ou qualquer outra possível polaridade.

Na América Latina, como metáfora do Sul, foram criadas sociedades de transição, de espaços intermediários que servem de modelos de civilização com diferentes configurações culturais. Devido a essa possibilidade de confronto, o pensamento mestiço é minoritário, muitas vezes é mesmo entendido como pecado, decadência e degradação do que antes era puro e idêntico. Tem, portanto, uma posição oposta à fascinação pelo homogêneo, pelo idêntico numa rejeição que se torna insuportável para sociedades e costumes estáveis, pois cria dúvidas contínuas sobre sua própria identidade e realidade² (LAPLANTINE; NOUSS, 1997).

Sugerindo o termo hibridismo como capaz de englobar toda uma rede de conceitos como a já citada mestiçagem, o sincretismo e a fusão, Canclini (2008) caracteriza seu conceito como capaz de dar conta das particularidades do conflito recente no contexto de decadência de projetos nacionais de modernização da América Latina. Emprega-o como um termo de tradução entre todos os termos usados para falar de misturas particulares.

Embora use um termo diferente, Canclini tem uma proposta semelhante à de Santos e de Laplantine e Nouss, ou seja, a de se focarem nos processos (no caso, de hibridação), para levar em conta os movimentos que a rejeitam e resistem a aceitar “formas de hibridação porque geram inseguranças nas culturas e conspiram contra sua autoestima etnocêntrica. Também é desafiador para o pensamento moderno de tipo analítico, acostumado a separar binariamente o civilizado do selvagem, o nacional do estrangeiro, o anglo do latino” (2008, p. XXXIII)

Assim, independentemente do termo utilizado para contestar o discurso do puro, do fechado, do distinto e da fronteira, é preciso ressaltar que a ideia é ir contra sistemas excludentes, que evitam a possibilidade de contaminação, como se a mudança fosse para degradar o que deveria continuar imutável e inalterado. Exatamente em contraposição a essa postura, Santos explica a especificidade da América Latina que, a partir da sua colonização por poderes colonialistas fracos, foi uma

forma de marginalização que possibilitou uma criatividade especificamente cultural e social, umas vezes altamente codificada, outras vezes caótica, umas vezes erudita, outras popular, umas vezes oficial, outras ilegal. Tal mestiçagem está tão profundamente enraizada nas práticas sociais desses países que acabou

² Tout, même la fusion, paraît préférable à la tension métisse. On en veut à l’existence qui mêle les imaginaires et les mémoires, les mémoires et les oublis, la vérité et le mensonge, le factuel et le fictif, comme c’est le cas dans le roman, genre métis s’il en est. On refuse notamment que le monde contemporain soit devenu (...) un ‘énorme collage’ (LAPLANTINE; NOUSS, 1997, p. 85)

por ser considerada como fundamento de um ethos cultural tipicamente latino-americano (SANTOS, 2006, p. 205).

Esse ethos latino-americano, barroco, é a sociabilidade capaz de enfrentar as formas hegemônicas de globalização, e abrir possibilidades contra-hegemônicas.

No entanto, a América Latina ainda precisa lutar contra algumas frustrações nas suas realizações. Dentre estas, para Santos (2006), as que mais se destacam são as heranças da colonização, personificadas nas elites locais; a inexistência de uma hegemonia no campo da contra-hegemonia, de lutas sempre isoladas sem uma teoria da tradução e, finalmente, o clima de incerteza causado pela polarização de riquezas e sistemas de repressão mais violentos.

Mas sua perspectiva é otimista. O crescimento das interações entre fronteiras, que sempre haviam sido porosas, no século XX possibilitou novas formas de mestiçagem e transculturação, levando ao aumento da proximidade entre os povos. Assim, a América Latina tem condições para ela própria se globalizar e propor novas alianças emancipatórias e desenvolver uma política transnacional capaz de identificar articulações para possibilitar a globalização contra-hegemônica (SANTOS, 2006).

Por fim, é interessante notar como, ao se pensar as novas possibilidades da América Latina, torna-se ainda mais compreensível a ideia de que “pode-se afirmar que a diversidade epistêmica do mundo é potencialmente infinita, pois todos os conhecimentos são contextuais e parciais. Não há nem conhecimentos puros, nem conhecimentos completos, há constelações de conhecimentos” (SANTOS, 2006, p. 154).

2. COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

O contexto histórico da América Latina cria uma realidade diferente. Gruzinski avalia o continente como uma junção inconsciente de culturas e elementos ao longo do tempo, desde o momento da colonização, produzindo uma mestiçagem contínua. Ou seja, há uma constante ativação de memórias que orientam e sugerem relações, produzindo uma heterogeneidade que não se encaixa nas classificações importadas, prontas *a priori* e por consequência unificadoras. É como ele explica: “a mistura leva ao oposto da uniformização” (2001, p. 223).

Nesse sentido, ao se pensar a proposta de Santos sobre a América Latina como uma alternativa para o paradigma da ciência moderna ocidental, é imprescindível traçar o caminho desse raciocínio: quais seus principais traços, como se deu seu próprio processo de modernização e qual o impacto sobre a formação dos meios de comunicação no continente e, principalmente,

quais as características sobre a ênfase na busca tecnológica e seu impacto sobre as concepções de desenvolvimento socioeconômico.

2.1. Modernismo sem Modernização na América Latina

Canclini (2008) define modernidade como uma etapa histórica, construída pela modernização de um processo socioeconômico através dos projetos culturais do modernismo. Interessa-nos ver de que forma sua proposta sobre como na crise da modernidade ocidental, já referida por Santos e da qual a América Latina faz parte, são transformadas as relações entre tradição, modernismo cultural e modernização socioeconômica. Ou seja, discutir os vínculos entre os três termos e as dúvidas de se a América Latina é ou não um continente moderno, dentro dos moldes do paradigma ocidental ou dotado de características que o diferenciam de tal modelo e criam um novo, particular.

O objetivo do autor é significativo para este estudo por tentar conectar as mudanças na modernização, seu impacto sobre o que se entende por modernidade e a concepção da América Latina como “articulação mais complexa de tradições e modernidades (diversas, desiguais), um continente heterogêneo formado por países onde, em cada um, coexistem múltiplas lógicas de desenvolvimento” (2008, p. 28).

Ao estudar o caso brasileiro, Martín-Barbero (1997) interpreta sua modernidade como muitas vezes baseada na contínua tradução da matéria-prima nacional em manifestações que pudessem ser reconhecidas no exterior. Enquanto, de outro lado, a economia política foi baseada no movimento contrário, a partir de um modelo de interiorização do paradigma e das exigências provenientes do exterior, sem considerar seu impacto direto sobre as condições socioeconômicas internas.

É o que marca a lógica do desenvolvimentismo, pela qual a obtenção da identidade de uma nova Nação³ se daria através do discurso modernizador dos países hegemônicos. No contexto do início do século, o esforço e os êxitos do processo seriam avaliados e validados pela ordem mundial, apenas nos termos desse discurso alheio. Assim, pode-se dizer que na América Latina como um todo, a ideia de modernização foi mais um movimento de adaptação econômica e cultural do que de independência (MARTÍN-BARBERO, 1997).

³ Note-se que ambos os conceitos de Nação e identidade também foram criados pelo paradigma da ciência moderna.

Canclini faz uma crítica significativa às posições que descrevem a modernidade da América Latina como mal-realizada e tardia, uma espécie de cópia danificada das imagens otimizadas do que aconteceu nos países centrais, criadores dos paradigmas iniciais. Segundo o autor, “é necessário rever, primeiro, se existem tantas diferenças entre a modernização européia e a nossa” (2008, p. 71) para depois avançar numa visão de modernidade do continente e analisá-la como atrasada ou não.

Canclini critica a concepção de que o chamado Terceiro Mundo reproduziria o que antes era do Primeiro. Ao contrário, os países latino-americanos resultariam de um processo de hibridação, uma mistura e entrecruzamento de inúmeras tradições e políticas, inclusive as modernas. Percebe-se então que os conceitos de mestiçagem de Laplantine e Nouss e o hibridismo de Canclini vão além de uma visão fechada e incapaz de ver os movimentos e heterogeneidades no continente e que, de fato, estão à procura das traduções e diálogos criados com as importações dos conceitos modernos.

É preciso ressaltar que Canclini (2008) não nega a atuação das classes dominantes e das elites intelectuais de procurarem um perfil moderno, privilegiando suas relações com as tradições européias. Explica, com isso, os desajustes entre o modernismo e a modernização, que contribuíram para que tal classe preservasse sua hegemonia.

Pinheiro, da mesma forma, observa no continente latino-americano uma “efervescência de heterogeneidades simultâneas e contíguas, não dependentes diretamente de um centro ou substancia unidirecionais” (2004). Com isso, todas as noções da modernidade ocidental são descartadas através do caráter de excessivas combinações e contaminações entre códigos e linguagens.

Caracterizando a América Latina como uma cultura que abriga um grande (e crescente) número de outras culturas, entende que há uma necessidade de acelerar a sobreposição entre seus códigos e séries, formando uma complexidade de combinações. O resultado seria de quase diluição das fronteiras entre o centro e a periferia, com total mobilidade de “mosaicos em trânsito aos espaços e textos, anterior e juntamente aos variados e irregulares processos de modernização” (PINHEIRO, 2004).

As noções de fragmento, simultaneidade, brevidade, instabilidade, que fazem parte das teorias sobre modernidade, segundo o autor (2004), já faziam parte das culturas urbanas do continente. Desta forma, as referidas regiões de efervescência não poderiam ser consideradas

como desvios ou desequilíbrios de uma possível ordem anterior e rompe-se com a visão da aplicação das teorias externas binárias isoladas, sem readaptações específicas para as sociedades latino-americanas.

Seguindo essa linha, Martín-Barbero (2003) tem uma visão semelhante à de Santos quando vê a América Latina como portadora da capacidade de propor uma nova sensibilidade em relação ao plural, que consegue ver a heterogeneidade como valor compatível com a construção de uma nova coletividade, com novas formas de solidariedade. Rompe com a visão ocidentalizante de que a diferença significa o fim da sociabilidade, numa posição que remete à trajetória emancipatória de conhecimento.

Contudo, a avaliação do autor é de que o continente, hoje, ao tentar se integrar economicamente e se inserir no novo mercado mundial, está acabando com a solidariedade regional, principalmente ao tentar fazer parte de grupos excludentes como a Alca e o próprio Mercosul. Opina que a competitividade acaba sendo maior que a cooperação e a complementaridade, porque a partir do momento em que ser uma “sociedade de mercado” é requisito para ser “sociedade de informação”, a racionalidade da modernização liberal acaba por substituir também os projetos de emancipação social. Explica:

As contradições latino-americanas que atravessam e sustentam sua integração globalizada desembocam assim de forma decisiva na pergunta a respeito do peso que as indústrias da informação e da comunicação audiovisuais têm nestes processos, já que estas indústrias trabalham no terreno estratégico das imagens que estes povos fazem de si mesmos e com as quais se fazem reconhecer pelos demais (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 75)

Em um retrospecto, a origem de tais problemas estaria no processo de busca pela modernização do início do século XX. A economia latino-americana passou por um período de reorganização, com industrialização de substituição de importações, formação do mercado interno e, principalmente, grande intervenção do Estado, com investimentos em obras de infraestrutura e desenvolvimento dos meios de comunicação. Destaca-se que foi um período em que a industrialização ainda refletia as condições do mercado internacional, mas já criando diferenças entre o alcance do desenvolvimento real e as propostas das burguesias nacionais na suas buscas de incorporar os modos de vida das “nações modernas” (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Rotker descreve a modernidade como o início da industrialização e consolidação dos estados mais fortes e burocráticos. Pensa num período em que se formava um novo ambiente, que apostava no progresso como representação do futuro e das possibilidades de mudança:

ferrocarriles, máquinas a vapor, fábricas, telégrafos, periódicos diários, teléfonos, descubrimientos científicos (...) Ser moderno – en términos occidentales – era también el optimismo tecnológico donde el hombre, como diseñador, mejoraría el mundo material; la sociedad podría alcanzar la mejor de las utopías gracias a los ideales de eficiencia. Era, en suma, introducirse en las leyes del mercado, salir de los regionalismos hacia visiones transcontinentales, enfrentar la instauración del hombre como ‘animal laborans’ y la mundanización (1992, p. 29)

O contexto entre 1920-1930 foi marcado pelo crescimento do fluxo de informações, variação das classes sociais, aumento da população e urbanização. Mas, enquanto isso, a política industrial resumia-se à exportação de matérias-primas e importação de manufaturados (ROTKER, 1992).

Lopes (2005) diagnostica nesse período um importante papel dos meios de comunicação de massa, como difusores do estilo de vida urbano, incentivando a migração e adesão ao estilo de vida das cidades enquanto padrão de vida mais elevado. Tudo isso acompanhado da política populista do Estado, em busca da formação de uma Nação: conversão das massas em povo, e do povo em Nação. Processo que, mesmo com mudanças da atuação do Estado, esteve presente até o final do século. A mesma autora então diagnostica que a grande participação do capital estrangeiro com suas articulações nas questões econômicas, políticas e culturais contribuiu para aumentar a dependência dos países periféricos, com consequências para o setor da cultura (LOPES, 2005).

Segundo Rotker (1992), os países latino-americanos foram, dessa forma, contagiados pelo novo espírito da modernidade, com suas novas noções de progresso, cosmopolitismo, abundância e desejo pela novidade. Surgiu o interesse pelos adventos tecnológicos e novos sistemas de comunicação numa nova lógica de consumo de acordo com as leis de mercado.

Os mercados nacionais passaram a ser ainda mais ajustados em função das necessidades e exigências no mercado internacional. Segundo Martín-Barbero, “Esse modo dependente de acesso à modernidade, contudo, tornará visível não só o ‘desenvolvimento desigual’, a desigualdade em que se apóia o desenvolvimento do capitalismo, mas também a ‘descontinuidade simultânea’ a partir da qual a América Latina vive e leva a cabo sua modernização” (1997, p. 213).

Foi um período em que cresceu também o espaço das tecnologias de informação, como telefone, rádio, telégrafo, etc., criando um novo eixo para a modernização na busca de articular o movimento econômico com um projeto político, de construir uma nação mediante a criação de uma cultura e de um sentimento nacional. Martín-Barbero (2002) esclarece que o sentido cultural das tecnologias de comunicação condiz com o surgimento das massas urbanas: o novo sujeito social do nacional.

Após a metade do século iniciou-se um desenvolvimento econômico mais sólido e diversificado, baseado no crescimento das indústrias e das novas tecnologias, consolidou-se o crescimento urbano e são introduzidas novas tecnologias comunicacionais, principalmente a televisão. Segundo Canclini (2008), esses aspectos contribuem para a massificação e internacionalização das relações culturais e incentivam a procura por produtos “modernos”, muitas vezes já fabricados na própria América Latina.

O autor conclui que na década de 90 o continente efetivamente se modernizou, acabando com a separação entre o modernismo simbólico/cultural e a modernização socioeconômica. Contudo, em sua opinião, tal modernização aconteceu de uma forma diferente da imaginada nas décadas anteriores e das propostas dos paradigmas externos. Explica que embora ainda exista desigualdade na apropriação dos bens simbólicos e no acesso à inovação cultural, “essa desigualdade já não tem a forma simples e polarizada que acreditávamos encontrar quando dividíamos cada país em dominadores e dominados, ou o mundo em impérios e nações dependentes” (CANCLINI, 2008, p. 96-97).

O fim das hegemonias ou mesmo da simplificação das divisões clássicas em binarismos ajuda então a entender o sentido contraditório da modernidade na América Latina. A próxima etapa é discutir seu impacto na comunicação

2.2. Especificidades da comunicação na América Latina

Tal como Santos, Martín-Barbero (2003, p. 70) vê no contexto latino-americano uma crescente violência, intolerância e falta de solidariedade, e argumenta que devido a essa perspectiva negativa, a comunicação deve ser entendida como um espaço fundamental de reconhecimento do outro. No continente, seu foco precisa estar no reconhecimento, na reciprocidade e na ideia de que para afirmar o que é próprio, é preciso reconhecer o diferente.

A lógica desse raciocínio é de que podem existir modelos alternativos de comunicação, que convergem para o reconhecimento da competência comunicativa das comunidades e para sua natureza transnacional. Ou seja, ela depende, na realidade, da capacidade de apropriação e ativação da competência cultural das comunidades e não da quantidade de informação disponível, como pregam as teorias informacionais (MARTÍN-BARBERO, 2003).

Contrariamente à história tradicional dos meios de comunicação, que sempre deu mais espaço para as estruturas econômicas ou para o conteúdo ideológico dos meios, entendidos como eixo de mudança e avaliação, sua opinião é de que o foco deve estar nas mediações, pois sem a presença delas a história ficaria reduzida a um relato que exclui o espaço cultural. A introdução da mediação significaria, portanto, dar importância para o lugar onde se articula o sentido que os processos econômicos e políticos têm para a sociedade (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Sugere três campos para a nova forma de investigar a comunicação, todos importantes para o objetivo dessa pesquisa. O primeiro é a estrutura internacional da comunicação, importante para os investigadores latino-americanos tanto para fundamentação do problema quanto para sugestão de alternativas. Seria um campo para articular denúncias e para elaboração de políticas e novas propostas.

Em seguida há o estudo das novas tecnologias de comunicação, um dos entraves político-econômicos mais importantes. A crítica se encontra no fato de que o desenvolvimento dessas tecnologias é visto e proclamado pelos representantes dos sistemas como a solução para a crise do capitalismo, como se “la revolución tecnológica sería la única posibilidad y desde luego la única eficaz” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 116). Esse campo será discutido posteriormente com mais profundidade.

Finalmente, há a visão da comunicação alternativa e popular, pela qual se buscaria transformar o processo de comunicação latino-americana para dar lugar à palavra dos grupos minoritários. No entanto, o autor destaca que o popular não é homogêneo e precisa ser estudado em seu processo ambíguo e conflituoso de produção.

Assim, para Martín-Barbero (2002) e Santos (2006), a compreensão do sentido e do alcance dos estudos de comunicação na América Latina só poderia ser alcançada pela ligação entre as pressões dos processos técnico-econômicos e o esgotamento de algumas das ferramentas teóricas que eram usadas para os estudos. É a partir disso que decidiu escrever seu próprio pensamento, com a comunicação no continente passando a ser definida como “colocação em

comum da experiência criativa, reconhecimento das diferenças e abertura para o outro” (2003, p. 69).

A expressão de que “tudo é comunicação” do final do século XX resume o fato de que grandes decisões políticas, culturais e estratégicas precisam passar pelo campo da comunicação, como força catalizadora da investigação social. Contrária ao paradigma informacional e a tentativa de tornar a comunicação uma ciência, a ideia de que tudo é comunicação resume o ponto de vista de Martín-Barbero (2002) de que os modelos das teorias externas não são capazes de dar conta dos processos sociais contraditórios latino-americanos.

A entrada das novas tecnologias de comunicação no mercado e a consciência das peculiaridades do processo de transnacionalização do continente coincidiram com a reestruturação dos estudos em comunicação. Segundo o autor, “el campo de los problemas de comunicación no puede ser delimitado desde la teoría, no puede serlo más que a partir de las prácticas sociales de comunicación” (2002, p. 124), o que significa que as práticas na América Latina se articulam também fora dos meios, em processos políticos, religiosos, artísticos.

O autor conclui que, ao se pensar a comunicação dessa forma, seria verossímil acabar com a linearidade do modelo informacional e com a estreiteza das análises políticas, que desconhecem e desvalorizam a multiplicidade de formas de atuação latino-americanas. Paralelamente a isso, Lopes (2005) acredita que em virtude da ambiguidade do conceito da comunicação, especialmente na América Latina, esta precisa ser investigada dentro dos contextos social, econômico, político e cultural que a envolvem.

A mesma autora propõe um enfoque diferente dos modelos que partem da concepção de cultura de massas como parte de processos de vulgarização e degradação da alta cultura da Europa ocidental. Seu interesse está em acabar com a visão dualista entre cultura de massas e uma suposta cultura de classe. Por isso, ao pensar os meios de comunicação de massa, entende-os numa ambiguidade, pois ao mesmo tempo introduzem padrões modernos de difusão do estilo de vida urbano, mas também criam uma espécie de conscientização das tensões sociais (LOPES, 2005).

De maneira semelhante, o ponto de partida proposto por Martín-Barbero (2002) para a reestruturação do campo de reflexão é o popular. Ressalta que não deve ser convertido numa categoria universal, e sim pensar a cultura popular como espaço de conflito nos quais há uma significativa não-contemporaneidade entre os produtos culturais que se consomem e o lugar onde

são produzidos. Além disso, sugere uma mudança na posição do pesquisador, que por ser etnocentrista, sempre negou ao popular a validação como cultura.

Com isso, faz uma crítica do descaso e da indiferença das elites que participaram do processo de modernização e que buscaram legitimar seu direito de decidir o que é cultura. Entendendo seu comportamento como uma esquizofrenia, o pensador descreve-o como um reflexo do padrão cultural dos europeus que resulta num estranhamento das mestiçagens e das dinâmicas culturais específicas da América Latina.

Dentre as principais dinâmicas, destaca a reorganização das identidades coletivas pela indústria cultural, com formas que produzem novas hibridações e acabam com as separações entre culto/popular, tradicional/moderno. Contudo, ao mesmo tempo em que os meios massivos mesclam e hibridam, também separam e reforçam as divisões sociais, refazem e legitimam as exclusões da estrutura social e política, como, por exemplo, na fragmentação dos públicos pela diversidade de possibilidades de escolha de canais de televisão (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 148).

Para finalizar, ao pensar a transnacionalização, Martín-Barbero (2002) sugere abandonar a concepção que reduz a comunicação a estratégias de imposição cultural que desconhecem o modo pelo qual funciona a hegemonia. Numa perspectiva otimista, reforça que há uma interação das mensagens hegemônicas com os códigos de cada povo, numa experiência diferenciada que entra em constante processo de recriação cultural. Assim, são formadas novas identidades, reconstituindo o sentido do nacional e do local.

Lopes (2005) faz notar que a produção de bens culturais na América Latina e, principalmente no Brasil, tem um alto índice de nacionalização. O que significa que mesmo com alto grau de investimentos estrangeiros, presença de subsidiárias e compra de tecnologia, esses bens são cada vez mais produzidos para o mercado interno com suas especificidades.

Porém, a transnacionalização também pode ser pensada em termos de homogeneização, através dos dispositivos que entram com a racionalidade do projeto modernizador e deslocam partes do universo de cada cultura. Adverte para o fato de que as formas locais de produção são deslocadas das comunidades por aparelhos especializados, e formas de vida são remodeladas e substituídas por padrões estabelecidos de consumo (MARTÍN-BARBERO, 2002).

Entendendo a necessidade dos chamados modernistas por Rotker como parte do processo de transnacionalização, é possível estender a crítica de Martín-Barbero ao que a autora

vê na tendência do internacionalismo de integrar o discurso cultural do ocidente com a nova realidade da América Latina, em busca de um futuro com uma cultura mais moderna. Segundo a autora, as ideias

tuvieran que ver con el tema del progreso, el deslumbramiento ante las nuevas fronteras del saber, la cultura de países industrializados y las capacidades prácticas del hombre; además, reflejaron el dolor de las transformaciones, un anhelo frustrado por recuperar el sabor de lo sublime y por crear nuevos espacios de condensación donde todo parecía fragmentado (1992, p. 82).

Trata-se de uma posição que confirma a pluralidade latino-americana, identifica a ausência de um discurso hegemônico, substituído por uma pluralidade de discursos. Ou seja, a uniformização não é uma característica que faz parte da cultura latino-americana e brasileira e, desta forma, a transposição de um modelo externo não condiz com suas condições. Rotker (1992) conclui então que a ideia de modernização e o discurso que a constrói também devem ser condizentes com a sociedade à qual pertence.

Assim, segundo a autora, tanto a escrita como a imprensa são bens culturais, e estão comprometidas histórica e politicamente com a sua época, envolvendo seus discursos com esse ideal de modernização como superação do antigo e começo de um novo tempo de deslumbramento diante da tecnologia (ROTKER, 1992).

A partir disso, o caminho aqui é pensar como se dá tal deslumbramento e quais as contradições que cria no contexto latino-americano. Como discutido nos campos estratégicos do campo da comunicação, Martín-Barbero (2002) identifica nas novas tecnologias de comunicação um entrave pelo fato de que a tecnologia não é vista pela sociedade como um mero conjunto de meios para um fim, e sim como uma racionalidade prática.

Seu objetivo é criar uma forma de analisar esse novo modelo tecnológico de maneira a conseguir captar sua complexidade e com isso relativizando sua eficácia fetichista e mistificação. Ao mesmo tempo, também tem interesse em evidenciar as virtudes da transformação, as contradições geradas e as possibilidades de ação e luta. Ainda mais no caso latino-americano, em que é possível tomar consciência do processo desde seu início, para enfrentá-lo já com algum preparo (MARTÍN-BARBERO, 2002).

Retomando o histórico feito pelo autor da entrada dos meios de comunicação no continente, é possível destacar o crescente papel da tecnologia. Não só a dos meios de comunicação propriamente (os meios em si, como aparelhos de rádio, televisão, internet, etc.) como também a dos produtos consumíveis que eles divulgam.

Martín-Barbero (1986) entende que a tecnologia é parte de um processo contínuo de busca pela aceleração da modernidade, o que na América Latina teve um profundo efeito de esquizofrenia entre a modernização pressionada pelos interesses transnacionais e possibilidade de apropriação e identificação cultural.

Isso se explica pelo fato de que há uma não contemporaneidade entre os produtos culturais consumidos e o lugar/espço social onde são consumidos. Ou seja, para Martín-Barbero (1986, 2002), as tecnologias são consumidas sem proximidade com seu contexto de produção.

Enquanto são produzidas nos países ricos são consumidas, cada vez com menor diferença de tempo, nos países mais pobres. Mas essa instantaneidade esconde a não contemporaneidade entre as tecnologias e seus usos, o que quer dizer que são consumidas, mas não podem ser referidas minimamente ao seu contexto de produção, causando não um salto qualitativo, mas uma máscara de modernização realizada pela pressão de interesses transnacionais em contraposição às possibilidades reais de apropriação e identificação cultural (MARTÍN-BARBERO, 1997, 2002).

O cenário da comunicação na América Latina é protagonizado pelas “novas tecnologias”. Vistas a partir dos países que desenvolvem e produzem essas novas tecnologias e comunicação (...) elas representam a nova etapa de um processo contínuo de aceleração da modernidade que agora estaria dando um salto qualitativo (...) de que nenhum país pode estar ausente sob pena de morte econômica e cultural. Na América Latina, a irrupção dessas tecnologias delinea, entretanto, uma multiplicidade de questões, desta vez não dissolvidas pelo velho dilema: dizer sim ou não às tecnologias é dizer sim ou não ao desenvolvimento, porque as questões deslocam o problema das tecnologias em si mesmas para o modelo de produção que implicam, seus modos de acesso, aquisição e emprego; deslocamento de sua incidência em abstrato sobre os processos de imposição, deformação e dependência que trazem consigo ou, numa palavra, de dominação, mas também de resistência, refuncionalização e redefinição. O surgimento de tais tecnologias na América Latina se inscreve, em todo caso, num velho processo de esquizofrenia entre a modernização e possibilidades reais de apropriação social e cultural daquilo que nos moderniza. Informatização ou morte! – é o lema de um capital em crise, precisando com urgência vital expandir o consumo de informática. (p. 252-253)

Com isso, o autor aprofunda sua crítica à ênfase nas novas tecnologias de comunicação como mecanismo de homogeneização e uniformização, considerando a tecnologia no singular, enquanto a cultura é plural. Tudo isso ocorre, segundo o autor, num contexto em que a fascinação e o encantamento são muito parecidos na maior parte das sociedades, independentemente dos níveis alcançados pela expansão tecnológica (MARTÍN-BARBERO, 2002).

Destaca dois problemas do surgimento das novas tecnologias no continente do ponto de vista da cultura: provocam uma “ficção de identidade” em que se apoia a cultura nacional, tanto pela racionalidade que materializam como pelo modo em que operam, além de criarem um “simulacro de racionalidade”, que levado ao extremo evidencia o que não é digerível pela homogeneização generalizada (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Entretanto, é um aspecto que tem uma consequência otimista. As novas tecnologias acabam por evidenciar o que não consegue ser simulado, que é a alteridade cultural que resiste à homogeneização generalizada. Martín-Barbero (2002) destaca que tal resistência é representada, na América Latina, pelas culturas populares, que criam um espaço de conflito e dinâmica cultural profundos.

A racionalidade tecnológica, ao tentar acabar com toda diferença não serializável, movimenta resistências, que representam outro modo de sociabilidade e sociedade. Com isso, a não contemporaneidade pode não significar exatamente atraso, e sim outras formas de relações que precisam ser pensadas fora do paradigma estabelecido (MARTÍN-BARBERO, 2002).

Retomando a questão da mestiçagem, o autor a descreve com a forma de não contemporaneidade positiva. Criada pela cultura popular misturada e mestiça, ela se opõe à equivalência geral com diferenças e ambiguidades. É importante destacar a diferença entre o diferente criado pelo confronto e aquele explorado pelas transnacionais: enquanto o primeiro cria diálogo, o segundo desativa a capacidade de relação e questionamento de si mesmo.

Como expõe Martín-Barbero (2002, p. 184), “Es la transformación de la diferencia en ‘distinción’ y de lo étnico en lo típico”. Por esse caminho, as outras culturas são reduzidas a uma identidade reflexa, que só valem pelo que valorizam a Cultura “original”, considerada superior. Tema que havia sido destacado por Santos em sua crítica à ciência moderna, tomada como paradigma seguido pela ocidentalidade, enquanto as outras formas ficam relegadas como expressões atrasadas, frente ao progresso.

Contudo, apesar do aspecto otimista demonstrado pelo autor, o paradoxo é considerado como prejudicial à América Latina, porque através da memória eletrônica os povos locais renunciam a ter e a desenvolver suas próprias memórias. Isso porque “na alternativa entre atraso e modernidade a memória cultural não conta, não é informaticamente operativa, não sendo, portanto, aproveitável” (1997, p. 254).

A função da memória da coletividade não é manter o passado, e sim dar continuidade ao processo de reconstrução permanente da identidade coletiva. Martín-Barbero (1986, 2002) destaca então a importância das narrativas populares latino-americanas, que jamais conseguiriam ser pensadas nas categorias da informática.

Desta forma, em contraste com a memória instrumental, há a memória analógica, que não trabalha com informações puras, dicotômicas. Acontece pelas experiências e acontecimentos, filtrados e carregados com ela (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Para o pensador, há a “necessidade de olhar as tecnologias como prolongamento materializado da operação antropológica, que descobre a verdade da outra cultura que reside no que temos em comum, ou melhor, na verdade da diferença do outro, que é sempre o mesmo” (1986, p. 124). São exploradas as diferenças culturais, exibidas, mas desativadas da sua capacidade de conflito, com o outro reduzido a uma identidade reflexa e negativa, definida pelo que nos falta: a tecnologia mais nova e mais moderna.

E, seguindo esse pensamento, se não há tecnologia, também não há desenvolvimento. Martín-Barbero (1997) critica a versão dos órgãos multinacionais de que a comunicação pode ser medida em número de exemplares vendidos, quantidade de aparelhos de rádio, televisão e computadores, como se sem comunicação não existisse desenvolvimento.

Ao pensar o histórico dos meios de comunicação, o autor vê na hegemonia da televisão e do rádio aspectos da difusão das inovações que tinham a perspectiva de “motores do desenvolvimento”. No caso da televisão, é possível dizer que sempre foi alvo do maior investimento econômico e de maior refinamento qualitativo de dispositivos ideológicos, construindo a imagem de democratização desenvolvimentista de que “se somos capazes de consumir o mesmo que os desenvolvidos, é porque definitivamente nos desenvolvemos” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 249-250).

Como consequência, as fórmulas dos programas e seus modelos de exibição são muitas vezes imitados, com a tendência de formação de um só público, absorvendo as diferenças, livrando-as dos aspectos conflituosos e Martín-Barbero (1997) denuncia: chegando a confundir maior grau de comunicabilidade com maior rentabilidade econômica. O efeito é de que a variedade de experiências apresentadas reforça o etnocentrismo, fazendo com que o modelo hegemônico de televisão seja um dispositivo de controle de diferenças.

Como um todo, enquanto a ideia de modernização tinha um sentido político, a de desenvolvimento fazia parte de um projeto exclusivamente econômico, que se traduz, como veremos adiante, por crescimento. Objetivo que deveria direcionar todas as estruturas da sociedade, o Estado e suas instituições, presente desde os anos 50 com o surgimento dos projetos desenvolvimentistas que responsabilizavam a pobreza da América Latina não pela falta de justiça social, mas pela falta de produção (MARTÍN-BARBERO, 2002).

Como aponta Lopes (2005), é possível entender o conceito de desenvolvimento adotado no Brasil a partir da lógica externa de difusão da cultura hegemônica, como parte de um processo típico da América Latina que envolveu a elite responsável pela assimilação e readaptação de culturas centrais para as condições locais.

A partir dessa visão desenvolvimentista, presente até hoje, toda solução de problemas passa a ser técnica. E a saída estaria sempre na difusão de inovações, dado que as respostas estariam sempre na transferência da tecnologia avançada. Adverte Martín-Barbero (2002) que é criada uma tendência a confundir a realidade com a atualidade do consumo e da tecnologia, num dispositivo de contemporaneização, submissão de diversas temporalidades em uma só: o da atualidade como medida da produtividade.

Pinheiro observa na imprensa, como parte da comunicação, um objeto que precisa ser analisado a partir de suas relações com os elementos analógicos do ambiente cultural que o circunda. Tal fato se deve à sua complexidade, resultante da mescla, da mestiçagem, “de tal modo que aquilo que pertence ao estatuto da letra, como linearidade digital, pode e deve ser sempre analisado pelas modificações e ocorrências advindas dos nexos com o *continuum* analógico” (2007, p. 1).

Assim, as formas de comunicação impressas precisam ser analisadas, na América Latina, dentro de toda a produção em outras linguagens, verbais, visuais, táteis, etc.. Como explica o autor, “cada mudança ocorrida nos modos de narrar (...) se dá pela intervenção, percebida por um autor ou autores anônimos, das formas e configurações dos sistemas de signos da cultura das cidades, estes analógicos por natureza e constituição física” (PINHEIRO, 2007, p. 2). Ou seja, São elementos provenientes de uma diversidade de outros contextos heterogêneos que não podem ser resumidos ou limitados a uma reprodução de um cenário desenhado *a priori*, moderno ou pós-moderno.

2.3. Sobre a Memória

Lotman (1998) entende a cultura como objeto pensante, que é capaz de conservar e transmitir informações a partir de uma determinada linguagem, realizar operações de transformação dessas mensagens e, a partir de então, formar novas mensagens. A partir de tal ideia, é possível dizer que a maneira como são difundidas e reproduzidas as percepções sobre a cultura latino-americana tem uma relação direta com a forma como são conservadas, transmitidas e formadas novas informações do que acontece no continente.

Há, portanto, uma consequência no processo de constituição da memória cultural como forma de conservação e reconstrução de textos e contextos. A leitura e análise do que acontece na América Latina precisa então passar pelo entendimento de certos conceitos, que mostram como o continente se encontra numa engrenagem maior, relacionada com os mecanismos de conservação da memória: a mestiçagem está na memória.

Nesse sentido, como explica Lotman, os estados passados da cultura lançam ao futuro pedaços e fragmentos isolados de textos e “cada uno de estos elementos tiene su volumen de memoria; cada uno de los contextos en que se inserta, actualiza cierto grado de su profundidad” (1998, p. 162).

Na tentativa de explicar os mecanismos que justifiquem a importância da memória na produção e reprodução da cultura da comunicação na América Latina, foi então escolhida a teoria da semiótica da cultura de Iuri Lotman como linha de pensamento dentro de outras teorias semióticas. A linha de raciocínio que constrói a partir da Semiosfera até os conceitos de texto e memória contribuem para o entendimento da lógica da formação de textos e reprodução de códigos, significativos para se discutir as representações culturais latino-americanas.

A ideia do autor é de que não existem sistemas precisos em formas isoladas e funcionalmente unívocos que funcionem realmente, pois “tomado por separado, ninguno de ellos tiene, en realidad, capacidad de trabajar. Sólo funcionan estando sumergidos en un continuum semiótico, completamente ocupado por formaciones semióticas de diversos tipos y que se hallan en diversos niveles de organización” (1996, p. 22).

Desta forma, enquanto a Semiótica como um todo é definida por Santaella (1983), via Peirce, como a ciência que investiga todas as linguagens possíveis, examinando todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e sentido, a Semiótica da Cultura da

Escola de Tartú pode ser entendida como uma ciência de investigação das relações entre sistemas de signos e da hierarquia entre esses sistemas (TOROP, 2007).

Lotman (1996), membro da referida Escola, desenvolveu tal conceito a partir daquilo que identificou como uma tendência da Semiótica, a saber, a de um estudo do funcionamento semiótico do texto real, com foco na contradição, na inconsequência estrutural, na indefinição de sentidos e na conjunção de textos heterogêneos dentro dos limites de uma única forma textual. Com essa mudança nas ideias semióticas tradicionais, as características do novo eixo de estudos marcaram a origem do estudo da Semiótica da Cultura.

Segundo Machado, a proposta de Lotman movimentava uma diversidade de códigos e linguagens que não poderiam mais ficar restritas à transmissão bipolar que identifica a abordagem da Semiótica da Comunicação, baseada na teoria da informação. Constituída para “estudar a dimensão sígnica dos operadores do transporte: emissão, recepção, código, canal e mensagem” (2007, p. 60), essa teoria entendia a comunicação a partir da transmissão de um único código em busca da eficiência e da ausência de ruídos no transporte da informação. Todo e qualquer ruído seria considerado como uma deficiência do processo.

A Semiótica da Cultura, por sua vez, seria capaz de acionar diferentes códigos e processos semióticos, com mensagens produzidas por sistemas culturais dinamizadores de outros códigos variados. Portanto, para entender a relação entre sistemas da cultura torna-se necessário uma teoria capaz de tratar da produção da informação e sua transformação em texto (MACHADO, 2007).

Ao perceber que não existem sistemas em formas isoladas, Lotman entendeu que a cultura deve ser pensada como um organismo vivo, num ambiente favorável à criação de sistemas de signos em correlação, num constante vínculo entre a natureza e a cultura. Define-se então o espaço semiótico como Semiosfera (RAMOS et alii, 2007).

A base para esse conceito partiu de uma análise do conceito de Biosfera, mecanismo cósmico que seria capaz de abarcar todo o conjunto da matéria viva. O autor estendeu a ideia da biologia para o universo semiótico, caracterizando-o como um mecanismo único, abstrato, irregular com traços de espaço fechado, dentro do qual acontecem os processos comunicativos e a produção de nova informação, ou seja, a semiose (LOTMAN, 1996).

Desta forma, Machado (2007) analisa o desenvolvimento do conceito de Semiosfera como uma mudança de paradigma, um novo campo das ideias científicas, para discutir a

produção pensante da cultura, com seus códigos e linguagens. O foco dos estudos de Lotman passou então a ser os mecanismos de produção de signos pela geração de códigos e linguagens responsáveis pela dinâmica dos sistemas culturais.

De uma forma geral, Lotman caracteriza a Semiosfera pelo seu caráter limitado em relação ao espaço extra ou alossemiótico. Isso se dá pela presença da fronteira semiótica que “es la suma de los traductores-filtros bilingues pasando a través de los cuales un texto se traduce a otro lenguaje (o lenguajes) que se halla fuera de la Semiosfera dada” (1996, p. 24).

Isso significa que ela não permite o contato com outros textos a não ser pelo processo de tradução realizado através do referido mecanismo bilíngue, que traduz a linguagem externa para a interna. Assim, o autor destaca que a realidade externa só se torna reconhecível para determinada Semiosfera quando é traduzida para sua linguagem (LOTMAN, 1996, p. 26).

A tradução torna-se uma das funções mais importantes da fronteira, que separa, filtra e converte as não mensagens externas em mensagens, semiotizando o que era de fora e convertendo-o em sua informação. O autor entende que a fronteira, ao unir espaços, facilita a consciência semiótico-cultural de si mesma, da sua própria especificidade em contraposição com outras esferas (1996).

A introdução do conceito de fronteira tem uma consequência importante para a discussão desta pesquisa. Ao se pensar na cultura do continente latino-americano como uma Semiosfera específica, suas fronteiras podem ser entendidas como porosas o suficiente para conseguirem filtrar informações externas e adaptá-las ao próprio contexto interno.

Assim, em cada Semiosfera há uma divisão entre centro e periferia. Lotman (1996) vê a última como principal eixo de realização de processos semióticos, em constante processo de troca com o núcleo. Descreve um movimento de estímulo das manifestações criativas periféricas em relação ao seu núcleo, estável e baseado em uma meta-linguagem auto-descritiva, compondo assim, a segunda característica da Semiosfera, sua irregularidade semiótica.

Segundo o autor, o espaço semiótico se caracteriza pela presença de várias estruturas nucleares e está cercado por um mundo mais amorfo que tende à periferia, num movimento de intercâmbio ativo entre os níveis, gerando processos dinâmicos internos. O que acontece é uma mescla de níveis, sem hierarquia, entre linguagens e textos, sendo que os setores periféricos, por serem organizados de maneira menos rígida, são as maiores fontes de formação de nova informação (Lotman, 1996).

De forma semelhante ao que acontece no centro da Semiosfera, o que é considerado centro econômico também é marcado por uma auto-descrição já estável de teorias explicativas sobre suas próprias condições. Ao haver a troca com os eixos periféricos, não exatamente objetos diretos de uma descrição, ainda que através de uma gramática alheia (não-pertencente), há um maior movimento de intercâmbio de informação. Ou, como entende Lotman, uma maior rapidez no desenvolvimento cultural, com facilidade de absorção e transformação de si mesmo.

Tais zonas fronteiriças de trocas são classificadas pelo pensador russo como regiões de diversas mesclas culturais, ou estruturas semióticas crioulizadas (1996, p. 27), num pensamento coerente com o de Santos, Laplantine e Nouss e Canclini.

No entanto, a correlação entre o centro e a periferia se dá de maneira desigual e heterogênea. Lotman entende que a descrição criada pela meta-narrativa central torna-se uma deformação, “precisamente por eso toda descripción no es simplemente un registro, sino un acto culturalmente creador, un escalón en el desarrollo del lenguaje” (1998, p. 76). Há, com isso, uma negação da periferia levando-a à quase inexistência.

Tal raciocínio pode ser estendido para as ideias periféricas, excluídas das redes de pensamento, enquanto as centrais tornam-se sua realidade, embora deformadas quando transpostas para os contextos periféricos sem movimentos tradutórios. Para o caso das teorias de desenvolvimento socioeconômico, é inegável que as principais ideias são difundidas a partir do centro e recebidas através das fronteiras, filtradas e traduzidas numa tentativa de adaptá-las à periferia.

Entretanto, como parte da mesma Semiosfera, da mesma perspectiva mundial de busca pelo desenvolvimento socioeconômico, todos os países, cêntricos ou periféricos podem ser entendidos como órgãos heterogêneos em um mesmo organismo, com vínculos complexos e assimétricos, em constante intercâmbio de teorias e percepções dos problemas econômicos e sociais. Dá-se assim, a base para o diálogo (LOTMAN, 1996). Movimento a partir do qual é possível um constante processo de superposições e transposições entre o centro e a periferia, o interior e o exterior ou, como coloca Fiorin (2007, p. 24), o “nós e o outro”.

Lotman (1996) contribui para a discussão crítica do posicionamento da América Latina como periferia em processo de diálogo com o centro ao afirmar que um aspecto do contato cultural está na dominação do outro, na introdução de outro mundo cultural no seu próprio, ou seja, na codificação com os mesmos códigos e descrição com as mesmas meta-narrativas. A

partir do momento em que os países latino-americanos aceitam, em algumas áreas específicas, a introdução de textos de fora há um processo de ajuste no mundo cultural, pelo qual é criada uma imagem interna que parte de uma externa.

Para compreender a proposta do autor de que o desenvolvimento de uma cultura não se realiza sem a entrada de textos de fora através do intercâmbio e da tradução, é preciso definir o que é texto. Para Ferreira, o texto é a informação codificada em certo modo, que traduz a realidade em certa linguagem. Ou seja, “o texto não é então a realidade, mas os materiais para reconstruí-la” (1995, p. 118).

De acordo com as ideias da Semiótica da Cultura, para que a mensagem possa ser definida como texto, deve estar codificada no mínimo duas vezes. Assim, por exemplo, pode-se pensar o texto jornalístico como um texto por ser codificado na apreensão do real, na construção do texto, na publicação e na recepção pelo público leitor (Lotman, 1996, p. 78).

O texto possui, para o autor russo, três funções, a terceira das quais, a mnemônica, será abordada com maior profundidade adiante, por interessar mais de perto a esta pesquisa. Segundo Ramos et alii (2007), a primeira é a comunicativa e remete à Semiótica da Comunicação e teoria da informação, pois está centrada exatamente na comunicação de um texto homogêneo e manifestação de uma única linguagem. Como uma transmissão adequada de significados, com tendência à standardização e autodescrição.

Em seguida, há a função geradora de sentidos, na qual o texto é heterogêneo e heteroestrutural. Existe a produção e mudança de sentidos, com crescimento do texto inclusive através das mudanças e ruídos que antes eram criticadas pela teoria da informação, ou como explica o autor, “las complejas correlaciones dialógicas y lúdicas entre las variadas subestructuras del texto que constituyen el poliglotismo interno de éste, son mecanismos de formación de sentido” (LOTMAN, 1996, p. 88-89).

O texto deixa de ser um elo passivo na transmissão de alguma informação entre o emissor e o receptor e passa a atuar como dispositivo pensante, criador. Merece destaque o fato de que a formação de sentido e de novas mensagens não acontece num sistema estático: ela se dá sempre em movimento de troca e tradução. Retomando o processo de tradução interno, Lotman explica que os textos estão inseridos numa situação comunicativa, pois

el acto de la conciencia creadora sea siempre un acto de comunicación, es decir, de intercambio. La conciencia creadora puede ser definida, a esta luz, como

aquel acto de intercambio informacional en el curso del cual el mensaje inicial se transforma en un mensaje nuevo (1996, p. 71)

É importante sublinhar que o texto sozinho não gera nada. Para transmitir, transformar e produzir novas mensagens é preciso que nele haja trato do destinador com o destinatário da informação, com o auditório, consigo mesmo, com o próprio texto e com o contexto cultural. Como o contexto cultural é um fenômeno complexo e heterogêneo, um mesmo texto pode ter, assim, relações e diálogos com diversas estruturas, podendo também passar a outros contextos. Ou seja, para realizar uma atividade geradora de sentido, o texto precisa estar submergido na Semiosfera (LOTMAN, 1996).

A função do texto que interessa particularmente a esta pesquisa é a mnemônica, ligada à memória da cultura. Aqui, os textos fazem parte da capacidade de reconstruir partes da cultura, restaurar lembranças. “Lotman afirma que poderíamos comparar o texto a uma semente, capaz de conservar e reproduzir a lembrança de estruturas anteriores e, ao mesmo tempo, produzir algo novo” (RAMOS et alii, 2007, p. 32).

O texto passa a ser não só gerador de novos significados, mas também um condensador de memória cultural, adquirindo vida semiótica. Ferreira (1995) expande o raciocínio para o fato de que só há comunicação se existe um grau de memória comum entre as partes e, com isso, o texto passa a se definir também pelo tipo de memória de que necessita para ser entendido.

Como um todo, Lotman (1996) define memória como a conservação dos textos, distinguindo nela duas formas: a memória informativa, que conserva a informação, e a criativa, vinculada à arte e à cultura e responsável pelo caráter contínuo dos textos ao longo do tempo.

A Semiosfera tem, portanto, uma profundidade diacrônica, dotada de um complexo sistema de memória sem o qual não pode funcionar. É necessário que exista um espaço de memória comum, dentro do qual alguns textos possam ser conservados e atualizados, sendo que tal memória é indispensável para a compreensão dos textos ao longo do tempo e criação de uma linguagem comum, tanto sincrônica quanto diacronicamente. O mesmo autor afirma que quanto mais complexa é uma linguagem, mais ajustada será para transmissão e produção de informação complexa e maior a profundidade de sua memória (LOTMAN, 1998, p. 155).

A memória da cultura é entendida, desta forma, como internamente variada, com sentidos que se conservam e crescem. Mas o pensador (1998) destaca que a memória não é um depósito de informação, e sim um mecanismo de regeneração de si mesma e formação de textos,

pois os símbolos que se guardam na cultura carregam informação sobre seus contextos, linguagens e auditórios, e quando colocados em novos contextos transformam a informação:

Así pues, la información que se reconstruye se realiza siempre en el contexto del juego entre los lenguajes del pasado y del presente. Cuanto más firmemente está ligado el símbolo a un solo lenguaje en el pasado (por ejemplo, en la situación de la alegoría), tanto menor es el campo del juego semántico y tanto menos productivo es él como generador profundo de la memoria (LOTMAN, 1998, p. 157)

É interessante pensar como a cultura, enquanto memória da coletividade (FERREIRA, 1995) passa a ser um mecanismo de organização e conservação de informações, com um impacto importante sobre a forma como são lembradas ou esquecidas determinadas informações. O texto contribui, então, tanto para a memória quanto para o esquecimento, pois na esfera da cultura frequentemente há o esquecimento obrigatório de determinadas experiências históricas.

Há então no sistema a possibilidade de o esquecimento ser utilizado como mecanismo de uma instituição hegemônica, visando à exclusão de elementos indesejáveis da memória coletiva. Apesar disso, para a autora (1995), o fenômeno do esquecimento faz parte da memória, pois ao mesmo tempo em que textos são excluídos da cultura, retirados da memória da cultura, outros estão em constante processo de criação.

Segundo Ferreira, ao ser memória de uma comunidade, a cultura tem a capacidade de aumentar o volume de conhecimento, redistribuição e valorização do que é registrado ou esquecido. Assim, “a transformação de textos numa cadeia de fatos é acompanhada inevitavelmente da seleção e da fixação de determinados aspectos a serem mantidos” (1995, p. 118).

A conclusão de Lotman sobre o mecanismo da memória é de que a criação de identificações e abolição das diferenças através do estabelecimento de um texto padrão, acaba por garantir à memória comum um mesmo objetivo, “de convertir la colectividad, de muchedumbre desordenada, en “une personne morale”, según la expresión de Rousseau” (1996, p. 95).

Por fim, nos casos já mencionados (periferia e centro) em que são introduzidos textos de contextos muito distantes, quando não estão disponíveis os códigos adequados para sua tradução, Lotman (1996, p. 157-161) entende que pode haver uma desconexão entre a memória da cultura e os mecanismos sincrônicos de formação de seus textos. Assim, não há capacidade de tradução, gerando problemas de interpretação e aplicação, perceptíveis no caso das transposições teóricas dos países cêntricos ocidentais para periferia da América Latina.

De um lado, há a troca, entendida pelo autor (LOTMAN, 1996, p. 21-42) como incentivadora de um desenvolvimento rápido e frutífero, que podemos entender como o caso latino-americano. Enquanto de outro, típico das culturas que não facilitam o intercâmbio de códigos e se saturam com os textos criados por elas mesmas, que ficam então marcadas por um desenvolvimento gradual e retardado. O autor vê tais características nas regiões nucleares/centrais dos sistemas semióticos dominantes. O que pode ser estendido para o aspecto do contraste entre a estabilidade cultural dos países cênicos e a efervescência, apontada por Morin da América Latina.

3. UMA PROPOSTA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO – A TEORIA DE CELSO FURTADO

3.1. O que é Desenvolvimento socioeconômico

O tema do desenvolvimento socioeconômico tem grande importância pelo questionamento que levanta sobre o papel dos países em desenvolvimento⁴ na transformação do sistema econômico mundial. A escolha da teoria de Celso Furtado é apresentada como uma alternativa escolhida para esta pesquisa, dentre outras possíveis, às teorias hegemônicas do paradigma da modernidade ocidental, entendido este como um sistema de estruturas sociais antiquadas que resultam de uma dificuldade em se perceber a evolução da economia capitalista e as especificidades da sociedade latino-americana. No entanto, é preciso deixar claro que o economista também partilhava de concepções da ciência moderna e utilizava, inclusive, nomenclaturas e termos criados por ela, tais como países periféricos, cênicos, entre outros.

Para Furtado (1984), o homem é o fator de transformação do mundo e o ator do desenvolvimento. Desta forma, a ideia de desenvolvimento envolve uma ação de mudança, através da qual novas atitudes são adotadas, rompendo com o padrão anterior ou preestabelecido e englobando o conjunto da sociedade e a introdução de métodos produtivos mais eficazes.

Explica-se, assim, a ênfase da capacidade inventiva do homem típico da civilização industrial ocidental na criação tecnológica. “A esse quadro histórico deve-se atribuir o fato de que

⁴ As denominações utilizadas ao longo do capítulo, tais como “centro” e “periferia” correspondem aos termos utilizados por Furtado para caracterizar a divisão do mundo em termos econômicos. No caso de “países desenvolvidos” ou “em desenvolvimento” representam qualificações criadas externamente ao contexto brasileiro, mas aqui ainda utilizadas.

a visão do desenvolvimento em nossa época se haja circunscrito à lógica dos meios, a qual, do ponto de vista estático, conduz à ideia de eficiência e, do dinâmico, à de inovação técnica causadora do incremento dessa eficiência” (p. X, 1980).

A importância de Celso Furtado na criação de uma teoria do desenvolvimento, capaz de englobar, além da economia concentrada na técnica, aspectos sociais, políticos e culturais, ultrapassa os anos em que seus textos foram inscritos. Passadas mais de duas décadas de suas proposições, o cenário latino-americano clama precisamente por um desenvolvimento como processo global, alternativo às estruturas importadas.

Em contraste com o sentido evolutivo de um sistema social de produção mediante a acumulação e o progresso de técnicas em busca de contínua eficácia e produtividade, a proposta da teoria do desenvolvimento de Furtado relaciona-se com o “grau de satisfação das necessidades humanas”, variáveis de acordo com seus contextos culturais (1980, p. 16).

O autor destaca três dimensões da ideia de desenvolvimento: a primeira é a da eficácia dos métodos de produção, seguida pela já mencionada satisfação das necessidades elementares da população e, finalmente, a dimensão ambígua da relação entre concepções de desenvolvimento para cada parte da sociedade (FURTADO, 1980).

Ao contrário do que comumente se apresenta como indicador principal do desenvolvimento, Furtado (1980) entende a dimensão do aumento da eficácia do sistema de produção como não sendo capaz de satisfazer a primeira dimensão das necessidades elementares da população.

Na realidade, ambas se relacionam com a terceira dimensão. Isso porque, de um lado, existe a consciência da sociedade de que o desenvolvimento deve contribuir para reduzir as desigualdades sociais, contudo, de outro, o progresso técnico é frequentemente entendido como uma possibilidade de expansão continuada dos gastos de consumo dos grupos de rendas altas. Assim,

A subordinação da inventividade técnica aos interesses de reprodução de uma sociedade fortemente inigualitária e de elevado potencial de acumulação constitui a causa de alguns dos aspectos paradoxais da civilização contemporânea⁵. É bem sabido que, mesmo nos países em que mais avançou o processo de acumulação, parte da população não alcança o nível de renda real necessária para satisfazer o que se considera como sendo necessidades elementares (FURTADO, 1980, p. 18).

⁵ O termo “contemporâneo” da citação de Furtado (1980) e a discussão relacionada a ele referem-se ao contexto em que sua obra foi escrita, entre as décadas de setenta e oitenta.

Desta forma, o chamado subdesenvolvimento é explicado em função dos valores materiais adotados pelas civilizações, que resultaram nas desigualdades internacionais de níveis de vida e no atraso acumulado de determinados países. Mas Furtado (1980) entende que um interesse nacional só é possível quando a sociedade se torna consciente de seu atraso. É esse interesse que dá objetividade à terceira dimensão, a dimensão do que é desenvolvimento para cada sociedade.

Quando há consciência, há imediata reflexão sobre a situação de atraso e de dependência criada e aprofundada pelas relações internacionais e doutrinas liberais estrangeiras. São essas doutrinas que pregam conceitos importantes para a crítica do autor sobre o desenvolvimento, ou a falta dele: o progresso e a modernização. De uma forma geral, enquanto o primeiro é entendido como a assimilação das novas formas de vida possibilitadas por um nível mais alto de acumulação, a modernização dos padrões de consumo é marcada pela imitação de modelos materiais (FURTADO, 1980).

Na busca por uma teoria capaz de discutir essa problemática, Furtado (1980) vê na teoria da dependência a capacidade de captar a diversidade dos processos de acumulação no tempo e no espaço e seus efeitos nos países periféricos. Para o autor, graças a esse enfoque foi possível aprofundar a análise das vinculações entre as relações externas e as formas internas de dominação social dos países em desenvolvimento, que respondem pela tendência à concentração de renda e marginalização de parcelas significativas da população.

Ou seja, o desenvolvimento supera definições básicas de aumento de fluxo de bens e serviços de maneira mais rápida que a expansão demográfica, e passa a ser pensado como transformações do conjunto de uma sociedade, na busca por novos indicadores que passem a incluir bem-estar social. É essa a busca do desenvolvimento socioeconômico (FURTADO, 1980).

Para o autor (1980), as relações assimétricas de dominação e dependência entre países separam o que ele chama de centro e periferia, cuja linha de afastamento fica ainda mais marcada com o crescimento da homogeneização do mercado causado pela integração das economias globais. O estilo tecnológico dessas economias privilegia a diversificação do consumo em sociedades onde nem mesmo as necessidades mais elementares foram satisfeitas, aprofundando as desigualdades regionais e agravando as injustiças sociais.

Nas economias periféricas, as modificações são induzidas do exterior e se limitam a uma reordenação dos recursos já disponíveis com impacto quase nulo na estrutural social. Em

contraste, a situação nas economias de centro é marcada por transformações que acontecem simultaneamente nas estruturas econômicas e na organização social (FURTADO, 1984).

Finalmente, o economista sugere que a redução da dependência dos países periféricos fica em função da ativação das forças sociais que se empenham em modificar o tipo de desenvolvimento. É uma evolução interligada com o quadro internacional numa forma de união de recursos para alterar a relação de forças entre centro e periferia, norte e sul (FURTADO, 1980).

De uma forma geral, Celso Furtado realiza algumas previsões sobre o futuro das relações dos países com seus estados de desenvolvimento socioeconômico, dentre as quais sugere que, se a dinâmica da economia mundial continuar a ser comandada a partir do centro capitalista, ficam reduzidas as possibilidades de mudança na estrutura da economia mundial.

Além disso, a manutenção do modo de desenvolvimento universalizado no mundo capitalista, sob hegemonia norte-americana, orientada para o progresso tecnológico, não contribui para transformações na forma de distribuição de renda e riquezas geradas no plano internacional. Segundo o autor,

Condições se estão reunindo para que os países do Terceiro Mundo realizem efetivos progressos em seu empenho de modificar as regras do jogo, com vistas a romper a tutela tecnológica e financeira que atualmente lhes é imposta. Mas os ganhos que se obtenham somente serão definitivos se um esforço simultâneo for realizado para modificar o atual modo de desenvolvimento, cuja lógica interna engendra no Terceiro Mundo sociedades elitistas e predatórias. (FURTADO, 1980, p. 161)

3.2. Características do subdesenvolvimento brasileiro

De acordo com Furtado (1974), o Brasil possui as características mais marcantes do subdesenvolvimento econômico: a de grande heterogeneidade tecnológica, a desigualdade na produtividade do trabalho entre áreas rurais e urbanas, o grande número de pessoas vivendo em um nível mínimo de subsistência e a alta taxa de subemprego urbano. Contudo, para o autor, o aspecto inerente ao mencionado subdesenvolvimento que caracteriza a época em que suas teorias foram elaboradas, está na sua condição histórica como país periférico, marcado pela importação de bens de consumo e de tecnologias, produzidos pela acumulação e progresso técnico dos países desenvolvidos.

A formação da condição do Brasil como periferia é explicada pelo autor como causada pelo fato de que houve dinamização da demanda devido ao crescimento do excedente, mas num

contexto de imobilismo social explicado pelo lento desenvolvimento de suas forças produtivas. Assim, “o que veio a chamar-se de subdesenvolvimento não é outra coisa senão a manifestação dessa disparidade entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação produtiva” (FURTADO, 1984, p. 115-116).

Sua hipótese para a origem dessa condição é a de que os aumentos da produtividade do trabalho trazidos pelo comércio internacional e inserção na divisão internacional do trabalho levaram a essa ênfase no progresso técnico, ou seja, adoção de métodos produtivos considerados mais eficientes e introdução, mediante importação, de novos produtos destinados ao consumo (1974; 1984).

Como o crescimento de produtividade ocorreu sem modificações nas técnicas de produção, o excedente apropriado no interior do país contribuiu apenas para “financiar uma rápida diversificação dos hábitos de consumo das classes dirigentes perante a importação de novos artigos. Este uso particular do excedente adicional deu origem às formações sociais atualmente identificadas como economias subdesenvolvidas” (FURTADO, 1974, p. 79).

É nesse aspecto que existe uma especificidade não só do subdesenvolvimento, mas do caso brasileiro: as forças internas que contribuíram e propiciaram essa forma particular do uso do excedente. A minoria restrita passou a ser responsável pelo crescimento da importação de novos bens de consumo que eram consumidos como resultado de processos de acumulação exógenos, do centro (FURTADO, 1974).

De acordo com o economista, o processo de modernização foi sempre bastante irregular, em função da renda disponível para consumo do grupo privilegiado e da situação de dependência cultural que começava a se formar desde a colonização brasileira, baseada na exportação de produtos primários. Ao seguirem de perto os padrões de consumo do centro, as elites perderam contato com as fontes culturais de seus próprios países, e o autor conclui: “Assim, a reprodução das formas sociais que identificamos com o desenvolvimento, está ligada a formas de comportamento condicionadas pela dependência” (FURTADO, 1974, p. 82)⁶.

O processo de transplantação de padrões de consumo foi, dessa forma, completamente assimilado pela demanda das classes dirigentes locais e teve como consequência o que o autor

⁶ É preciso ressaltar que a ideia de dependência cultural mostrada por Furtado refere-se a padrões de consumo e manifestações econômicas, não podendo ser estendida a toda a cultura. O mesmo pode ser dito sobre as formas de comportamento condicionadas pela dependência, pois não são todas as maneiras de representação cultural que estão relacionadas, direta ou indiretamente, com as questões do desenvolvimento ou da economia, ou relacionadas com estas de forma indireta.

entende como uma miniaturização do sistema industrial dos países cêntricos. Nesses países a acumulação de capital alcançou níveis muito mais altos, criando uma correspondência com o grau de diversificação e sofisticação do consumo e complexificação do sistema produtivo, pois “a tecnologia avança tanto para processo processos produtivos quanto para produtos finais” (FURTADO, 1984, p. 117).

Mas a utilização do excedente gerado pela especialização internacional para financiamento do consumo de uma minoria não significou, para o economista, superar o atraso tecnológico, e sim “introduzir no aparelho produtivo uma profunda descontinuidade causada pela coexistência de dois níveis tecnológicos”, o interno e o importado (1984; 1974, p. 88).

Percebe-se, portanto, que a relação entre acumulação e progresso técnico endógeno é fundamental para a compreensão da teoria do desenvolvimento de Furtado (1976). Segundo o autor, o atraso na acumulação dentro do sistema de produção dos países em desenvolvimento foi o responsável pela criação de um perfil particular de assimilação de progresso técnico no fluxo internacional.

Conclui então Furtado (1974) que a situação de subdesenvolvimento do Brasil e da América Latina é motivada pela incompatibilidade entre o projeto de desenvolvimento dos grupos dirigentes, que procura reproduzir os padrões de consumo dos países já desenvolvidos sem a contrapartida do grau de acumulação atingido internamente. São conexões profundas entre processos internos de exploração e externos de dependência.

3.3. O pensamento sobre Comunicação e Desenvolvimento na América Latina

Afinal, qual a relação entre comunicação e desenvolvimento? Não só parece não haver consenso sobre qual a ligação de uma com o outro, como têm sido poucas as pesquisas sobre o tema. E de uma forma mais marcante, a questão é discutida principalmente com foco na capacidade dos países em desenvolvimento de aprenderem com os “bem sucedidos” exemplos modernizadores ocidentais.

As principais pesquisas sobre o tema foram realizadas entre as décadas de cinquenta e setenta, período em que era discutida a “teoria da modernização” como saída para o desenvolvimento, na forma de uma passagem linear entre as chamadas sociedades tradicionais e as modernas (MATTELART, 2003). A favor do projeto de modernização, Lerner e Schramm

(1973) começaram a pensar no papel que a comunicação precisa ter para funcionar como padrão de mudança e incentivar o desenvolvimento econômico.

Para os autores, a comunicação é, ela própria, um dos fenômenos do desenvolvimento econômico. Isso significa que há uma interação entre todos os indicadores, que incluem escolaridade, saúde, etc., e a comunicação passar a ser um requisito da modernização da sociedade e também sinal dela (LERNER; SCHRAMM, 1973).

O desenvolvimento socioeconômico encontra-se presente nos meios de comunicação. É nesse sentido que Schramm (1976) argumenta que a comunicação pode ter uma influência significativa para o desenvolvimento de uma sociedade, contribuindo para a investigação de novos ambientes, promoção das aspirações da população, orientação e controle de um processo dinâmico, ensino de novas habilidades e socialização de cidadãos.

Desenvolvimento é definido como um campo especializado, que exige recursos, conhecimento e técnicas especiais, cujas políticas requerem a colaboração entre especialistas tanto dos países que precisam de ajuda, como dos que os ajudam. Assim, segundo Lerner e Schramm, a lógica do desenvolvimento que deve prevalecer e ser seguida como exemplo, é a ocidental, exaltada como uma “filosofia rica e humana... é a filosofia em que os desejos humanos de saúde, conforto, conhecimento não são nem pecaminosos nem inatingíveis” (1973, p. 127).

A definição de Schramm do que é subdesenvolvimento (1970) vai no mesmo sentido quantitativo, e é a mesma usada pelas Nações Unidas entre as décadas de sessenta e setenta: um país subdesenvolvido tem uma renda anual *per capita* inferior a 300 dólares. Sua explicação para o estágio de tais países é o de que eles não foram preparados como a Europa pela Renascença, e não têm noções de política, alfabetização, educação, comércio e capital. E, com isso, foram nações que se distanciaram do centro das revoluções nos séculos XIX-XX.

A importância da comunicação passa a ser de representar o momento da recuperação, com maior conhecimento dos problemas e possibilidade de comparação e aprendizado com os padrões desenvolvidos. Para o autor, passa a haver consciência da distância e da necessidade de recuperar o tempo perdido de crescimento econômico (SCHRAMM, 1970).

Mostra-se importante também uma maior compreensão na relação entre comunicação e desenvolvimento, qual o seu papel e seu real efeito no processo nacional. Com isso, discutir como as novas tecnologias de informação podem efetivamente ser utilizadas como mecanismo

de, como descreve Schramm (1976), mudança no padrão social e econômico e consequente modernização da sociedade.

Como visto anteriormente, Furtado (1974; 1984) questiona a forma de utilização do excedente voltada para a modernização. Nesse sentido, a adoção de padrões de consumo sofisticados sob a forma de produtos finais, sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos internos, tem como consequência um ciclo que leva as relações internas de produção a se concentrarem nas formas que permitem maximizar o fluxo de manutenção desse padrão.

Manifesta-se, assim, o fenômeno da dependência, que para Furtado (1974), é mais geral que o do subdesenvolvimento. Acontece exatamente pela imposição externa de padrões de consumo, fazendo com que seja mais difícil sair da condição de subdesenvolvimento sem sair da de dependência.

A teoria de Melo (1971) é de que a situação da comunicação se relaciona com o estágio de desenvolvimento no país, pois os meios de difusão surgem como decorrência do desenvolvimento tecnológico. No entanto, no caso da América Latina, os meios de comunicação se desenvolveram com base na iniciativa privada, sem o adequado planejamento e controle de sua expansão de acordo com as especificidades do continente.

A comunicação tem um inegável papel como mecanismo de formação de uma cultura, pois “é através dela que os indivíduos de uma mesma geração transmitem aos demais suas descobertas, inovações, que vão adaptando a uma determinada cultura às condições e às exigências da sociedade” (MELO, 1978, p. 111). É então o instrumento que assegura a sobrevivência e continuidade de uma cultura no tempo, inclusive para promover sua transformação diante da multiplicidade de novos fenômenos.

Já para Schramm (1970), o mundo está se tornando cada vez mais interdependente, e com isso, tende a uma unidade. Essa nova realidade é representada pelo domínio da técnica como parte do ideal modernizador de progresso. Contrapondo-se a essa perspectiva, como exposto anteriormente, está a posição crítica de Santos, pela qual a racionalidade da totalidade sob a forma de ordem e homogeneidade não faz mais sentido na fase de transição paradigmática em que estamos. “Reside aqui a crise da ideia de progresso e, com ela, a crise da ideia de totalidade que a funda” (2006, p. 100).

A posição de Melo é semelhante à proposta de Santos, e questiona o uso do modelo ocidental, baseado em fatores de tecnologia e capital, nos países em desenvolvimento. Como não estão disponíveis de forma autônoma nesses países, a única solução acaba sendo a de busca pela ajuda dos desenvolvidos. Com isso, o “desenvolvimento parece resumir-se a um simples fenômeno de aumento da produção, sem qualquer outras implicações de natureza sociocultural” (1976, p. 21).

Essa posição já havia sido criticada na teoria do desenvolvimento de Furtado (1980), interessado justamente na superação da compreensão quantitativa. Seu objetivo é a adoção de critérios de efetivação das potencialidades do homem como forma de transformar o mundo e engendrar o desenvolvimento.

Entretanto, quando o processo de desenvolvimento é visto pela ótica da comunicação, como no caso de Lerner e Schramm, a premissa é que a modernização das chamadas sociedades tradicionais constitui um fenômeno irreversível e inevitável. Ou como diz Schramm (1970), o objetivo dos meios de comunicação deve ser o de levar os países em desenvolvimento a tomarem as decisões certas de desenvolvimento, para que todas as classes realizem seu papel na sociedade moderna, rompendo com os costumes e hábitos contraproducentes locais.

Melo (1970), ao contrário, entende que esses mecanismos tendem a tornar as formas de interação dos indivíduos ainda mais nebulosas e desconhecidas. Ou seja, para o autor, o papel da comunicação no desenvolvimento deve fazer parte da estrutura da sociedade e do seu contexto específico.

Assim, os meios de comunicação surgem numa relação com o processo de desenvolvimento, contrapondo-se às tentativas de instituições de estimular a implantação de redes comunicacionais que levam ao rompimento com as estruturas locais. Para o autor, é necessário cautela, pois os meios de comunicação são orientados para as elites, e por isso, seu enfoque não é o desenvolvimento, e sim o consumo (MELO, 1976).

Explica que “no Brasil, os meios de comunicação de massa desenvolveram-se sob a égide do modelo ocidental, tendo sido confiados à iniciativa privada, o que significa dizer que estão sob o controle das elites e são por ela orientados segundo os seus interesses” (1976, p. 30)

Desta maneira, quando Santos (2005) propõe sua crítica à modernidade, percebe que a industrialização e o chamado “progresso” não são exatamente propulsores do desenvolvimento. No caso de grande parte dos países em desenvolvimento, esse processo não foi a solução, seus

indicadores de crescimento como o PIB (produto interno bruto) não significam uma sociedade igualitária e não garantem bem-estar às populações, conforme recomendado pelas ideias de Furtado (1980).

O desencanto de Santos com as teorias modernas é tão grande que chega a recomendar o fim da ideia de desenvolvimento. Para o autor, “a falência da miragem do desenvolvimento é cada vez mais evidente, e, em vez de se buscarem novos modelos de desenvolvimento alternativos, talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento” (2005, p. 28).

Portanto, as ações realizadas nos países em desenvolvimento têm, cada vez mais, consequências inesperadas, para as quais não existem soluções modernas. Os casos são mais extremos quando os conhecimentos são descontextualizados e se tornam absolutos em realidades distantes e imprevisíveis.

Pode-se dizer então que, quando teorias com tendências totalizantes (que consideram todas as realidades sociais como homogêneas) são transportadas para além de seus contextos de criação, suas consequências podem ser diferentes das previstas, e suas soluções inadequadas. Daí conclui Santos que “os países desenvolvidos, longe de mostrarem o caminho do desenvolvimento aos menos desenvolvidos, bloqueiam-no ou só permitem a esses países trilhá-los em condições que reproduzem o seu subdesenvolvimento” (2006, p. 43).

CAPÍTULO 2. ANÁLISE DE CONTEÚDO: VEJA E CARTA CAPITAL

A partir do referido pensamento sobre a crise do paradigma da modernidade e a possibilidade da América Latina como alternativa simbolizada, no caso, pelo Brasil, é possível investigar como dois meios de comunicação representativos atuam na produção da memória do desenvolvimento socioeconômico do país: as revistas Carta Capital e Veja.

O período de tempo escolhido para análise foi de dois anos entre 1996 e 1998, entendidos dentro de um contexto de relativa tranquilidade política e de ausência de fatos que ocupassem continuamente as reportagens, possibilitando assim uma maior abrangência de temas e análise de dados. É importante ressaltar que nesse tempo existiu uma grande divergência de posições e tratamento das questões nacionais, enriquecendo significativamente os objetivos dessa pesquisa.

Algumas diferenças entre as duas revistas precisam ser destacadas, entre elas a periodização de Carta Capital, que em 1996 era mensal e na metade daquele ano passou a ser quinzenal, enquanto Veja já era semanal. Além disso, é bastante significativo que os dois veículos tivessem um perfil completamente diferente, pois enquanto a primeira se caracterizava pelos assuntos de economia e empresariais, a revista Veja sempre havia sido focada em temas de variedades.

Justamente por isso, as seções observadas em cada uma não possuem uma semelhança ou correspondência direta, a não ser a relação com o tema do desenvolvimento socioeconômico. Para a análise foram escolhidos alguns critérios para seleção de material, pensados a partir de temas-chave que envolvessem a questão da construção da memória do desenvolvimento socioeconômico, não apenas em matérias sobre economia, mas principalmente nas de opinião das revistas e nas que retratam o cotidiano.

Assim, os principais assuntos selecionados para composição da análise foram divididos nas seguintes temáticas: desenvolvimento socioeconômico, crescimento econômico/modernização/progresso, teorias/paradigmas, tecnologia e consumo, globalização e exaltação do estrangeiro. É preciso destacar que tais categorias não são fechadas, significam tanto críticas quanto apologias e estão sempre em relação umas com as outras.

A segunda metade da década de noventa foi marcada por um contexto de estabilização da inflação a partir do plano Real, aumento do consumo e da importação devido à valorização da moeda, através de uma política cambial amplamente discutida na Carta Capital e na Veja, de posicionamentos diferentes.

Surgiram inovações tecnológicas como o celular e o computador, além dos primeiros avanços da formação dos grandes blocos econômicos do Mercosul, da União Européia e Alca. No entanto, a iminência de um colapso mundial em razão da crise asiática levantou questionamentos sobre a viabilidade dos paradigmas neoliberais e das ideias teóricas em moda no período.

A compreensão do contexto é interessante para que se possa analisar a postura de cada revista na época. Segundo Lotman (1998), uma mudança de contexto é capaz de ocasionar uma transformação qualitativa da mensagem, abrange um novo repertório de códigos que levam a uma mudança no final do processo comunicativo.

Entendendo que os novos textos são criados não só no presente temporal, mas também no passado, o autor acredita que ao longo da história da cultura constantemente são descobertas novos conteúdos. Isso porque “cada cultura define su paradigma de qué se debe recordar (esto es, conservar) y qué se ha de olvidar. Esto último es borrado de la memoria de la colectividad y “es como si dejara de existir”. Pero cambia el tiempo, el sistema de códigos culturales, y cambia el paradigma de memoria-olvido” (1996, p. 160).

Desta forma, faz sentido acompanhar o que é lembrado e esquecido do período entre 1996-1998 e como, a partir disso, foram e são transformadas as mensagens sobre o desenvolvimento socioeconômico.

Numa contextualização geral, 1996 foi o ano de consolidação do plano Real e estabilidade do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). O paradigma econômico brasileiro foi significativamente baseado no plano neoliberal do então diretor de assuntos internacionais do Banco Central e depois presidente da instituição, Gustavo Franco.

Descrito pela revista Veja em 18 de setembro de 1996 como “Cozinheiro do Real”, o economista era entendido como formulador da receita que levaria o governo à promoção do crescimento econômico. Seu artigo, intitulado “A inserção externa e o desenvolvimento” pregava que o objetivo deveria ser de crescimento econômico, viável através da abertura econômica do país à economia internacional no novo momento da globalização.

No mesmo ano, a Carta Capital propôs um debate sobre o texto de Franco, reunindo professores de divergentes posições econômicas. Na edição do dia 27 de novembro, o consultor financeiro Paulo Rabello de Castro louvou o texto como “um elogio à inteligência dos economistas que estão fazendo acontecer o Plano Real no contexto dessa reinserção do Brasil às suas próprias origens e eventualmente às suas novas identidades... Ele não é um paper neoliberal, é um paper clássico, é um paper liberal” (“O futuro segundo Gustavo Franco”, p. 37).

É interessante notar a presença dos termos de “volta às origens”, “identidade”, “clássico” “liberal ou não liberal”. Todos retomam elementos do paradigma da ciência moderna, marcado por suas dicotomias e exclusões, continuamente em busca da ruptura em relação ao que não seria moderno. São elementos que remetem ao conhecimento-regulação de Santos (2006), que caracteriza a busca pelas origens, pela racionalidade e identidade e a passagem do caos para a ordem.

De outro lado, outro economista exemplar internacional teve uma avaliação controversa nas revistas analisadas. O alemão Rudiger Dornbusch, por ser contrário à valorização do real, entendida como prejudicial às exportações brasileiras, embora fosse reconhecida aspecto fundante do governo na contenção da inflação, foi ridicularizado pela Veja logo em 10 de abril de 1996. Em “O sabichão do MIT”, o economista é descrito como

um tipo de pavão acadêmico que se especializa em aconselhar países de economia instável. Na América Latina, as visitas desses senhores tornaram-se habituais nos últimos vinte anos, e a reverência com que são ouvidos fez deles oráculos respeitadíssimos, mesmo que repitam sempre as conhecidas abobrinhas... e outros lero-leros do manual econômico,

mas a platéia já teria perdido a paciência com “suas espertezas”.

A ridicularização de Dornbusch foi feita diante de suas propostas de desvalorização do real, entendidas pela revista como parte da teoria de crescimento com inflação. Tal preceito, mais uma vez, contrário à política econômica do governo, apenas contribuiria para a concentração de renda e para a “pior desgraça econômica”, a superinflação.

Em entrevista feita para a seção Páginas Amarelas em seis de novembro do mesmo ano, o economista justamente alertava para o fato de que o país não cresceria se apenas continuasse se vangloriando de ter baixado a inflação. Numa postura mais branda, a revista reproduziu seu discurso de defesa de possível convivência da taxa de crescimento com certo índice de inflação.

A Carta Capital adotou a postura do economista, exatamente por sua crítica à política econômica do governo. Na matéria “Opção pela mediocridade” (14 de maio de 1997), expôs que

seu “desempenho brilhante” estaria sendo prejudicado por “posturas moderadas, num misto de estabilização, reestruturação, modernização e abertura”.

Assim, a partir dessa introdução, ressalta-se que a discussão do plano real engloba todos os temas selecionados. A política econômica foi baseada no paradigma econômico do neoliberalismo sem uma visão crítica e percepção do contexto específico do país, conforme recomendação de Santos (2001, 2006). Foi um período em que houve crescimento do consumo e entrada das novas tecnologias devido à chamada globalização, que marcaram uma posição de ênfase no crescimento exclusivamente econômico, voltado para o progresso.

1. Crise paradigmática

As principais tendências críticas da revista Carta Capital aos paradigmas econômicos internacionais foram feitas por dois de seus principais colunistas, os economistas Delfim Netto e Luis Gonzaga Belluzzo. A maior parte de seus artigos envolvia também críticas ao governo de Fernando Henrique e sua política econômica, percebida como apenas uma extensão das determinações internacionais formuladas por instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Por sua vez, Veja adotou uma postura menos rígida em seu posicionamento. Na seção Páginas Amarelas entrevistou vários nomes que opinaram até contrariamente à doutrina neoliberal, embora em matérias principais seu conteúdo estivesse mais voltado para a defesa da postura do governo, ou seja, das receitas internacionais de crescimento econômico.

Em “A Falência das fabriquinhas de utopia” (Carta Capital, 24 de julho de 1996), Belluzzo realizou a primeira de suas críticas às políticas neoliberais no período de análise. Na edição seguinte, de sete de agosto, continuou com seu raciocínio de que a racionalidade econômica estaria dominando as outras formas de racionalidade, como consequência da modernidade. Racionalidades estas que passaram a ser vistas como formas de comportamento irracional, racionalidades cuja defesa deveria ser feita pelas elites culturais, as quais, no entanto, “já estariam seduzidas pelos sistemas de comunicação e informação”.

Seu posicionamento manteve-se o mesmo em todo o período analisado. Com o artigo “Surfistas ideológicos” (19 de fevereiro de 1997), fez uma crítica aos adeptos do que chama de “credo do livre mercado”, alegando a fragilidade dos pressupostos que sustentavam as teorias dos mercados competitivos e livres.

Ainda no mesmo ano escreveu sobre os primeiros sinais de irritação europeia com o “economicismo” e a onda liberalizante de baixo crescimento econômico, altas taxas de desemprego e marginalização social em “O horror econômico e o Moloch neoliberal” (11 de junho). Seguido pelo artigo “Os economistas da infelicidade”, no qual o título sugestivo anunciava mais uma crítica à redução do crescimento para sustentar uma situação criada artificialmente pela sobrevalorização da moeda brasileira:

quando pseudocientistas em nome de uma pseudociência indicam o caminho do desemprego para resolver os problemas que artificialmente criaram, temos que concordar que há razão para suspeitar que a ‘ciência lúgubre’ tem mesmo por objetivo a infelicidade da maioria (23 de julho de 1997, p. 40).

Nota-se aqui a semelhança de linhas de pensamento entre o colunista e Boaventura Sousa Santos quando problematizam a permanência inquestionável da racionalidade moderna/neoliberal. Como destaca o autor português, “não há conhecimento em geral, tal como não há ignorância em geral” (2001, p. 29) e, por isso, mostra-se necessário um “pensamento alternativo de alternativas” (p. 30). Só assim será possível reconhecer as diferenças do outro e dar voz aos que foram silenciados.

O ano seguinte foi fonte de inúmeros materiais críticos ao paradigma neoliberal, como pode ser percebido na discussão de Belluzzo sobre a crise asiática no artigo “Novo fenômeno asiático” (21 de janeiro de 1998). O articulista alertou para o fato de que os economistas das correntes dominantes estavam tendo dificuldades para explicar a crise cambial, financeira e monetária dos países asiáticos. Pode-se fazer uma extensão desse raciocínio para a América Latina, dado que a eficácia dos programas de ajustamento monitorados pelo mundo desenvolvido, representado pelas instituições do FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial, não era nem é capaz de entender e explicar a situação crítica de cada região.

As poucas manifestações contra o liberalismo econômico foram mais uma vez descritas em “As grandes transformações” (quatro de fevereiro, p. 55). Belluzzo alertou para o fato de que as discussões sobre as alternativas ao paradigma estavam limitadas apenas à esquerda política, enquanto na direita “os dissidentes mais extremados do *establishment* não estão, como de hábito, inclinados a perplexidades e sutilezas”.

É o caso da matéria que discorre sobre o fato de que, assim como aconteceu com Dornbusch, o economista Paul Krugman havia sido um dos críticos dos milagres econômicos, e principalmente do asiático que levaram à crise, pregando contra os admiradores de tal modelo econômico celebrado pelas academias norte-americanas. Para falar da visita do economista ao

Brasil, Belluzzo escreveu o artigo “Rebelde *fin-du-siècle*”, no qual o descreveu como capaz de “combinar cáusticas investidas contra o saber convencional com enfurecida reverência pelos cânones do saber estabelecido” (sete de abril de 1998, p. 53). Com certa ironia, analisou que mesmo nos críticos ao sistema, “o método é sempre o mesmo: atacar o saber predominante, o que comemora as virtudes do capitalismo organizado e concluir triunfalmente pela inexorabilidade e acerto do saber estabelecido”, mantendo uma cultura que Morin (1995) classifica como fechada em autossacralizações e ignorância da sua própria ignorância.

Ao escrever “Odores desagradáveis no ar”, o colunista da revista expôs o trabalho de outro economista, John Gray, que em seu livro havia criticado as políticas do neoliberalismo e posteriormente sido rechaçado pelos liberais e conservadores. Segundo seu raciocínio,

Quando alguns economistas ficam muito irritados com as críticas, pode o leitor estar certo: a catedral de certezas que carregam às costas foi atingida em um ponto vital. Em geral, as respostas dos economistas profissionais começam com a acusação de que o crítico não domina as sutilezas da teoria econômica. É um argumento que lembra muito os contorcionismos dos teólogos da Igreja Católica diante das impugnações dos heréticos. Esperemos que, no caso da chamada ciência econômica, tenham os espíritos mais independentes a ventura de escapar dos negrimes da Santa Inquisição. (14 de outubro de 1998, p. 39)

Como parte da mesma linha editorial, o economista Delfim Netto acompanhou as críticas de Belluzzo, como pode ser visto pela sua censura ao paradigma de ênfase no mercado em “Dogmatismo mercadista” (24 de julho de 1996). Partiu da percepção de que há uma ideologia do mercado⁷, principalmente no que ele classifica de “mídia desinformada”, que o entende como capaz de resolver todos os problemas e se existisse por si só.

Em “Modelitos Globalizantes” fica evidente a ironia crítica com que Netto percebia a economia política brasileira, dentro de todo o padrão econômico internacional.

Descobriram agora que na década de 80 o Brasil perdeu a oportunidade de inserir-se na economia mundial, como fizeram os asiáticos, porque estava voltado ‘para dentro’, usando um modelo de substituição de importações. A generalização fácil, a afirmativa alegre, o uso do slogan, a criação de posições falaciosas atribuídas aos críticos, a construção de modelitos arbitrários que já contêm as conclusões ‘científicas’ desejadas e, sobretudo, o uso da retórica moderno-globalizante, parecem tão convincentes que se dispensa a prova empírica (30 de outubro de 1996, p. 33).

Exatamente sobre a forma como atuam os economistas com suas fórmulas que tentam fazer previsões que seguem interesses específicos, o articulista as comparava com profecias gregas, inspiradas pelo “deus” da teoria hegemônica (“*Similia similibus curantur*”, 11 de junho de

⁷ No caso, entende-se mercado como mercado financeiro.

1997). Tamanha era a multiplicidade de possibilidades, que qualquer interpretação seria plausível dentro de um mesmo paradigma.

As consequências prejudiciais da crise asiática a todos os países em desenvolvimento serviram de justificativa para Delfim Netto criticar a teoria hegemônica. Em “A crise e o tempo” (21 de janeiro de 1998, p. 33), expôs uma mudança no discurso do governo após o movimento das bolsas de valores da Ásia, pela qual “em vez de continuar apoiando a absurda ‘teologia econômica’ que afirma que a ‘valorização gera a produtividade’, o governo passou à boa teoria, que sugere que a produtividade é construída lentamente pela abertura comercial...”. É importante deixar claro que a referida “boa teoria” estaria de acordo com a postura defendida continuamente pelo economista, com foco nas exportações para reduzir o déficit comercial brasileiro.

A crise então serviu de base para mais uma crítica em “O herói das maldades não-necessárias”, explicando que o modelo que havia sido tão amplamente saudado pelo Banco Mundial como sugestão a ser repetida no caminho para o desenvolvimento era enganoso. Denuncia que o FMI, “com sua costumeira arrogância, mandou aviar a receita... errada” (22 de julho, p. 35). Ou, como argumenta Santos (2001), todo conhecimento descontextualizado é um conhecimento potencialmente absoluto, e potencialmente incapaz de prever consequências.

As receitas, recomendações e verdades próprias das teorias econômicas neoliberais foram descritas como uma “falsa fé” por Delfim Netto (“Stiglitz e a inflação”, 19 de agosto de 1998). Fé que seria transcendida por outro economista norte-americano, Joseph Stiglitz, crítico da propaganda feita pelo Consenso de Washington⁸ de que o mercado seria autossuficiente, impondo um pensamento hegemônico. O articulista da revista Carta Capital denunciou que a consequência foi um domínio da imprensa e o fim de qualquer debate sobre o tema.

A postura da revista nesse sentido crítico aos paradigmas da modernidade ocidental (neoliberalismo, mercado financeiro, entre outros valores) ultrapassou o discurso de seus colunistas e esteve presente em reportagens focadas em alguns tópicos: a crise asiática e a falência do modelo até então proposto como solução para os países em desenvolvimento e sobre os limites do pensamento neoliberal.

Em “A cartografia da desigualdade” (25 de dezembro de 1996, p. 36-46) a repórter Adriana Wilder denunciou como países de grandes proporções geográficas possuíam tamanho

⁸ Medidas formuladas no final da década de 90 pelas principais instituições financeiras: o FMI e o Banco Mundial de promoção de *ajustamento macroeconômico* dos países em desenvolvimento.

significativamente menor quando se tratava da posse de recursos econômicos. A partir dessa proposta, foi feita a crítica ao “pensamento único” (termo criado pelo jornal francês *Le Monde*), chamado pela jornalista de “Testamento do liberalismo”, de “discurso anônimo, dogmático e arrogante... A cartilha do Pensamento Único dita as regras... Em resumo, o deus mercado assume a soberania no lugar do Estado” (p. 39). É descrito como uma pretensão de universalizar os interesses específicos dos detentores das forças econômicas através de códigos de conduta, em detrimento das diferenças de outras regiões, como a América Latina.

Como já mencionado anteriormente, tal visão exemplifica o pensamento de Santos (2001, 2006) sobre a incapacidade do paradigma da ciência moderna perceber os limites de aplicação de seus dogmas em contextos alheios. Essa “razão indolente” é classificada pelo autor como impotente, arrogante, metonímica e proléptica, justamente por julgar que saberia tudo sobre o futuro, como linear superação do presente.

A revista Carta Capital, de certa forma, entendia a crítica à razão indolente, como pode ser percebido pela crítica à atuação do FMI na entrevista feita com o economista francês François Chesnais, descrito como “um dos expoentes entre os intelectuais que se alinham em oposição à corrente do pensamento único” (“O Crash é inevitável”, 18 de março de 1998). De acordo com Chesnais, a atuação do fundo já era por si prejudicial, pois recomendava a recessão como parte do processo de recuperação da economia.

O economista advertiu que todas as instituições multilaterais estariam coordenadas pelos países ricos, como forma de controle, principalmente sobre as economias externas sobre as quais exercem influência. Explicou: “é preciso ver que estamos em um gueto imposto por um sistema totalitário mundial... um totalitarismo doce, que passa pelo mercado, que tem uma só ideologia e é controlado por gente que tem visão única do mundo” (p. 37).

Em mais um posicionamento contra as regras impostas pelos países representantes do neoliberalismo, a repórter Adriana Wilner relacionou os limites do paradigma com a crise dos mercados emergentes, mais especificamente a asiática.

O manual que está levando ao desastre foi escrito pelos países desenvolvidos e acabou com as possibilidades de as economias-satélites trilharem caminhos próprios. Alguns países asiáticos até ousam desafiar o todo-poderoso mercado. A América Latina tem seguido à risca o receituário ortodoxo e seus governos abraçam políticas que podem ser fatais, como o coquetel abertura econômica e Estado mínimo (“No fio da Navalha”, 10 de julho de 1998, p. 28)

Na reportagem, foram apresentados diversos pesquisadores que questionaram a dependência dos países do capital estrangeiro e a possibilidade de um modelo alternativo. É o caso de Alice Amsden, professora do departamento de economia do Massachusetts Institute of Technology, que defendeu que os latino-americanos precisam aprender a enganar os países do norte ocidental assim como os asiáticos fizeram, porque um país como o Brasil “diz sim e faz o que mandam”. Em seu posicionamento estava um exame crítico dessa postura que impunha o acompanhamento das regras de abertura econômica neoliberal, prejudiciais à criação de normas próprias para a realidade do mundo em desenvolvimento, como já recomendado por Santos (2001, 2006) e Canclini (2008);

Finalmente, com “Uma proposta para o Brasil”, a posição da revista foi ainda menos sutil. Na busca por ideias novas, fora das alternativas usuais e da “velha receita”, o economista Roberto Mangabeira Unger expôs sua percepção de que havia um problema de ideias, não só prático e político, pois “o pensamento disponível no mundo não serve para enfrentar a crise” (14 de outubro de 1998, p. 28).

Sugeria, dessa forma, a formulação de uma alternativa latino-americana ao neoliberalismo, para evitar que se continuasse no caminho que sempre manteve a posição de fraqueza do continente. Não só Santos (2001, 2006) concordaria. Laplantine e Nouss (1997), ao verem no continente um espaço intermediário, caracterizado pela mestiçagem, percebiam que o discurso do puro, do simples, fechado e distinto não seria aplicável. E mais, que a América Latina estaria em um movimento de interação constante, que acabaria com a possibilidade de aplicação de qualquer fórmula rígida.

As opiniões da revista *Veja* sobre os paradigmas da ciência moderna ocidental foram construídas principalmente na seção “Páginas Amarelas”, de entrevistas com pessoas consideradas referência nos assuntos escolhidos. De uma forma geral, foi possível perceber uma postura de defesa das determinações externas e caminhos recomendados para economia brasileira.

Por exemplo, em 19 de março de 1997, a revista realizou uma entrevista com Hermano Soto, economista peruano, descrito como da escola liberal e que já havia trabalhado em bancos e organismos internacionais. Ao ser perguntado sobre a eficiência das políticas adotadas pelos países latino-americanos na criação de uma verdadeira economia de mercado, Soto respondeu que “uma economia de mercado é muitíssimo mais complexa do que cremos e do que crêm

inclusive nossos amigos do norte, os europeus ocidentais e os americanos... (eles) não se dão conta de que eles próprios fizeram muitas outras coisas”.

Tal resposta não evidencia uma tentativa de um trabalho de tradução, como proposto por Santos (2006), como procedimento para criar uma inteligibilidade recíproca entre as experiências (no caso, econômicas). Ao propor esse trabalho, o autor português imaginava que não haveria uma relação hegemônica entre as experiências homogêneas, e sim a troca e o intercâmbio.

Soto, ao contrário, propõe que o erro não está no receituário dos países do norte, e sim no fato de que eles fizeram mais do que estão recomendando. De certa forma, sua teoria acompanharia o que Morin (1995) define como processos culturais de reprodução, pela perpetuação de modos de conhecimento e verdades estabelecidas. No caso, os cânones da economia se tornam invariantes da sociedade, impedindo que sejam criadas alternativas e mesmo a falha na adoção de tais teorias que, como percebido pelo economista, não funcionaram no caso da América Latina.

De mesmo sentido destaca-se a entrevista com o então presidente da Argentina, Carlos Menem em 19 de novembro de 1997. O entrevistado argumentou que para evitar a retomada da inflação, o pacote de medidas proposto pelo governo brasileiro teria um impacto negativo sobre o PIB, mas que o governo estaria apenas seguindo as recomendações do Banco Mundial e do FMI. “O Brasil está apenas fazendo o que todos temos que fazer”. É preciso lembrar aqui a frase da economista norte-americana Alice Amsdem em “No fio da Navalha” (Carta Capital, 10 de junho de 1997), quando alertou para o fato de o Brasil só fazer o que “tem que fazer” ou, nas suas palavras já reproduzidas, “o Brasil diz sim e faz o que mandam”.

No dia 10 de setembro do mesmo ano, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, foi entrevistado pela revista para fazer uma perspectiva para o futuro e analisar sua própria doutrina. “Não acho que estejamos destinados a repetir a Europa. Nunca acreditei que se possa repetir a experiência de outros países. Nunca se pode repetir a história”, argumentou o Presidente, para explicar que, embora o grau de prosperidade pelo qual passava o País era maior do que já havia sido antes, reinava a mesma incerteza, ainda mais num contexto de globalização, a mesma falta de controle de capitais financeiros e que, por isso, não poderíamos repetir as experiências dos países desenvolvidos.

No entanto, nas Páginas Amarelas com João Pedro Stedile, então líder do MST, a crítica ao modelo brasileiro adotado pelo governo Fernando Henrique foi reproduzida pela revista, como

discurso da oposição. Segundo Stedile, “o governo não possui um modelo econômico para a sociedade brasileira. A política econômica fere a soberania nacional, pois o principal compromisso é com o capital financeiro internacional”.

Como a reforma agrária era o principal tema da entrevista, o líder denunciou que o modelo adotado pelo governo era uma cópia do norte-americano, que não seria capaz de assentar o pequeno agricultor nem sequer de pensar nele. Considerando-se a especificidade desse caso do perfil da agricultura brasileira, pode-se acrescentar que, de certa forma, como exceção, a revista adotou uma pluralidade de pontos de vista, levando em conta a dialógica cultural proposta por Morin (1995).

Como condições para diminuir o *imprinting* coletivo (paradigmas, doutrinas e estereótipos), Morin (1995) sugere algumas alternativas, possíveis de serem identificadas como presentes ou ausentes nas matérias trabalhadas. Além da mencionada dialógica cultural, também presente nas críticas feitas pela revista Carta Capital ao apresentar outros possíveis teóricos que inibem as normalizações do paradigma neoliberal e aumentam as diferenças individuais, o autor recomenda a ativação do calor cultural, a efervescência e dialógica culturais, a possibilidade de desvios e as rupturas e brechas no determinismo cultural.

Ironicamente, o economista Roberto Campos, um dos grandes defensores do neoliberalismo no Brasil, argumentou em “Ensaio sobre assimetrias” (4 de novembro de 1998) que são inúmeras as recomendações que um país como o Brasil recebe nos tempos de crise. Muitas contraditórias e que, por isso, “no Terceiro Mundo são comuns fórmulas mestiças, como o *dirty float*, isto é, a taxa cambial administrada. Essa fórmula apresenta vários insucessos (como no caso do Brasil), mas não pode ser irremediavelmente condenada, pois operou razoavelmente no caso do Chile e no da China”.

O discurso de Campos é interessante justamente por apresentar inúmeros outros discursos. De um lado, utilizou termos pertencentes e criados pelas doutrinas da ciência moderna, como a divisão entre primeiro e terceiro mundo, ou mesmo a fórmula econômica da taxa cambial administrada. Entretanto, sugeriu a diversidade de oportunidades de uma mesma fórmula, que nunca obtém o mesmo resultado, pois nunca é aplicada no mesmo contexto.

Além disso, é significativo que o economista tenha percebido a necessidade de existência de uma “fórmula mestiça”. A mestiçagem, como proposta por Santos (2006), Laplantine e Nouss (1997) ou o hibridismo de Canclini (2008), é uma alternativa ao processo de

canonização, que juntamente ao processo de tradução representa uma possibilidade de comunicação que diminui a homogeneidade e hegemonia. Como disse o mais sociólogo do que Presidente naquele momento, Fernando Henrique, na já citada entrevista para as Páginas Amarelas, “nós gostamos de ser misturados”.

Contudo, nas demais discussões sobre a existência de uma possibilidade alternativa, pode-se dizer que foram poucas as aberturas para crítica. Em 13 de maio de 1998, o economista e ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso explicou que para evitar uma condição de desigualdade no comércio mundial, era preciso seguir “com um modelo bem concebido de economia internacionalmente competitiva... há um certo equívoco de algumas forças de oposição ao ficarem atrás de um modelo alternativo. Não existe modelo alternativo”.

Tal postura foi acompanhada pela matéria de nove de setembro intitulada “O Brasil vai ao ataque” de David Friedlander e Felipe Patury que recomendava uma “Receita” da agência internacional *Moody's*, que realiza cálculos de risco econômico dos países. De forma a evitar mais rebaixamentos na posição do País, a agência aconselhou a criação de mais uma agência internacional paralela ao FMI, para garantir as condições de empréstimos.

Ou em “Um cheque de 14 bi” de Felipe Patury e Cintia Valentini (18 de novembro de 1998), matéria na qual, em tom otimista e favorável, o empréstimo do FMI foi visto como mecanismo para afastar a crise: “É a primeira vez que a comunidade dos países ricos e sua câmara de empréstimos, o Fundo Monetário Internacional, destinam dinheiro a uma nação com economia em bom estado”.

É interessante aqui contrapor a posição da revista *Veja* com a da *Carta Capital* sobre o importante tema do empréstimo do FMI, de consequências significativas para o país e que tem por trás opiniões veladas sobre a questão das normas e receituários neoliberais.

O fato foi discutido em dois textos diferentes. Na primeira, em 30 de setembro de 1998, Belluzzo escreveu “Me engana que eu gosto”, na qual criticava o otimismo do “cosmopolitismo mendicante” quanto ao empréstimo, pois “os mais imaginativos e sofisticados tentam vazar para a opinião dita especializada a ideia de que o Brasil vai receber ajuda financeira ‘preventiva’ por conta da excelente gestão de sua economia (*sic*) e da grande importância do País no concerto das nações”.

A mesma ironia foi utilizada no editorial da revista. Escrito por Mino Carta, questionava o jornalismo ufanista e comemorativo, que ocultava as condições para o empréstimo, de abertura

comercial e financeira, além de supervisão da política monetária e fiscal, que implicariam a “entrega ainda mais sôfrega aos jogos promovidos por Wall Street e Cia. E os interesses nacionais que se moam enquanto passa o cordão do ufanismo” (11 de novembro de 1998, p. 4).

2. O crescimento econômico e a possibilidade de modernização e progresso

O ideal do crescimento econômico, que significa exclusivamente o crescimento de variáveis quantitativas econômicas, como o PIB ou o aumento da produtividade, é uma das promessas do paradigma da ciência moderna. No entanto, os valores da modernidade em crise, como já anunciado por Santos (1989, 2001, 2006), englobavam exatamente a racionalidade técnica e prática, típicas do pensamento econômico neoliberal.

É preciso então pensar qual a postura das revistas analisadas quanto ao tratamento dessas questões. Em relação ao tema do crescimento econômico, é preciso deixar claro que sua concepção é ambígua, pois de um lado, ele é fundamental para que haja desenvolvimento socioeconômico e, portanto, deve ser uma prerrogativa das políticas econômicas; contudo, de outro, não pode ser considerado um fim em si mesmo. É preciso deixar claro que o termo também é muitas vezes utilizado como crescimento da nação, erroneamente entendido como desenvolvimento socioeconômico.

Nesse aspecto, tanto *Veja* quanto *Carta Capital* adotaram visões semelhantes de ênfase na necessidade do crescimento, embora com constantes divergências (inclusive no mesmo veículo) sobre se havia sido alto ou baixo. Por exemplo, em 1996, o foco da revista *Carta Capital* foi a relação entre a política econômica de valorização da moeda brasileira, o crescimento econômico e a queda das exportações.

Na seção “Seu país” de 16 de outubro de 1996, a repórter Adriana Wilner discutiu com sua matéria “Maçã bichada” a necessidade de o governo manter a taxa de juros alta para atrair capital externo e conter o crescimento econômico, objetivando com isso não aquecer as importações e prejudicar tanto o índice de inflação quanto a situação da balança comercial.

Delfim Netto, em “Traquinagens” (27 de novembro), explicou sua posição contra a política do governo por ter diminuído as exportações, o que, se de um lado havia aumentado o crescimento econômico, de outro havia piorado a situação do déficit comercial. O resultado recriminado pelo colunista foi de que o governo precisou então utilizar uma política monetária

restritiva para reduzir o ritmo da economia (leia-se, o crescimento como desenvolvimento socioeconômico).

Em entrevista às Páginas Amarelas no dia 24 de abril de 1996, o então Ministro do Planejamento, José Serra, atuou como porta-voz do governo, explicando que a prioridade até o final do mandato seria consolidar a redução da inflação, o que ajudaria o país a crescer de forma auto-sustentável. No entanto, no mesmo dia, a *Veja* apresentou uma matéria sobre os números negativos da economia brasileira no primeiro trimestre do ano. Havia o risco de estagnação, sem crescimento econômico ou desenvolvimento socioeconômico.

Em “Sinais de perigo” era anunciado na revista *Veja* que o PIB havia caído, mas que “tecnicamente, não se pode afirmar que o Brasil está em recessão. Está apenas medíocre. E pode piorar. Nesse ritmo, frustra todo o clima de expectativa de crescimento criado até o ano passado pelo Plano Real” (p. 102). Perspectiva questionada em “O Brasil melhorou” de 26 de junho do mesmo ano pelo economista Álvaro Zini, que declarou que, com base em dados de estudo da ONU, o país estaria menos desequilibrado, com possibilidade de enriquecimento em uma nova onda de crescimento.

A mesma postura otimista da *Veja* chegou ao final do ano com “Uma boa surpresa”, matéria de David Friedlander e Ricardo Grinbaum sobre o crescimento da economia no terceiro trimestre. Segundo os repórteres

A economia brasileira continua surpreendendo. Na semana passada, o IBGE anunciou que o PIB do terceiro trimestre do ano deu um salto de 6,5% sobre igual período do ano passado... A economia reagiu no segundo semestre ativada principalmente por uma pequena queda na taxa de juro, por uma onda de investimentos produtivos sendo feitos no país e pelo crescimento da produtividade da indústria. (*Veja*, 4 de dezembro de 1996, p. 134)

Logo na semana seguinte, numa retrospectiva de final de ano na seção “Economia & Negócios”, Eliana Simonetti e João Sorima justificaram o crescimento econômico pela baixa inflação, descrevendo o movimento inflacionário como “a grande enfermidade econômica” (*Veja*, “A festa da década”, 11 de dezembro de 1996).

Delfim Netto, por sua vez, questionou o exclusivo foco do governo na inflação, chamando a atenção para a necessidade de debates. Segundo o articulista, seria preciso pensar que as discussões não funcionariam como pressões inflacionárias, mas sim levantariam novamente a questão da importância do desenvolvimento socioeconômico e estímulo da

produtividade. E ressaltava, “não há crescimento sem exportação” (“Restrição interna ou externa”, 25 de junho de 1997, p. 35 e em “O Relatório McKinsey, 10 de junho de 1998, p. 49).

É curioso seu artigo “Pays de Cocagne” no qual o economista ironizou um discurso feito por Fernando Henrique sobre o crescimento brasileiro e incluiu sua constante crítica ao problema das exportações:

‘É claro que eu (eu?) gostaria de crescer 6 ou 7% ao ano. Só que (eu?) não posso. Temos (nós, felizmente!) recursos para manter o Real sob controle. Mas não temos recursos para acelerar o desenvolvimento’. Essa mudança do ‘eu’ para ‘nós’ é suspeita, exatamente porque não explica as verdadeiras razões da armadilha montada pelo ‘eu’ contra o ‘nosso’ crescimento (do PIB e do emprego). Ela foi montada e continuará conosco porque pela valorização do real destruímos o setor exportador de bens industriais. (nove de julho de 1997, p. 47)

No mesmo período, em 30 de julho, a revista *Veja* deixou clara sua posição de assentimento com a política governamental na matéria “Será mesmo?”, sobre as previsões realizadas pelo Ipea⁹. Ao contrário das perspectivas pessimistas adotadas pelo instituto até então, a nova pesquisa para o país de 1997-2006 foi de “Surpresa! (...) fugindo ao seu temperamento pessimista, está percebendo um futuro cor-de-rosa. Em sua projeção, o Brasil passará a crescer 7% ao ano, a partir de 2004, bem mais do que os países latino-americanos e pouco menos do que os asiáticos”.

As premissas destacadas para o crescimento estavam relacionadas ao fim do déficit nas contas brasileiras e ao aumento das exportações num ritmo superior ao crescimento das importações.

Porém, tal posicionamento foi criticado pelos empresários Antonio Ermírio de Moraes (24 de setembro de 1997) e Eugenio Staub (nove de dezembro de 1998), de maneira semelhante a Celso Furtado (1974), que alertara para esse crescimento econômico que só seria sustentável com a profunda apropriação do excedente por um único grupo e aumentaria a desigualdade social.

Desse modo, Antonio Ermírio, alegando que a relação entre redução da inflação, estabilidade e crescimento econômico e o sucesso do plano Real já não seria mais suficiente, questionou a atuação do governo na área social, educação e saúde, criando um crescimento que não gerou renda, e sim desemprego. Nota-se então que, para o empresário, o crescimento econômico não teve consequência de desenvolvimento socioeconômico. Staub, por sua vez,

⁹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

descreveu o crescimento do país como “incipiente” a despeito do que chama de “sua vocação para o crescimento”.

A divulgação do novo valor do PIB de 1998 foi exaltada pela revista *Veja* como uma evidência da situação de crescimento do país. Embora a matéria alertasse para a baixa distribuição de renda e lento uso do parque industrial, o PIB era descrito como parte do crescimento econômico, esse sim capaz de alterar a renda da população e a geração de empregos.

Schramm, ao tentar explicar o papel da informação no desenvolvimento nacional, alegou que “há bem pouca dúvida que a comunicação moderna possa influir no desenvolvimento de uma cultura” (1970, p. 46). Justamente por acreditar no papel dos meios de comunicação de acelerar e facilitar a transformação social necessária para o desenvolvimento econômico, descreve que precisam incentivar o governo a atuar numa frente ampla, que envolva a transformação a sociedade, como transporte básico, educação e indústria.

Assim, percebe-se na postura da revista *Veja* uma tentativa de pregar o crescimento (ou o desenvolvimento) econômico. Principalmente no que diz respeito ao ideal modernizador. É o caso da reportagem especial de 10 de janeiro de 1996, “O brasileiro segundo ele mesmo”, por Ricardo Grinbaum. O jornalista questionou a imagem do brasileiro como folgado e malandro, descrevendo-o como cada vez mais voltado para o trabalho, moldado ao capitalismo moderno, que exige o esforço e a competição como condições para a prosperidade.

Aqui é preciso mais uma vez retomar Furtado (1984), que por também ter na sua base teórica ideias da ciência moderna, destacava a importância da atuação do homem como agente de transformação da sociedade. A mensagem sobre a nova imagem do brasileiro contém esse aspecto otimista de que as sociedades são tanto mais desenvolvidas quanto mais o homem consegue realizar suas potencialidades.

O economista Roberto Campos, em 13 de maio de 1998, destacou a importância da modernização como solução, “se quisermos escapar da mediocridade”. A proposta de Schramm (1970) de tentativa de criar um ciclo virtuoso entre o ideal modernizador, a urbanização, a cultura e o crescimento dos meios de comunicação para gerar maior desenvolvimento tecnológico e industrial torna-se evidente nas matérias citadas da revista *Veja*, que se entende na função de multiplicadora do desenvolvimento.

No entanto, esse mesmo ideal modernizador é criticado por José Marques de Melo. Em razão de o modelo de referência ocidental basear-se em fatores econômicos de capital e

tecnologia, mas não disponíveis de forma imediata nos países em desenvolvimento, o autor critica a ideia de que a solução estaria no pedido de ajuda aos países desenvolvidos. Com isso, “o desenvolvimento parece resumir-se a um simples fenômeno de aumento de produção, sem quaisquer outras implicações de natureza sociocultural” (1976, p. 21).

Canclini (2008) descreve o perfil específico da modernização na América Latina principalmente através dos cruzamentos entre o tradicional e o moderno, presentes não só nas instituições e setores hegemônicos, mas também na reestruturação econômica e simbólica. Por isso, segundo o autor, é preciso pensar numa interpretação mais plausível sobre as contradições e fracassos da modernização latino-americana.

Ou seja, mais do que a consequência de uma força dominadora que substitui o tradicional e o típico, a modernização do continente é entendida pelo autor como forma alternativa de renovação com que os mais diversos setores se encarregam da heterogeneidade (CANCLINI, 2008, p. 76).

A revista Carta Capital demonstra a mesma postura crítica. Por exemplo, no seu editorial da edição de 22 de janeiro de 1997, Mino Carta relacionou a necessidade de desvalorização do Real e o aumento da credibilidade da política econômica nacional, e se perguntou: “Quem começou a modernização do Brasil, tem de concluí-la e, portanto, precisa de mais quatro anos de mandato. Que modernização? De que mirabolantes planos de resgate estamos falando?” (p. 4).

Não se poderia responder que seria então a modernização de Furtado (1974), para quem teria sido um processo de adoção de padrões de consumo sofisticados sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos? Acarretando, como consequência, uma pressão para adoção de novos padrões de consumo? Ou aquela modernização do artigo de Belluzzo “Dependência com desenvolvimento” (cinco de março de 1997), no qual criticou novamente a tentativa de modernização da economia pelo governo como forma de reinserção do país no capitalismo globalizado e sinônimo de progresso, cuja alternativa estaria somente na marginalização e na miséria?

A mesma avaliação pessimista aparece nos artigos de Belluzzo de 10 e 24 de junho de 1997, quando o economista alertou para a turbulência cambial iminente, mas negada pelo governo sob “o consolo do crescimento ou a ilusão do progresso” (p. 53). Em “Na contramão da história”, Belluzzo ironizou a mudança de direção da política econômica brasileira de busca pela modernização: “nesse ponto da caminhada para o progresso, a retórica indulgente e

autocongratatória engasgou-se na desconfiança dos cidadãos e, pior, na deserção dos eleitores” (24 de junho de 1997, p. 54).

Pode-se concluir com a afirmação de Santos (2001) de que a industrialização e o crescimento econômico não são necessariamente o motor do progresso. O autor explica que tais formas são incapazes de ver sua relação com a degradação da natureza e da sociedade, além de afirmar que para a maior parte da humanidade, a industrialização e o crescimento econômico não trouxeram o desenvolvimento.

Assim, argumenta que se o desenvolvimento é entendido segundo a perspectiva do crescimento do PIB e da riqueza dos países menos desenvolvidos para que se aproximem dos desenvolvidos, não faz sentido, porque a desigualdade não diminui. E se é para assegurar bem-estar às populações, hoje já é claro que o bem-estar não depende tanto do nível de riqueza quanto da distribuição de riqueza (SANTOS, 2001, p. 28).

3. A globalização inevitável ou questionável?

A definição de Canclini (2008, p. XXXI) de que a globalização envolve processos que acentuam a interculturalidade moderna ao criarem mercados mundiais de bens materiais, dinheiro, conteúdo e pessoas e, em consequência, diminuem as fronteiras, mas também a autonomia das tradições locais, pode ser contraposta com a de Boaventura Sousa Santos, para quem o fenômeno é muito mais complexo e menos determinista.

Causada por forças econômicas, políticas e culturais concretas, a globalização se dá pelo constante confronto entre o capitalismo global e as formas locais, pelo confronto entre as lógicas que homogeneízam e as tentativas de diferenciação. “Ela é o marcador dos termos do conflito social e histórico criado pelo capitalismo” (2006, p. 152) e, por isso, já não se podem mais aceitar sem críticas quaisquer tentativas de difusão de unidade e universalismo de conhecimento.

O autor destaca que não se pode nem mesmo falar de um só tipo de globalização, como forma de expressão comum nos meios de comunicação (“a globalização”), e mais, que globalização existe em função de um conjunto de relações sociais em transformação, ou seja, globalizações no plural. Os conflitos fazem parte dela, embora sua história seja frequentemente contada pela ótica dos vencedores que exclui as outras formas de discurso (SANTOS, 2006).

Consequentemente, ao se pensar na globalização como “processo através do qual um dado fenômeno ou entidade local consegue difundir-se globalmente e, ao fazê-lo, adquire a

capacidade de designar um fenômeno ou entidade rival como local” (SANTOS, 2006, p. 195), é preciso então identificar a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica. É a partir desta última que serão pensadas as matérias relacionadas ao temas, procurando-se localizar seus procedimentos de Teoria da Tradução e Sociologia das Ausências, conceitos já explicados no capítulo anterior.

De uma forma geral, as matérias analisadas da revista Carta Capital foram críticas à globalização, com exceção dos artigos de Delfim Netto “Molière e a Globalização” (sete de agosto de 1996) e da matéria “Revolução em Boston” (16 de outubro de 1996) de Nelson Letaif. O último concebeu o movimento como um benefício para a integração, capaz de facilitar o transporte, de menores custos, e de diminuir a importância da localização de matérias-primas, favorecendo as condições de países como o Brasil, antes prejudicados pelas distâncias.

O texto de Letaif abordou o tema pela ótica do crescimento da transferência de emprego dos países ricos para os pobres e a necessidade de continuar com a manutenção do fluxo de mão-de-obra e capitais.

Belluzzo, por sua vez, tratou a globalização como extremamente danosa. Em “A globalização e a estupidez” (18 de setembro de 1996) responsabiliza-a pela falta de memória e ilusão do progresso ilimitado. Com “As críticas e o silêncio”, diz:

É surpreendente que depois de tanta briga com as interpretações quadradas e chapadas, Fernando Henrique permita a invasão, sem resistência, em sua sofisticada cidadela analítica, das versões mais vulgares da (Deus me perdoe) teoria da “globalização”.... A globalização é o novo nome da “mão invisível”, a cujos desígnios temos de nos submeter sem tugir nem mugir. (30 de outubro de 1996, p. 45).

Furtado (1974, p. 89-90) não falava de globalização, mas da “cooperação das grandes empresas de atuação internacional”. Ao passar a ser solicitada pelos países periféricos como a forma mais fácil de superar os problemas da industrialização interna e “retardada”, tais países pretendiam colocar-se em nível técnico similar ao dos cêntricos. Ou seja, à medida que avança o processo de industrialização, maior tende a ser o controle do aparelho produtivo pelos grupos estrangeiros, e a dependência que antes era realizada pela imitação de padrões externos de consumo por importação de bens, passa a se concretizar pela presença das subsidiárias das grandes empresas que produzem os padrões de consumo adotados.

Belluzzo, na Carta Capital, então destacou algumas das tendências do processo de globalização em “O mal-estar da globalização” (19 de março de 1997), semelhantes às detectadas

na proposta de Santos (2006). Dentre elas falou sobre a homogeneização do espaço econômico, que teve como consequência a submissão das políticas econômicas e sociais às normas racionais ditadas pelo mercado financeiro, além da aproximação entre as configurações institucionais, estilos de vida e padrões culturais das sociedades.

Entendeu que tais concepções decorriam do universalismo e do progressismo iluministas, que deram base para a formação do liberalismo. Faz sentido então lembrar o que diz Santos, para quem,

os poderes hegemônicos que comandam a globalização neoliberal, a sociedade de consumo e a sociedade de informação têm vindo a promover teorias e imagens que apelam a uma totalidade... Sabemos que se trata de teorias e imagens manipulatórias que ignoram as diferentes circunstâncias e aspirações dos povos (2006, p. 94).

Ainda por Belluzzo, a globalização foi descrita como nem inevitável nem desejável. Em “O Renascimento do *Homo oeconomicus*” (27 de maio de 1997) defendeu que as tendências da globalização são apresentadas normalmente de forma apologética e exagerada, mas que no período em que escreveu o artigo já se sabia que não era assim. Por exemplo, na já citada reportagem “A cartografia da desigualdade” discutiu-se que a intensificação das trocas não tem efeito direto na melhoria da vida das pessoas, pois “o capital circula com mais velocidade, mas o produto continua praticamente o mesmo” (25 de dezembro de 1996, p. 38).

Sobre os beneficiários da globalização, a reportagem destacou que apenas uma minoria é favorecida, a exemplo das companhias aéreas, empresas petrolíferas e instituições financeiras, além, principalmente, das multinacionais. O resultado diagnosticado foi de problemas para os mercados locais.

No entanto, é oportuno destacar o que Santos (2006) vislumbra como papel da América Latina na formação de uma globalização contra-hegemônica. Como metáfora da sociologia das ausências e capaz de realizar os processos tradutórios, o continente teria capacidade de propor novas alianças emancipatórias de resistência, para dar voz aos excluídos pelos processos da globalização hegemônica e criar proximidade entre os povos.

Como analisar, então, a posição da revista *Veja* diante da globalização? Pode-se dizer que suas posições foram mistas, com certo predomínio de matérias favoráveis a ela. Ao cobrir uma palestra do Presidente Fernando Henrique Cardoso no México, o jornalista Paulo Moreira Leite reproduziu seu discurso de alerta para a possibilidade de crescimento do desemprego e

exclusão social, mas alegando que o fenômeno seria inevitável, assim como suas consequências negativas não solucionáveis (“Males globalizados”, 28 de fevereiro de 1996).

Seguindo a linha de pensamento do então Presidente, na sua entrevista para as Páginas Amarelas de 10 de setembro de 1997, foi destacado que a possibilidade de alternativa para a exclusão ocasionada pela globalização estaria na educação. “Por meio da educação proporcionamos uma homogeneização interna, e essa homogeneização evita que a globalização implique exclusão”, explicou Fernando Henrique, ressaltando que o fenômeno não significa exatamente homogeneização e que há possibilidade de maior diversidade:

O que se homogeneiza é a base produtiva, mas a globalização levará ao mesmo tempo a uma valorização das diferenças, entre elas as diferenças culturais. Haverá uma valorização das formas de identidade, e uma das nossas formas de identidade nacional, a principal, é a diversidade. Haverá uma atenção maior à cultura, no sentido antropológico da palavra, e no sentido específico, de produção de música, teatro, literatura.

É interessante analisar tal afirmação pensando nos alertas de Santos e no que Martín-Barbero (1997, p. 251) descreve como o fim das diferenças pela globalização. Segundo o autor, os modelos hegemônicos de comunicação criam uma aproximação ou familiarização que exploram as semelhanças superficiais, como se até as realidades mais distantes, quando observadas detalhadamente, fossem parecidas. Há também o mecanismo em que tudo o que é alheio é tratado como exótico, ou distante, criando um sentimento de estranheza que desvincula o fenômeno dos sentidos no mundo do observador.

São mecanismos de neutralização, que funcionam muitas vezes como o tratamento da revista *Veja* para com a globalização. Buscam nas outras culturas o que é muito heterogêneo, mas que, tratado através da estilização e banalização torna-se simplificado e banalizado, perdendo toda sua complexidade (MARTÍN-BARBERO, 2002).

Retomando a análise da revista com a entrevista do empresário Antonio Ermírio de Moraes (24 de setembro de 1997), o empresário alertou para o desaparecimento da indústria nacional, cujo mercado estava sendo dominado pelas indústrias estrangeiras, num aspecto que lembra a denúncia de Furtado (1974). Foi apenas no ano seguinte, com a entrevista de Anthony Giddens, sociólogo inglês, que o tema foi abordado de maneira crítica novamente: nela Giddens destaca a possibilidade de criação de uma terceira via, que talvez possa ser pensada como a globalização contra-hegemônica proposta por Santos (2006).

O tom de exaltação da globalização apareceu na matéria “Como uma ostra”, com uma crítica à posição do Brasil, que não estaria aberto o suficiente para aproveitar dos benefícios da economia global. O jornalista Eurípedes Alcântara abriu sua matéria da seguinte forma:

Era uma vez um planeta onde os países podiam enclausurar-se em seus territórios e viver da ilusão de que quanto mais independentes da tecnologia, do capital, da cultura e das mercadorias estrangeiras, melhor. Esse planeta trombou com um asteróide chamado globalização. Não existe mais. O que sobrou depois do choque é um novo mundo (12 de junho de 1996, p. 106).

Assim, o atual editor da revista *Veja* ressaltou a importância dos países se medirem pela capacidade de conviverem com a influência e competição externas, características que precisam ser seguidas pelo Brasil, segundo a linha editorial da revista. Uma solução recomendada, por exemplo, estaria na formação dos blocos econômicos de livre comércio, como o Mercosul.

Ainda em fase de desenvolvimento no final da década de noventa, os grandes blocos foram apresentados em “Tem mais sócios no clube” de três de julho de 1996 como forma de as economias regionais ganharem produtividade através do fim dos impostos de importação.

De maneira semelhante à proposta de modernidade e globalização do Mercosul, a União Européia também passava em 1997 pela questão da formação de sua zona de livre comércio. A implementação do euro significaria uma possibilidade de superar o impasse econômico no continente (“O velho mundo no dilema da nova moeda”, 25 de junho de 1997).

Os jornalistas Antenor Nascimento Neto e João Sorima Neto então fizeram uma crítica a algumas das premissas que ainda não haviam sido afetadas pela teoria neoliberal: o estado do bem-estar social. Explicaram que seria possível reverter tal cenário e reconstruir a competitividade européia, desde que houvesse

uma redução dos elementos que inibem a produção, como os impostos elevados, os regulamentos estatais para a economia, as regras férreas para o mercado de trabalho e os gastos excessivos do Estado com a seguridade social. O difícil é convencer a população que vive no bem-bom desde os anos 60 (“O velho mundo no dilema da nova moeda”, 25 de junho de 1997).

4. Exaltação do Estrangeiro

O que significa “exaltação do estrangeiro”? A resposta está principalmente no conteúdo jornalístico que se propõe a elogiar tudo o que vem de fora como melhor, produtos, ideias, culturas e processos. As classificações de mundo utilizadas de primeiro e terceiro mundo, ou países em desenvolvimento e países desenvolvidos, já implicam uma ordem, uma primazia, etapas a serem seguidas.

Boaventura Sousa Santos (2001) faz da exaltação do estrangeiro uma extensão da denúncia da existência de um paradigma único de conhecimento, que tem como consequência a negação de outras formas de conhecimento. Quando na revista *Veja* o jornalista Ricardo Grinbaum (“O brasileiro segundo ele mesmo”, 10 de janeiro de 1996) descreveu o povo brasileiro como esforçado, sério, honesto e otimista acerca do futuro do país, imediatamente o opôs à realidade européia no seguinte enunciado:

Nos aeroportos do Primeiro Mundo, os turistas brasileiros passaram a ser barrados, interrogados e devolvidos ao Brasil (...) Mas há um ano a inflação está baixa, a economia cresce há três e as pessoas tiveram uma folga na carteira para comprar mais comida e eletrodomésticos e isso teria efeito sobre a confiança no futuro, num nível semelhante de felicidade ao da França (p. 53).

O pertencimento ao mundo ocidental foi descrito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso como um elogio à democracia, cujos hábitos são diferentes, valorizam a liberdade, o indivíduo e a cidadania. Explicou a crise asiática pelo fato de os asiáticos não terem os mesmos valores (“O Brasil está com rumo”, 17 de janeiro de 1996).

Na matéria “As elites no inferno astral”, os jornalistas Antenor Nascimento e Ricardo Grinbaum discutiram o perfil da elite brasileira e concluíram que houve uma mudança na sua postura. Mencionam que a maioria dos empresários não mais defendem o parque industrial nacional, mas o consideram inferior, com produtos de menor qualidade que os estrangeiros, lembrando mais uma vez a teoria de Furtado (1974). A nova elite estaria mais preocupada com a situação do país, como explicam os jornalistas: “O Brasil não conseguirá transitar entre países desenvolvidos carregando seu bolsão de miseráveis e suas crianças de rua. Coisas assim não ficam bem no clube de países sérios” (cinco de junho de 1996, p. 41).

Assim como havia previsto Furtado, as elites locais, interessadas em seguir de perto os padrões de consumo do centro, “perderam o contato com as fontes culturais dos respectivos países” (FURTADO, 1974, p. 79-80). Dessa forma, a ênfase na inferioridade do que é produzido no país, aliada à classificação dos países desenvolvidos como sérios – e, consequentemente, o Brasil estaria subentendido como não sério – demonstra um tom de desprezo com relação à cultura local.

Por exemplo, ao cobrir a abertura de uma rede de oficinas norte-americanas no país, o repórter Roger Ferreira a descreveu como “oficina de primeiro mundo”, capaz de “oferecer um padrão de serviço inédito ao consumidor brasileiro... a diferença em relação às oficinas nacionais é sentida logo na recepção” (“Problema dos carros bichados”, 14 de maio de 1997, p. 122). A

mesma perspectiva também estava na forma de ridicularizar os erros de cálculo do governo sobre o déficit de 1997, quando o repórter disse que “são deslizes grosseiros difíceis de acontecer em países desenvolvidos, como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha” (“Ruim de conta”, 15 de abril de 1998).

Em sua coluna na Carta Capital, Belluzo repreendeu exatamente esse costume, ironizando as propagandas da reeleição do governo:

Vou sentir saudades daquelas professorinhas tucanas, todas as noites falando aos telespectadores das vantagens da reeleição. Eram mocinhas distintas. Notava-se pela combinação discreta de tons de cinza e creme das saias e blusas, compostas e comportadas. A discrição dos trajes fazia par com a sobriedade das palavras. Uma ensinava: a reeleição é a norma dos países adiantados. França, Estados Unidos, etc... Mas é certo que para barrar este tropel de delinquentes estarão alertas das forças do bem: esquerdistas modernizados, internacional-globalizantes, direitistas lúcidos e dinâmicos, jornalistas atentos às novas oportunidades de um mundo em transformação (“Mao e a bandeira nacional”, 5 de fevereiro de 1997, p. 70).

Lopes (2005) entende que a elite intelectual deveria atuar como agente de mudança, mas acaba sempre adotando um papel conservador. Atua, dessa forma, principalmente como agente de assimilação e readaptação do que é expandido dos países centrais. A forma segundo a qual jornalistas (entendidos como integrantes da elite intelectual) descrevem a própria cultura do país revela uma dependência voluntária, que parece ser uma escolha de seguir o caminho de uma cultura que é considerada desenvolvida.

O discurso do presidente Fernando Henrique demonstrou a mesma atitude, embora dessa vez tenha sido criticada pela revista Veja. Em 24 de julho de 1996, na matéria “Jecocentrismo globalizado” o jornalista Mario Sabino reproduziu a fala do presidente ressaltando seu caráter pejorativo: “Depois de dizer que o Brasil é um país provinciano, como os Estados Unidos (olha a comparação), ele partiu para a globalização pesada: Como vivi fora do Brasil durante muitos anos, dei conta disso. Os brasileiros são caipiras, desconhecem o outro lado e, quando conhecem, se encantam. O problema é esse” (p. 101).

Veja também se mostrou de certa forma ofendida quando os parques temáticos norte-americanos da Disney fizeram uma campanha de boas maneiras para “brasileiros mal-educados e barulhentos”. A reportagem indicava indignação em relação à atitude dos parques, ainda mais em função do crescente número de turistas brasileiros. Concluía que eram criticados apenas por terem costumes diferentes (“Reino Desencantado”, 20 de novembro de 1996).

De forma inconsciente, a revista tomava consciência da heterogeneidade do país em relação a outras culturas. Algo que Rotker (1992) define como ausência de discursos hegemônicos na América Latina. A autora destaca que há, no continente, uma heterogeneidade de discursos, mesmo que dentro da classe dominante. Percebe-se exatamente isso na entrevista do empresário Olavo Setúbal para a seção Páginas Amarela: o empresariado brasileiro seria diferente, justamente porque o “Brasil é muito mais complexo do que o país visto pelo seu lado econômico e financeiro (...) e o Brasil é muito mais complexo do que São Paulo (20 de novembro de 1996, p. 11).

Discutindo as consequências da crise financeira asiática sobre a América Latina, a reportagem destacava a importância do papel do Real na defesa da estabilidade econômica do continente, justificável pela sua posição no Mercosul e por sua condição de nova economia do mundo. (“Tufão sobre o país”, 23 de setembro de 1998).

Em 18 de novembro, quando o FMI aprovara o empréstimo ao país, a reportagem justificou o fato pela sua posição como peça-chave na crise mundial, na América Latina e no resto do mundo. A partir do discurso da fonte (o empresário Octávio Barros) de que “o que as pessoas veem no Brasil é um país com o maior mercado consumidor da América Latina. Um país com moeda estável. Com pessoas que precisam — e querem — comprar (...) Não estar no Brasil é um mau negócio neste momento”, mostrava-se o país sob uma nova ótica, a da valorização pela liderança.

Delfim Netto também tentou visualizar no país as condições de se tornar uma grande potência, com capacidade para proporcionar à população um padrão de vida satisfatório. Em sua coluna “Direitos iguais, já!”, explicava que “os brasileiros têm condições de almejar as mesmas condições de trabalho e oportunidade encontradas nos países desenvolvidos” (Carta Capital, dois de setembro de 1998, p. 42), mas com certa dificuldade, dada a crescente dependência externa, de financiamentos e investimento que aumentava a vulnerabilidade brasileira.

Ainda que essas reportagens representem uma valorização exclusiva do lado econômico, é inegável que havia uma percepção da capacidade do país para fazer alguma diferença. É possível lembrar aqui da proposta de Santos (2006) de que a América Latina possa representar uma alternativa de projeto político, com outros compromissos além dos estabelecidos pelo paradigma da ciência moderna, a *Nuestra América*.

Concluindo, Martín-Barbero (2003) destaca que os meios de comunicação, como as revistas *Veja* e *Carta Capital*, também tiveram um efeito positivo no continente, de possibilitar o acesso a outras visões de mundo e costumes. As revistas, talvez mesmo de forma inconsciente, ajudaram a construir uma nova imagem do país, de superação dos problemas econômicos anteriores, num contexto maior de crise mundial.

5. O Consumo e a Tecnologia

Martín-Barbero (2002), ao pensar a introdução de novas tecnologias de comunicação na América Latina, fez uma crítica à não contemporaneidade entre as tecnologias e seus usos – identificada pelo autor como sinal de esquizofrenia entre contextos de produção e consumo, como se a modernização criasse um processo de simulação generalizada de informatização como novo equivalente geral, como novo valor tanto da econômica política quanto da economia cultural.

Furtado descreveu o mesmo fenômeno como um problema que consistem em que a “tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda do setor modernizado da sociedade” (1974, p. 81-82).

Isso significa, para a análise do conteúdo das revistas *Carta Capital* e *Veja*, pensar que a presença e ênfase nas novas tecnologias e foco no consumo não é simplesmente uma questão de atuação das transnacionais, mas sim uma nova configuração cultural. Como explica Martín-Barbero, forma-se uma nova articulação de identidades a partir de uma racionalidade tecnológica, “motor de um projeto de uma nova sociedade” (2002, p. 179).

E até que ponto tal racionalidade foi representada pelas revistas analisadas e com isso introduzida na sociedade brasileira e? Pode-se dizer de imediato que foi dado um destaque significativo para a entrada das novas tecnologias no país e, principalmente, para o incentivo ao seu consumo.

Ambas as revistas possuíam seções específicas e fixas para informarem seus leitores das novidades tecnológicas recém-chegadas (ou desenvolvidas no país). A *Carta Capital* a denominava “Prazer de ponta”, onde apresentava principalmente novos produtos como DVDs, CD players, *paggers*, computadores e laptops, telefones com controle de televisão, óculos de sol

com espelho retrovisor, computadores para o sofá, primeiros modelos de celular e com internet, *webcams*, microscópios de bolso, alguns carros e agendas eletrônicas.

A seção fixa da *Veja* intitulava-se “Hipertexto” e foi criada apenas na segunda metade de 1996, com foco principalmente nas novas tecnologias de informática e comunicação. Novos mouses, jogos eletrônicos, páginas da internet, livros on-line, propostas de criação de uma rede de internet específica para o país (“O que talvez seja bom para o resto do mundo não é bom para o Brasil”, Hipertexto, sete de maio de 1997, p. 19), enciclopédias em CD-ROM e formas de armazenamento de informação, como disquetes e CDs.

Constantemente eram publicadas outras matérias para incentivar e enaltecer o consumo e as novas tecnologias, em outras seções variáveis, denominadas “Tecnologia”, “Consumo” e “Estilo”. São essas seções que oferecem o principal material para análise.

Conforme o foco da *Carta Capital* no período analisado, de ênfase na economia e perspectiva empresarial, seus principais discursos sobre a tecnologia discutiam seu impacto econômico nas organizações. Em 24 de julho de 1996, na matéria “BM&F investe US\$20 milhões e entra na era da informática” foi apresentado o crescimento no investimento em automação dos sistemas de bolsa de valores, com novos computadores fabricados em Curitiba. Para justificar a importância dos novos recursos a reportagem recorreu a uma fonte da bolsa de Nova Iorque que dizia que “sem essa tecnologia seria impensável operar com qualidade num futuro próximo”.

É esse futuro a promessa dos computadores em “Computador e o Bolso” e o “Mar de possibilidades para navegar em dinheiro” (sete de agosto de 1996), sobre como as informações financeiras na internet aumentaram o poder de competição do investidor. Ou em “Sob o signo de Darwin”, com o subtítulo “modernização ou morte!” (11 de dezembro de 1996, p. 36-41), onde o jornalista Nelson Letaif explicou os dilemas das grandes redes de supermercados na era do Real.,

No entanto, a internet estava ainda incipiente, e a *Carta Capital* apontou seu pouco uso pelos executivos brasileiros que ainda sentiam dificuldade com os problemas apresentados pela rede, de incompatibilidade de sistemas ou mesmo com os problemas na hora de fazer o *login* no computador (“A estrada vazia”, 22 de janeiro de 1997, p. 18-22). Mas ainda no mesmo ano voltou-se a falar da ajuda que a internet poderia dar para o funcionamento de um escritório, capaz de ser móvel e estar em qualquer lugar (“Escritório virtual”, 25 de julho de 1997, p. 24-30).

Crescia então o espaço ocupado pelos recém-criados notebooks. Em “o mundo nas mãos”, Daniel Japiassu discorria sobre como os novos produtos passaram a disputar espaços com os grandes computadores e ganharam a preferência dos empresários (primeiro de abril de 1998, p. 18-23).

Era precisamente o que indicava o relatório da consultoria *McKinsey*, discutido por Delfim Netto na sua coluna de 10 de junho de 1997. A visão da consultoria indicava a produtividade e a tecnologia como vitais para “o desenvolvimento acelerado”. Era diagnosticado que na década de noventa a inovação tecnológica havia sido incorporada e o problema da aceleração do desenvolvimento passava para o nível microeconômico, na dependência de que os empresários adotassem as novas tecnologias e se apropriassem dos lucros iniciais desse processo.

Ou seja, a tecnologia era vista, mesmo numa revista crítica como a *Carta Capital*, como uma novidade positiva, sem que fossem percebidas muitas das contradições que representavam suas expectativas de modernização do país. Pode-se aplicar aqui a crítica de Martín-Barbero sobre o fetichismo das novas tecnologias, convertidas em estrelas do novo mundo. Como diz o autor, “enganosa contemporaneidade, porém, uma vez que encobre a não-contemporaneidade entre objetos e práticas, entre tecnologias e usos, impedindo-nos assim de compreender os sentidos que sua apropriação adquire historicamente” (1997, p. 256).

Tal percepção de Martín-Barbero pode ser ainda mais aplicada quando se passa para a análise do conteúdo publicado pela revista *Veja* sobre tecnologia. Na matéria com o sugestivo título “O Brasil está à venda”, a repórter Eliana Simonetti cobriu a entrada de empresas estrangeiras no país no contexto de globalização, principalmente mediante a compra de outras empresas nacionais que estariam quebradas. Explica:

O que aconteceu foi uma exposição completa da economia brasileira à economia mundial. Há seis anos, o Brasil era fechado, vivendo sob uma carapaça de tatu. Transformou-se num país com um grau de abertura razoável. O resultado é que todos os vícios acumulados durante os anos de fechamento enfraqueceram muitas indústrias. Outras perceberam que, sem sócio estrangeiro, capital barato, tecnologia moderna (e cara) e conexões internacionais não dava para sobreviver (29 de maio de 1996, p. 35).

É possível observar como o texto exaltou a capacidade da globalização (“abertura”) de corrigir os erros (“vícios”) da economia brasileira. Pela explicação, apenas a entrada de outras empresas estrangeiras, associadas ao que é moderno e tecnológico, permitiria a sobrevivência nacional. Na contra-mão da advertência de Martín-Barbero (1997, 2002), para quem as tecnologias são ferramentas, formas de materialização da racionalidade de certa cultura e de um

modelo global de organização de poder, no texto de Simonetti elas representariam a sobrevivência em si.

As principais formas de tecnologia divulgadas pelas matérias (muitas já mencionadas quando falamos da seção “Hipertexto”) foram principalmente câmeras digitais e as vantagens para os amadores (26 de junho de 1996), “Tecnologia radical” sobre novo videogame com altos preços e alta tecnologia tridimensional (quatro de setembro), vídeo digital (11 de setembro), mecanismos desenvolvidos para levar a informática às salas de aula (25 de setembro) e computadores com novo design (20 de novembro de 1996).

No ano seguinte, o DVD surgiu desbancando o vídeo, e o CD e foi descrito pela repórter como a realização de “um dos principais sonhos da revolução digital, de convergência de todas as mídias... No Brasil, o salto tecnológico deve ser mais lento e gradual” (22 de janeiro de 1997, p. 55). A ideia de avanço e fascínio tecnológico implícitos no conteúdo da reportagem reflete exatamente o que Canclini (2008) define como a máscara da modernidade, um simulacro que esconde as diferentes lógicas de desenvolvimento de cada país, reduzindo-as à necessidade de posse e avanço das modernas tecnologias.

No mesmo sentido do “salto tecnológico” mencionado, a nova tecnologia para televisão HDTV foi descrita por Eurípedes Alcântara como uma “revolução”, “imagem do futuro”. As três formas de classificação – ideais típicos da ciência moderna – também estão vinculadas a uma tecnologia criada externamente, em países entendidos implicitamente como únicos capazes de realizar tal avanço. Ou como o próprio editor da revista afirmou na “Carta ao Leitor” de 14 de janeiro de 1998, “Não se dá um passo hoje em dia, mesmo num país “secundário” como o Brasil, sem que se cruze com algum tipo de produto ou serviço altamente influenciado pela tecnologia”.

Ainda em 1997, em 26 de novembro, a seção “Hipertexto” relatou exatamente o fim de uma das poucas empresas que tentaram desenvolver tecnologia no Brasil. A empresa Cobra havia sido criada quando existia reserva de mercado de informática e “prometia livrar o Brasil da dependência tecnológica”, mas que, como exemplo do que se pensava sobre a capacidade tecnológica nacional, naquele momento apenas conseguia consertar computadores.

Outro exemplo expressivo que destaca tal opinião da Veja se encontra na ironia com que o economista Claudio de Moura Castro, em sua coluna “Ponto de Vista”, falou sobre a capacidade de se fazer alta tecnologia. Argumentou que “para um modesto país de Terceiro Mundo, temos algumas realizações na tecnologia. Nossos aviões voltam a vender bem... Tudo

isso vai na direção certa, mas precisamos de mais. E, acima de tudo, não podemos esmorecer nesse esforço de inventar modas, tão próximas quanto possível da fronteira tecnológica” (28 de abril de 1998).

O ideal do futuro fica evidente na matéria “A casa do amanhã já chegou” (14 de janeiro de 1998). Boaventura Sousa Santos adverte que ao se pensar no curto prazo, o tempo se torna uma repetição automática e infinita, e o futuro torna-se o progresso: “Comum às diferentes teorias da história foi a desvalorização do passado e o hipostasiar do futuro. O passado foi visto como consumado e, portanto, como incapaz de fazer a sua aparição, de irromper no presente. Pelo contrário, o poder de revelação e de fulguração foi todo transposto para o futuro” (2006, p. 52).

Contudo, nas matérias mencionadas, os produtos eletrônicos, do futuro, representam exatamente o progresso. Notável na seguinte parte da matéria:

Depois de um dia de trabalho, quem chega em casa confere os recados na secretária eletrônica e lê os e-mail recebidos pelo computador, enquanto prepara a comida no forno de microondas de última geração que até doura a comida. Após o jantar, é hora de sintonizar a televisão de tela gigante num canal de filmes da TV a cabo e recostar-se na poltrona computadorizada que faz até massagens na nuca... As residências vão-se equipando em ritmo frenético por dois motivos básicos. O primeiro é que os avanços tornam a casa um lugar muito mais divertido do que era antes. O segundo é que o tempo consumido entre a descoberta de novas tecnologias feitas em laboratório e a chegada dos produtos à casa dos cidadãos é cada vez menor.

As novas tecnologias do futuro incluíam os *palm tops* (18 de março de 1998), telefones via satélite considerados a “última palavra em tecnologia e a salvação da lavoura para o ineficiente sistema de telefonia móvel instalado no país” na matéria “Onda futurista” de primeiro de abril de 1998. A internet, por sua vez, foi descrita como a tecnologia que mais se tornou popular em tão pouco tempo (29 de abril).

Em “Ao pé do ouvido” (cinco de março de 1997), Darlene Menconi destacou o avanço dos novos *paggers*, que passaram a atingir maior número de pessoas (“800 000 brasileiros que o usam atualmente”) e estavam em fase de regulamentação pelo Ministério das Comunicações. E mais, explicou que o novo *pager* deixava de ser “apenas um fetiche tecnológico” e passava a ser quase uma necessidade.

Pode-se concluir que, quando se discute a percepção da tecnologia, Martín-Barbero (2002) tinha razão ao pensar que a crise do nacional acelerada pela transnacionalização tecnológica tinha traços muito característicos na América Latina e, no caso, estendíveis ao Brasil.

A proposta de nacionalidade focada na inovação tecnológica contínua acaba por transformar todos os problemas sociais em técnicos, para os quais só existem as soluções técnico-científicas. O resultado, como adverte o autor, cria uma uniformização dos modos de conceber e organizar a sociedade, o que se pode pensar, através das matérias analisadas, que, o que pode-se pensar pela análise das matérias, é o objetivo da revista *Veja*.

O pensamento dos dois veículos de comunicação a respeito do consumo segue a mesma linha, apesar da diferença, principalmente quantitativa, entre suas matérias. Santos (2001, 2006) advertiu para a fragmentação da sociedade capitalista nos domínios da produção e do consumo, que teria como consequência a possibilidade de a lógica de mercado passar da economia para todas as áreas da vida social. Diante dessa perspectiva pessimista, o consumo se tornaria um dos únicos critérios da interação social.

É o que se percebe na avaliação otimista do ano anterior no editorial da revista *Veja* de três de janeiro de 1996. Além do editorial, a matéria de capa da revista foi justamente o crescimento do consumo do brasileiro, principalmente no exterior. No dia 17 do mesmo mês, a reportagem elogiosa do governo Fernando Henrique justificou a alta popularidade e a “estupidez” dos que criticam a política econômica pelo crescimento do consumo das massas: “o brasileiro preferiu ficar com aspectos cuja importância é evidente por si mesma. Exemplo: feijão no prato” (p. 30).

Nas Páginas Amarelas de 24 de abril, José Serra, falando como ministro do Planejamento fez um balanço positivo da área social pelo aumento do consumo básico, com alguns esforços em educação e saúde. O mesmo resultado foi apresentado e validado pela pesquisa PNAD¹⁰, que mostrava o crescimento do acesso da população aos bens de consumo após o Plano Real.

“No ano passado havia mais aparelhos de televisão, geladeiras, fogões, máquinas de lavar roupa nas casas dos brasileiros do que em qualquer outra época” (11 de setembro de 1996, p. 32), argumentava o jornalista Laurentino Gomes, mesmo que a concentração de renda do país ainda fosse uma das maiores do mundo. Segundo a matéria e os dados da PNAD, após 1994 houve uma mudança nos padrões de consumo, principalmente entre as classes mais baixas.

A reportagem de capa de 19 de dezembro manteve o discurso de que “com aumento da renda, o pobre virou consumidor”. Com uma matéria especial intitulada “Dinheiro no bolso do

¹⁰ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

pobre”, o repórter Antenor Nascimento fez alusão a um novo milagre econômico que possibilitou o crescimento do consumo dos mais pobres, embora ainda com má distribuição de renda. Segundo Nascimento, “as pessoas com renda mais modesta, em resumo, estão comendo melhor, comprando eletrodomésticos e levando uma vida mais farta. Num país com diferenças sociais tão grandes como o Brasil, essa mudança é revolucionária. Por si só, ela já é um milagre no qual ninguém pensava há três anos” (p. 50).

A reportagem contém dois aspectos importantes. Primeiramente, a conclusão apresentada é de que o crescimento do consumo é um indicador do desenvolvimento socioeconômico mais importante que outros como investimento das empresas e nível de emprego. O repórter ainda recomenda que o movimento precisaria ser analisado com mais atenção pelos acadêmicos.

Em seguida, é feita uma correlação entre o consumo e a alta auto-estima da população. Segundo Nascimento, “uma pessoa com auto-estima quer coisas melhores... Vai a dúzias de lojas e só aceita comprar a TV que vier com controle remoto... Aquele que viaja ao exterior volta pensando em coisas que nunca tinham passado por sua cabeça” (p. 54-55).

E mais, ao escrever “O Brasil emergente” (30 de setembro de 1998), David Friedlander e João Sorima Neto explicaram como milhões de famílias saíram da pobreza devido à estabilidade da moeda e a volta do crédito. O significativo é notar mais uma relação com o estado de espírito da suposta classe pobre, “eles não são mais pobres, e não pensam mais como pobres. Conheceram confortos de classe média e têm enorme potencial para progredir”.

Aqui se encontram pontos muito claros sobre a posição da Veja quanto à importância do consumo. A linha editorial da revista parte do princípio de que os altos níveis de consumo são os principais resultados do desenvolvimento socioeconômico e do progresso moderno e, tamanha é sua importância, que são capazes de interferir no estado psicológico da população.

A série de reportagens a seguir exemplifica perfeitamente o que se acredita ser a postura da revista Veja diante do consumo, relacionando-o com as variáveis discutidas nos itens anteriores: globalização, tecnologia, elogio ao estrangeiro e ideal de progresso.

Na matéria “Agora vai dar linha” (22 de maio de 1996, p. 108-110) sobre a abertura da telefonia brasileira ao capital privado, a decisão da Câmara dos Deputados foi descrita como uma “boa notícia para os milhões que querem comprar um telefone celular”. Em seguida a matéria declara que “comprar um telefone como quem compra um liquidificador é uma prática comum

em países como Estados Unidos e Chile” sendo que “o que se espera é que as filas dignas dos velhos tempos de União Soviética tenham um fim definitivo”, além de que “a média brasileira de telefones celulares por habitantes é de envergonhar. É um celular para cada grupo de 106 pessoas. Na Suécia, campeã do mundo na relação de celulares por habitante, existe um aparelho para cada quatro pessoas. Nos Estados Unidos, há um celular para cada sete pessoas”.

Nas partes selecionadas nota-se a importância dada ao consumo dos telefones celulares, identificados com países que funcionam como referência de primeiro mundo. Num contraste evidente com o tom pejorativo com o qual se fala do socialismo, representado pela menção às filas da União Soviética.

“Febre *high tech*” (14 de agosto de 1996, 102-103) relacionou o fim da inflação e a queda dos preços com o aumento incomparável do consumo de eletrodomésticos. Explicou que a abertura da economia brasileira teria proporcionado um aumento da importação e que a redução dos preços se deveria à consequente variedade de produtos de tecnologia mais moderna. Assim, a indústria nacional “atravessou o pacífico para buscar tecnologia”.

Mantendo os resultados apresentados da PNAD de abril, o repórter fez referência à pesquisa do IBGE publicada na semana anterior comprovando que

foram as famílias de menor renda que mais compraram modernidades para a casa depois do Real. O mais interessante, principalmente para os fabricantes, é que esse consumidor de poder aquisitivo mais baixo está atrás do que há de melhor e mais moderno... Por isso, as novidades que chegam ao mercado estão afinadas com o que há de melhor no mundo... São modernidades que em breve vão estar na casa dos brasileiros” (p. 103)

Os mesmos elementos de tecnologia como modernidade desejada e importância do consumo também foram descritos a partir de eletrodomésticos em “Máquinas de sonho a peso de ouro”. O jornalista Roger Ferreira relatou como os equipamentos importados “que parecem saídos dos desenhos dos Jetsons” oferecem conforto e comodidade “à dona de casa”, com as peças mais modernas e avançadas do mundo. Aqui é interessante reproduzir parte da matéria:

Mas só passar os olhos por essas máquinas maravilhosas já é uma alegria. O máximo em matéria de geladeira é a americana Sub Zero (...), comparando-a com a brasileira mais sofisticada, da Brastemp, que perderia em capacidade e preço. As geladeiras brasileiras apenas “cumprem a obrigação de conservar os alimentos resfriados. Não passam disso. As supergeladeiras modernas fazem muito mais... (1º de março de 1997, p. 104-105)

Os equipamentos de cozinha – descritos como de ambiente de ficção científica e adjetivados por “lindíssimo, moderníssimo” – que “já existiam no mundo desenvolvido havia

algum tempo, estão agora disponíveis no Brasil”. Fica evidente como é criada uma situação de atraso do país tanto no consumo quanto na possibilidade de produção de tais produtos, revelando a rápida diversificação dos hábitos de consumo de uma classe em contraste com as tecnologias disponíveis para serem fabricados internamente (FURTADO, 1974).

E mais, “As camas holandesas da marca Auping são o suprassumo do quarto... As novidades que estão chegando do exterior para equipar as casas fazem as mais recentes modernidades nacionais parecerem objetos pré-históricos. Até o Vaporetto, (...), já está ultrapassado” (p. 106). Concluiu que “para quem gosta das complicações da tecnologia e tem caixa para bancar o investimento, a alternativa dos importados é uma boa pedida” (p. 107).

Os benefícios da globalização para a importação e, portanto, para o consumo dos brasileiros também estiveram em “Vem por aí um super rombo”. Argumentando contra a postura dos estudiosos críticos da macroeconomia, o jornalista explicou que produtos de linhas mais sofisticadas chegaram ao país para satisfazerem as exigências dos consumidores de maior poder aquisitivo: “No passado, importação era sinônimo de pecado. Não é mais. O país conectou-se com os seus parceiros no comércio mundial, experimentando produtos diferentes” (26 de março de 1997, p. 117),

O referido consumo sofisticado foi facilitado pela entrada das grandes grifes internacionais ainda em 1997. A tendência de valorização da produção internacional fica evidente em

São Paulo e Rio de Janeiro ainda estão longe de ter adquirido o ar cosmopolita de Paris, Londres e Nova York, mas as vitrines sofisticadas começam a ficar mais parecidas com a desses centros de compras. As mulheres brasileiras já podem comprar bolsas Fendi, feitas de couro ultramacio, com acabamento impecável (...) Lojas magníficas de griffes conhecidas no mundo inteiro, de roupas, bolsas, perfumes, meias, sapatos, lingerie, cristais, canetas e objetos diversos estão sendo montadas no Brasil. Senhoritas de classe média, secretárias, advogadas, executivas, adolescentes, madames e grandes empresários. Gente de todo tipo está experimentando a novidade de comprar objetos de griffes famosas (...) As marcas não estão chegando ao Brasil nesse momento por acaso. O consumidor brasileiro de classe média tornou-se mais cosmopolita nos últimos anos. Viaja para o exterior. Quer coisas de qualidade. (p. 122-123)

O adjetivo “cosmopolita”, utilizado duas vezes, remete a um clichê denunciado por Rotker (1992) como um fenômeno típico da classe média em ascensão na América Latina do século XIX. Introduzido pela burguesia urbana com o imaginário da sofisticação, representava o modelo de vida que se queria implementar nos centros urbanos, como parte de um projeto semelhante ao consumo de produtos importados: a cópia dos padrões de vida europeus.

Canclini explica que no início do século posterior foi modificada a relação da cultura “sofisticada” com a do consumo maciço, tornando as inovações das metrópoles acessíveis às diversas classes da população. Claramente num mesmo movimento que o descrito pelas matérias citadas, o autor já previa que o “cosmopolitismo se democratiza” (2008, p. 89).

Acompanhando a expansão dos produtos sofisticados no Brasil, a revista *Veja* voltou a tratar de acessórios de cozinha em “Caros prazeres”, por Cristina Ramalho. Embora de preços ainda altos, os novos utensílios, temperos e livros que chegavam ao país estavam associados à cozinha requintada, de estilo e se tornaram disponíveis graças à “abertura que facilitou a chegada de panelas, fogões, temperos e outros objetos do desejo dos cozinheiros sofisticados” (oito de abril de 1998).

O novo elemento do cenário de sofisticação e glamour na cozinha chique passa a ser a figura do homem bem-sucedido, cada vez mais interessado nos aparelhos importados: “1. panela francesa *wok* (para legumes) de ferro esmaltado *Le Creuset* (312 reais); 2. azeites italianos *Lavitar* com manjeriço, pimenta e alecrim (20,50 reais) e trufas (63 reais); (...) churrasqueira a gás americana *Char Broil*, com pedras vulcânicas no lugar do carvão e fogareiro para molhos (830 reais)”.

No entanto, cabe nesta ocasião reproduzir o questionamento feito por Canclini “de se o acesso à maior variedade de bens, facilitado pelos movimentos globalizadores, democratiza a capacidade de combiná-los e de desenvolver uma multiculturalidade criativa” (2008, p. XVIII). A resposta, como visto até agora, é de que foi mantido um padrão de cópia, de realocação do modelo de consumo sem as recombinações de estruturas e processos culturais propostos pelo autor.

A proposta da revista *Carta Capital* foi, de certa maneira, ambígua. Isso porque enquanto suas matérias focadas em consumo exaltaram a entrada de novos produtos (principalmente carros), as colunas de Luis Gonzaga Belluzzo foram críticas à ênfase no consumo. Além disso, como já dito anteriormente, a proposta da seção “Prazer de ponta”, como a de “Hipertexto” da revista *Veja*, era mais a de apresentar novos produtos tecnológicos para recomendação de compra do que a de informar sobre novas tecnologias.

O novo carro ecológico da Fiat e os *network computers* (sete de agosto de 1996), as novas adaptações da *Harley Davidson* (quatro de março de 1998) e a comemoração dos cinquenta

anos do *Porsche* são alguns exemplos do incentivo ao consumo. Mas cabe aqui apresentar a postura mais analítica da revista.

Em “Uma mudança radical”, Luis Gonzaga Belluzzo discutiu a crescente presença da indústria estrangeira no país e a alta taxa de importação, entendidas por ele como um descaso com a indústria nacional. Questionou a falta de análise sobre os impactos que a ênfase no consumo e deslumbre com a abertura da globalização causaram sobre a economia do país, com o seguinte raciocínio:

A quem for permitido ver além das sombras do consumismo ideológico de massas e da ideologia do consumo, será revelada uma ação agressiva dos Estados Nacionais na defesa da ‘competitividade’ de suas empresas. Este objetivo tornou-se de tal modo predominante, que os governos não hesitam em atacar os direitos e as conquistas dos trabalhadores, consolidadas no chamado Estado Social, com o propósito de flexionar a musculatura das empresas nacionais e torná-las capazes de dar combate dentro e fora do território nacional (30 de abril de 1997, p. 57)

Dois reportagens merecem destaque por sua postura crítica. Adriana Wilner escreveu sobre o aumento das vendas a prazo em “Maçã bichada” (16 de outubro de 1996), denunciando que o maior financiamento e o crescimento da quantidade de coisas que podem ser compradas no crediário não são compatíveis com o risco do desemprego e a alta taxa de juros. Concluiu com a recomendação de que o consumo por endividamento não é recomendável.

Na matéria especial “É só luxo”, de cinco de março de 1997, Beth Deiró e Françoise Terzian reportaram o crescimento do mercado para os mais ricos. Os principais produtos do comércio de alto luxo, como canetas *MontBlanc*, carros, apartamentos e jatinhos foram contrastados sutilmente com a denúncia da ONU e do Banco Mundial de que o país estaria com um dos piores índices de desigualdade social do mundo.

6. Sobre o desenvolvimento socioeconômico

Conforme a proposta de análise deste estudo, o desenvolvimento socioeconômico é entendido a partir da ótica da atuação do homem, como ator de transformações na sociedade. Como explica Celso Furado, “mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção, comporta um elemento de intencionalidade” (1984, p. 105).

Diante da perspectiva do autor, é perceptível a importância da intenção do homem que podemos estender para a análise do conteúdo específico do desenvolvimento socioeconômico nas

revistas Carta Capital e Veja. Qual a intenção de cada um dos veículos ao caracterizarem-no em suas matérias?

Roberto Civita, então editor da Veja e presidente do grupo Abril, definiu desenvolvimento em sua coluna “No caminho certo”: um país desenvolvido é o que tem educação. Representando a posição da revista, Civita fez um balanço positivo do primeiro ano do governo Fernando Henrique, elogiando a estabilização econômica, a queda da inflação e o crescimento da economia com maior poder aquisitivo da parcela mais pobre da população. E mais, ao passar uma receita do que o governo precisaria fazer, sugeriu “continuar pelo bom caminho iniciado pelo ministro da Educação ao partir para uma reformulação total do nosso sistema educacional, sem o qual não há país desenvolvido e não há futuro” (três de janeiro de 1996, p. 102).

A ideia de relação entre educação e desenvolvimento foi indicada novamente na seção “Carta ao leitor” de quatro de dezembro do mesmo ano, exatamente sobre sua importância: “Na competição internacional, o Brasil está em desvantagem no item educação. A qualidade do ensino é um dos gargalos para o desenvolvimento do país”. Nota-se nessas duas referências, a conexão feita com outros elementos, já vistos anteriormente, do futuro, do crescimento da economia e do consumo e a comparação com o exterior, independentemente da diferença de contextos.

Schramm (1970) já ressaltava a importância dos meios de comunicação no papel de aceleradores do processo de desenvolvimento. Sua opinião era de que essa atuação requeria que todas as decisões fossem tomadas pelos próprios países, mesmo que dentro dos limites das tendências internacionais. A comunicação, entendida como multiplicadora da difusão de conhecimento, manteria uma alta correlação entre os índices de crescimento econômico e seu próprio desenvolvimento, pois, segundo o autor, quanto maior a modernização, maior a dilatação dos canais de comunicação.

Portanto, o papel da revista Veja, como importante meio de comunicação, e o discurso de seus editores e jornalistas teriam o papel de ampliar horizontes e mostrar novas realidades. O autor ainda sugere a necessidade de se orientar o foco do pensamento, principalmente para novos costumes e comportamentos que contribuiriam para o desenvolvimento – além de elevar aspirações e formar gostos, criando um clima favorável à tomada de decisões que acompanham o desenvolvimento econômico e social (SCHRAMM, 1970).

Nesse sentido, em mais uma “Carta ao leitor”, a revista tomou uma posição significativa:

Essa melhoria nas condições de vida se consolidou a partir de 1994, quando o monstro da inflação foi jogado no chão. Na prática, isso significa que milhões de brasileiros estão comendo melhor, usando melhores roupas, comprando bens aos quais nunca tiveram acesso. É uma ótima notícia, que deve ser festejada. Convém não esquecer, no entanto... É preferível um crescimento lento, mas sustentável a longo prazo, a um surto de desenvolvimento que redunde em inflação mais adiante (18 de dezembro de 1996, p. 7).

O editor, ao exaltar mais uma vez o fim da inflação e seu impacto sobre o crescimento do consumo, demonstrou a opinião da revista sobre sua relação com o desenvolvimento. Conforme proposto por Schramm (1970), percebe-se a tentativa da revista *Veja* de orientar o pensamento do leitor e mostrar como o avanço no nível de consumo significaria também o progresso de uma sociedade e, portanto, o desenvolvimento socioeconômico.

Os jornalistas David Friedlander e João Sorima Neto, na matéria “O Brasil emergente” (30 de setembro de 1998) discutiram a importância do consumo como base para o crescimento de um país, justificado tal crescimento a partir do modelo de países que hoje são considerados desenvolvidos e que enriqueceram a partir do consumo, principalmente da classe média. Argumentaram que “a classe média é o segmento mais obcecado pelo progresso pessoal, pela ideia de melhorar de vida. Está o tempo todo tentando comprar aquilo que não tem (...) A classe média abandona sem o menor constrangimento os governos que a contrariam, porque rejeita tudo que possa atrapalhar seu sonho de progresso”. É o consumo associado à ideia de progresso.

Uma apologia à globalização também é perceptível, como podemos ver ao retomarmos a já citada matéria “O Brasil está à venda” de Eliana Simonetti (29 de maio de 1996), quando a repórter citou o ex-ministro da Fazenda Máílson da Nóbrega, para quem “o governo não tem mais como investir no desenvolvimento econômico do país. O modelo do capitalismo brasileiro está mudando”. A mudança, considerada como positiva e favorável ao desenvolvimento, estaria na entrada das empresas estrangeiras de capital barato e tecnologia moderna.

Na entrevista feita com Álvaro Zini, professor da USP, o jornalista Ricardo Grinbaum afirmou que o país estava menos desequilibrado. Isso porque, conforme Zini, um estudo da ONU concluiu que o Brasil estava melhor em termos de índices como escolaridade, saneamento e saúde, com uma perspectiva de maior distribuição de riqueza dos estados mais ricos para os mais pobres. Segundo o professor,

com o Mercosul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul se transformaram no centro de um enorme mercado consumidor. O outro eixo de desenvolvimento é Minas Gerais e a região Centro-oeste (...) (onde) até agora o principal motor de desenvolvimento foi a agricultura, mas é provável que também comece a se

industrializar. (...) Quando a terra é produtiva, gera renda, consumo, emprego e a economia da região se desenvolve. Quando a terra é improdutiva, essa circulação de riqueza não ocorre. A região fica estagnada (“O Brasil melhorou”, 26 de junho de 1996, p. 8).

José Marques de Melo, entretanto, por criticar o fato de os meios de comunicação brasileiros terem sido baseados no modelo ocidental, via como um problema a orientação para estimular o consumo. Segundo o autor, tal sistema não impulsionaria o que o autor classifica como “tarefas produtivas ao desenvolvimento” (1976, p. 33).

Como posição semelhante ao pensamento de Melo, um único contraste à política do governo foi apresentado na entrevista com João Pedro Stedile. O então dirigente do MST sugeria o fim do modelo neoliberal, sob o qual jamais haveria a reforma agrária: “nós estamos convencidos de que a reforma agrária só acontecerá se houver um mínimo de desenvolvimento, o que não vai acontecer com esse modelo” (seis de agosto de 1997).

Além disso, na matéria “Um sopro na ferida” (11 de novembro de 1998), o país foi descrito como detentor de uma vantagem, por estar “apenas no começo de um ciclo de desenvolvimento que pode gerar muito emprego”. Na entrevista para Páginas Amarelas com o empresário Eugenio Staub, novamente foi feita uma relação direta entre desenvolvimento e emprego: “É inaceitável que um país como o Brasil, que tem as condições climáticas, o povo trabalhador, as riquezas que tem, fique nessa situação. O presidente captou isso. Tem um plano de desenvolvimento para o próximo mandato. Porque o país não merece continuar com queda da renda per capita e aumento do desemprego” (nove de dezembro de 1998).

Cabe aqui colocar uma crítica feita por Canclini (2008) sobre o Plano Real. Para o autor, a criação do Real, como forma de revalorização da moeda foi inconsistente, por ser baseada num significante forte (o novo nome Real) para dar nova força ao seu significado (a moeda), como se a estabilidade da moeda conseguisse, por conta própria, controlar a economia e o câmbio. Contextualiza:

Seis anos depois, a desvalorização do Real e a maior dependência externa das variáveis econômicas nacionais mostram que iniciar uma nova história, reconstituindo o significado a partir do significante, a economia a partir das finanças, foi só um modo temporário de ocultar os conflitos da história, uma história de oportunidades perdidas, escolhas infelizes; em suma, descontrole dos processos econômicos e sociais que a moeda própria aspira a representar (2008, p. XXXIV)

Em outras palavras, a chamada estabilização econômica e o controle da inflação, com seu conseqüente crescimento do consumo num contexto de globalização e difusão de novas

tecnologias, não é capaz de transformar a realidade econômica brasileira. Podemos dizer, a partir de Canclini (2008), que não tem como consequência imediata o desenvolvimento socioeconômico.

Carta Capital, por sua vez, tratou do tema a partir da opinião de seu colunista Delfim Netto, argumentando principalmente com críticas ao Plano Real. Por exemplo, uma vez que a valorização da moeda brasileira tinha prejudicado as exportações brasileiras na época, perdendo espaço para os “tigres asiáticos”, Netto julgou a política econômica prejudicial, argumentando que a “exportação é o motor do desenvolvimento” (24 de julho de 1996). E se não há exportação, o país não é desenvolvido.

O articulista manteve a posição com “Traquinagens”, ao argumentar que a política cambial criou uma armadilha para o desenvolvimento, com queda nas exportações e crédito fácil que impulsionou as importações. Assim, “se aumenta o crescimento econômico, também aumenta o déficit comercial, o que obrigava o governo a apelar para a política monetária restritiva reduzindo o ritmo da economia” (27 de novembro, p. 49). Percebe-se aqui que Delfim Netto não acredita que crescimento econômico seja o próprio desenvolvimento.

A política neoliberal do governo, proposta por Gustavo Franco, também não foi considerada como favorável ao desenvolvimento socioeconômico. O economista Paulo Rabello de Castro classificou o trabalho de Franco sobre inserção externa e desenvolvimento como “muito bom em inserção externa e bastante fraco sobre desenvolvimento” (“O futuro, segundo Franco”, 27 de novembro de 1996, p. 39).

Isso porque também precisaria incluir, além da inovação tecnológica mencionada por Franco, capital humano e educação. Este último tema, que já aparecia em Veja, foi ampliado na matéria da revista Carta Capital, “Os trópicos sempre tristes”, evocando outros elementos como civismo e solidariedade, já recomendados por Santos (2001, 2006).

Nunca é demais lembrar que o civismo mede a qualidade das relações sociais, qualidade esta diretamente associada à existência da confiança mútua entre os cidadãos. (...) Ora, sabe-se que países ou regiões com alto nível de civismo são mais desenvolvidos economicamente. São ricos por serem cívicos, não são cívicos por porque são ricos (11 de dezembro de 1996, p. 48).

Ainda na mesma matéria, argumentou-se que o desenvolvimento de um país é algo muito mais amplo, que se reflete na qualidade dos serviços públicos, na infra-estrutura e também no crescimento do PIB e das exportações. Sem isso, pode-se dizer que há a chamada “dependência com desenvolvimento”.

Tal descrição, já discutida por Furtado (1974), engloba a coexistência entre o crescimento econômico e a dependência cultural, que tende a agravar as desigualdades sociais: cópia de modelos de consumo, tecnologia, padrões de comportamento, entre outros. Belluzzo por sua vez, num artigo com o exato título de “Dependência com desenvolvimento?” (cinco de março de 1997, p. 5) retomou essa mesma expressão, utilizada por Fernando Henrique Cardoso, quando sociólogo.

De certa forma, nenhuma das revistas realmente discutiu especificamente o tema do desenvolvimento socioeconômico. Porém, quando se observa a maneira como ambas trataram dos temas gerais de crescimento econômico, tecnologia, consumo, globalização, modernização e progresso, é possível estabelecer a postura de cada veículo.

Enquanto Veja destacou a importância do consumo, das novas tecnologias e globalização enquanto concretização da aplicação inevitável do modelo neoliberal dos países desenvolvidos e mecanismo para o progresso e modernização da sociedade, Carta Capital (embora também tenha dado relativa importância para tais elementos) seguiu uma visão mais crítica, tentando encontrar ou sugerir a possibilidade de uma alternativa à situação dos chamados países em desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da perspectiva da maior crise econômica global desde a década de trinta, precisamos pensar se não encontramos aqui uma evidência da falência do paradigma da ciência moderna ocidental. Como já havia sido identificado por Santos (2001, 2006), seus valores de racionalidade econômica, homogeneidade e pensamento dualista, são incapazes de perceber as próprias contradições e criam problemas para desestabilização do próprio paradigma.

Ao se considerar que a origem da crise se deu exatamente nos Estados Unidos, país expoente do pensamento racional e da sociedade de consumo e de informação, notamos que suas próprias contradições internas ocasionaram uma desestruturação global e, principalmente, passamos a pensar quais os efeitos sobre a América Latina.

Segundo Morin (1995), a abertura ou o fechamento para as potencialidades do conhecimento dependeriam da existência de normas, regras e proibições que, caso existissem, poderiam fechar totalmente uma sociedade para mudanças. Desta forma, a sociedade latino-americana, aberta, heterogênea, é, ironicamente, considerada hoje como menos deteriorada pela crise financeira internacional.

A proposta desta pesquisa é de justamente construir um raciocínio sobre a crise do paradigma da ciência moderna e sua relação com a América Latina, principalmente sobre possibilidades de alternativa que o pensamento construído no continente poderia oferecer. No caso do pensamento econômico, foi escolhida a proposta de Celso Furtado, exatamente por sugerir outra forma de pensamento, focada na satisfação das necessidades do homem e não só do consumo e da tecnologia.

Como discutido ainda no primeiro capítulo, a comunicação latino-americana possui especificidades complexas, e por isso também clama por um modelo alternativo, não reduzido ao informacional, focado na quantidade de informação transmitida. Martín-Barbero, como visto, enfatiza a importância do papel das comunidades, principalmente quando se trata de lidar com a forte entrada das novas tecnologias de comunicação. Tal aspecto é de grande importância para o objetivo desta pesquisa, a relação contraditória entre o consumo de tecnologias produzidas em outros contextos e sua capacidade de assimilação na América Latina.

Nesse sentido, surge o interesse em se entender como as revistas escolhidas para análise, a Carta Capital e a Veja, tentaram construir a memória de um aspecto que engloba tanto o aspecto

econômico quanto o social: o desenvolvimento socioeconômico. Entendendo memória segundo a perspectiva de Lotman e da Semiótica da Cultura, como conservação de textos, mostra-se a importância de se estudar como são transformados, conservados e construídos novos significados sobre o tema do desenvolvimento socioeconômico.

Assim, a observação em cada revista de aspectos que compõem e estão ligados ao tema, contribuiu para se perceber como essas partes (crescimento econômico/modernização/progresso, teorias/paradigmas, tecnologia e consumo, globalização e exaltação do estrangeiro) compõem o todo do desenvolvimento socioeconômico.

A partir disso foi possível perceber diferentes tratamentos e posturas entre a Carta Capital e a Veja. Enquanto a primeira, principalmente na voz de seus principais articulistas: Delfim Netto e Luis Gonzaga Belluzzo, apresentava críticas ao paradigma econômico vigente do neoliberalismo, à ênfase no consumo excessivo e via com certa dúvida o crescimento da glorificação da globalização, a revista Veja apresentou matérias que exaltavam a vida nos chamados “países de primeiro mundo”, as teorias que deram suporte à política econômica do então governo Fernando Henrique e suas origens exógenas e a importância da globalização como mecanismo de potencializar a competitividade brasileira.

Quanto ao aspecto do consumo e das novas tecnologias, tanto Carta Capital quanto Veja (em graus diferentes), ao invés de buscarem posturas alternativas e proporem outras possibilidades para a realidade brasileira, adotaram o ideal modernizador. Em contraste com a revista Carta Capital, que diversas vezes discorreu sobre os benefícios tecnológicos, embora contrastando o elogio ao consumo com algumas críticas realizadas por seus articulistas, a última pregou sua importância definitiva como forma de se alcançar desenvolvimento e o status dos países desenvolvidos.

Finalmente, no que diz respeito à visão de cada revista sobre o desenvolvimento socioeconômico, as perspectivas foram muito diferentes. O foco no fim da inflação, crescimento do PIB, das importações e do consumo foram destacados pelos jornalistas da revista Veja, contrabalanceando tais aspectos econômicos com certo destaque para a necessidade de se conter os índices de inflação e aumentar os níveis de emprego. Já Carta Capital destacou, novamente a partir de seus articulistas, as possibilidades prejudiciais de ênfase exclusiva no crescimento econômico e necessidade de se pensar no impacto da dependência econômica e cultural, em muito no sentido proposto por Furtado.

Portanto, retomando o momento da crise financeira mundial, torna-se ainda mais evidente que as ações realizadas nos países em desenvolvimento têm cada vez mais conseqüências inesperadas, para as quais não existem soluções modernas. Os casos são mais extremos quando os conhecimentos são descontextualizados e se tornam absolutos em realidades distantes e imprevisíveis.

Pode-se dizer então que, quando teorias com tendências totalizantes (que consideram todas as realidades sociais como homogêneas) são transportadas para além de seus contextos de criação, suas conseqüências podem ser diferentes das previstas, e suas soluções inadequadas. Exatamente nesse sentido, percebe-se que a concepção importada de desenvolvimento socioeconômico não se enquadra com a realidade brasileira, e muito menos oferece soluções para os problemas do país.

Qual será então a visão de cada meio de comunicação sobre a crise atual? Servirá esta de exemplo para se questionar o modelo que é aplicado ou será que passado certo tempo, tudo será considerado como um simples impasse, inerente ao paradigma e inevitável, mas jamais uma questão mais profunda de incapacidade de se lidar com as conexões e contradições de cada sociedade? E hoje, mais do que nunca, é preciso pensar em como traduzir e atualizar as teorias econômicas vigentes para as especificidades da América Latina.

Aqui podemos ainda nos perguntar sobre a relação entre os meios de comunicação e a difusão de certos ideais da sociedade: até que ponto uma revista consegue interferir nos hábitos de uma comunidade ou é ela um reflexo de um contexto histórico maior? Acredito que, após a análise feita, é inegável que a posição da Veja, por exemplo, resulta de um interesse modernizador e progressista e que sua posição contribui para o incentivo de uma concepção de desenvolvimento socioeconômico voltada para uma sociedade de consumo.

Desta forma, é necessário cada vez mais questionar a existência de teorias/paradigmas globais, quaisquer que sejam seus conteúdos ou propostas, por considerar que dificilmente seriam capazes de entender contextos tão diferentes e complexos de cada sociedade. Por fim, a ausência de uma literatura latino-americana que discuta a relação entre a comunicação e o desenvolvimento socioeconômico com as características do continente, pede exatamente que pesquisas de cada país sejam feitas para suas próprias realidades e que, no conjunto, possam ser traduzidas e apropriadas para ajudar a se entender a América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, Gaston. **A Filosofia do Não; O Novo Espírito Científico; A poética do espaço**. São Paulo: Ed. Cultural, 1978.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 4ª edição, 2008.
- FERREIRA, Jerusa Pires. Cultura é Memória. **Revista da USP**. São Paulo: EDUSP, dezembro/fevereiro 1994/1995.
- FIORIN, José Luiz. Relações entre sistemas no interior da Semiosfera. In: MACHADO, Irene (org.). **Semiótica da Cultura e Semiosfera**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007, pp. 175-203.
- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **Prefácio à Nova Economia Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**. São Paulo: Nacional, 1980.
- _____. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- LAPLANTINE, François & NOUSS, Alexis. **Le Métissage**. Paris: Flammarion, 1997.
- LERNER, Daniel; SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação em mudança nos países em desenvolvimento**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2005.
- LOTMAN, Iuri M. **La Semiosfera 1: Semiótica de la Cultura y del Texto**. Edición de Desidério Navarro. Frónesis, Cátedra, Universitat de València, 1996.
- _____. **La Semiosfera II – Semiótica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.
- MACHADO, Irene. Circuitos dialógicos: para além da transmissão de mensagem. In: _____. **Semiótica da Cultura e Semiosfera**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús Martín. Identidade tecnológica e alteridade cultural. In: FADUL, Anamaria. **Novas tecnologias de comunicação – impactos políticos, culturais e socioeconômicos**. São Paulo: Summus/Intercom, 1986, P. 121.132.
- _____. **Dos meios às mediações – Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- _____. **Ofício de Cartógrafo**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- _____. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Denis (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MATTELART, A. e M. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- MELO, José Marques de. **Comunicação, Opinião, Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

_____. **Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação.** Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Comunicação Social: Teoria e Pesquisa.** Petrópolis: Vozes, 1978

MORIN, Edgar. **O Método 4 – As Ideias.** Porto Alegre: Sulina, 1995.

PINHEIRO, Amalio. Por entre Mídias e Artes, a Cultura. **Revista Ghrebh**, São Paulo, n. 6, novembro de 2004. Disponível em: <http://www.revista.cisc.org.br/ghrebh6/artigos/06amalio.htm>.

_____. O texto em expansão: crônica jornalística e paisagem cultural na América Latina. In: **XVI Encontro Anual – Compós**, Curitiba, 2007.

RAMOS et al. Semiosfera: Exploração conceitual nos estudos semióticos da Cultura. In: MACHADO, Irene (org.). **Semiótica da Cultura e Semiosfera.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007, pp. 27-43.

ROTKER, Susana. **Fundación de una escritura – Las cronicas de Jose Martí.** Havana: Casa de las Américas, 1992.

SANTAELLA, Lucia. **O que é Semiótica.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **A crítica da Razão indolente – contra o desperdício da experiência.** Vol. 1. SP: Cortez, 2001.

_____. **Gramática do Tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2006.

SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação de massa e desenvolvimento.** Rio de Janeiro Bloch, 1970.

_____. **Subdesenvolvimento, Urbanização e Comunicação.** Petrópolis: Vozes, 1976.

TOROP, Peter. Semiosfera como objeto de pesquisa na semiótica da cultura. In: In: MACHADO, Irene (org.). **Semiótica da Cultura e Semiosfera.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007, pp. 45-55.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)